

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VINICIUS SILVEIRA CERENTINI

*A CRONACA DI PARTENOPE* COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO  
IDENTITÁRIA NO REINO DE NÁPOLES (1347-1350)

Porto Alegre

2021

VINICIUS SILVEIRA CERENTINI

*A CRONACA DI PARTENOPE* COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO  
IDENTITÁRIA NO REINO DE NÁPOLES (1347-1350)

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito à obtenção do título de Mestre  
em História.

Orientador: Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Cerentini, Vinicius Silveira  
A CRONACA DI PARTENOPE COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO  
IDENTITÁRIA NO REINO DE NÁPOLES (1347-1350) / Vinicius  
Silveira Cerentini. -- 2021.  
130 f.  
Orientador: Igor Salomão Teixeira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2021.

1. Idade Média. 2. Crônica. 3. Discurso. 4.  
Identidade. 5. Itália. I. Teixeira, Igor Salomão,  
orient. II. Título.

VINICIUS SILVEIRA CERENTINI

*A CRONACA DI PARTENOPE* COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO  
IDENTITÁRIA NO REINO DE NÁPOLES (1347-1350)

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
como requisito à obtenção do título de Mestre  
em História.

Porto Alegre, 06 de maio de 2021.

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Igor Salomão Teixeira (Orientador) – UFRGS

---

Profa. Dra. Daniele Gallindo (UFPEL)

---

Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães (UFPR)

---

Prof. Dr. Renato Viana Boy (PPGH-UFRGS/UFFS)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço brevemente a todos e todas que me deram suporte e ânimo para chegar até o final dessa jornada que foi o mestrado em História.

Agradeço ao professor Igor Salomão Teixeira, que sempre esteve disposto a ouvir e a ajudar. Foi o meu orientador desde 2015, quando minhas concepções acerca da História eram ainda muito superficiais e pouco refletidas. As leituras indicadas, as conversas (formais e informais) e as aulas contribuíram para o meu crescimento pessoal e intelectual.

Agradeço, ainda, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da qual recebi bolsas durante a graduação e em um curto período da pós-graduação. Sem dúvida foi de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa que ora apresento.

Por fim, vale lembrar que parte dessa caminhada se desenvolveu sob uma pressão não esperada – uma pandemia – que fechou todos os locais de consulta e as interações acadêmicas presenciais. Um período difícil, estressante física e psicologicamente.

Àqueles que compreenderam as minhas aflições e as minhas angústias, que tiveram a paciência de ouvir minhas preocupações e incertezas – aos meus entes amados: família, amigos, colegas – dedico esse labor.

Sem o suporte deles não haveria essa dissertação.

## RESUMO

Essa dissertação objetiva analisar a *Cronaca di Partenope*, crônica napolitana da segunda metade do século XIV que narra a história cidadina desde a suas origens, na Antiguidade, até o momento da sua redação. O trabalho se concentra em buscar no texto cronístico marcas identitárias que indiquem que a crônica possa ter sido utilizada como instrumento para construir ou reforçar uma identidade (ou identidades) local e regional. Traçamos, inicialmente, uma apresentação da fortuna manuscrita e das diferentes versões do texto. Apresentamos os primeiros estudos e o estabelecimento da versão que utilizamos nesse trabalho. Em um segundo momento estudamos a(s) identidade(s) e as relações com o discurso e a língua, ponto em que discutimos a(s) identidade(s) napolitana(s) e a *Cronaca di Partenope*. Em um terceiro momento, analisamos personagens chave para a crônica: Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, Roberto I de Nápoles e Joana I de Nápoles, cujas trajetórias foram brevemente biografadas a fim de perceber a relação que mantêm com o texto cronístico analisado. Concluimos que é possível considerar a crônica partenopeia como um instrumento identitário. Contudo, ressaltamos que ela não pode ser considerada como único instrumento construtor de identidades, visto que estas são complexas e formadas a partir de inúmeros materiais culturais disponíveis em uma dada sociedade.

Palavras-chave: *Crônica de Partenope* – Reino de Nápoles – Joana I de Nápoles – identidade – discurso

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the *Cronaca di Partenope*, a 14th century Neapolitan chronicle that narrates city history from its origins, in Antiquity, until the time of writing. The work focuses on searching the chronological text for identity marks that indicate that the chronicle may have been used as an instrument to build or reinforce a local and regional identity (or identities). Initially, we delineate a scheme of the evolution of the text and its manuscripts, the first studies and the establishment of the version we used in this work. In a second moment we study the identity(ies) and the relations with the discourse and the language, point in which we discuss the Neapolitan identity(ies) and the *Cronaca di Partenope*. In a third moment, we analyze key characters for the chronicle: Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, Roberto I of Naples and Joana I of Naples, whose trajectory was briefly biographed in order to understand the relationship they maintain with the analyzed chronical text. Finally, we conclude that it is possible to consider the parthenopean chronicle as an identity tool. However, we emphasize that it cannot be considered as the only instrument that builds identity, since these are complex and formed from innumerable cultural materials available in a particular society.

Keywords: Chronicle of Partenope - Kingdom of Naples - Joanna I of Naples - identity - discourse

## RIASSUNTO

Questa dissertazione si propone di analizzare la *Cronaca di Partenope*, cronaca napoletana del XIV secolo che racconta la storia della città dalle origini, nell'antichità, fino all'epoca della sua scrittura. Il lavoro si concentra sulla ricerca, nel testo cronachistico, di segni di identità che indicano che la cronaca potrebbe essere stata utilizzata come strumento per costruire o rafforzare l'identità locale e regionale. Inizialmente abbiamo studiato l'evoluzione del testo e dei suoi manoscritti, i primi studi critici e la definizione della versione che abbiamo utilizzato in questo lavoro. In un secondo momento studiamo l'identità e le relazioni con il discorso e la lingua, punto in cui si discute l'identità napoletana e la *Cronaca di Partenope*. In un terzo momento analizziamo i personaggi chiave della cronaca: Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, Roberto I di Napoli e Giovanna I di Napoli, la cui traiettoria è stata brevemente biografata per comprendere il rapporto che intrattengono con il testo cronachistico analizzato. Infine, concludiamo che è possibile considerare la cronaca partenopea come uno strumento di identità. Tuttavia, sottolineiamo che non può essere considerato come l'unico strumento che costruisce le identità, poiché queste sono complesse e formate da innumerevoli materiali culturali disponibili in una particolare società.

Parole chiave: Cronaca di Partenope - Regno di Napoli - Giovanna I di Napoli - identità - discorso

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 PARTE 1</b> .....	17
2.1 Crônica e História .....	17
<b>3 CRONACA DI PARTENOPE: CONTEXTO DE PRODUÇÃO E FORTUNA MANUSCRITA</b> .....	24
3.1 O Reino de Nápoles e o contexto angevino .....	24
3.2 O contexto de produção da crônica de Nápoles .....	32
3.3 Fortuna Manuscrita .....	43
3.4. Estabelecimento do texto .....	51
<b>4 PARTE 2</b> .....	57
<b>5 A(S) IDENTIDADE(S) NAPOLITANA(S) E O USO DO VERNÁCULO NAPOLITANO</b> .....	57
5.1 Discurso, Línguas e Identidades.....	57
5.2 O vernáculo na Europa e no Sul italiano .....	63
5.3 A presença do Outro, a Antiguidade greco-romana a Identidade regional .....	69
5.4 Considerações finais.....	81
<b>6 AS RELAÇÕES ENTRE BARTOLOMEO, ROBERTO I, JOANA I E A REDAÇÃO DA CRONACA DI PARTENOPE</b> .....	83
6.1 Bartolomeo Caracciolo <i>detto</i> Carrafa: um notário-cronista?.....	83
6.2 Roberto de Anjou e a Corte Napolitana .....	93
6.3. Ascensão de Joana I ao trono e a redação da crônica .....	99
6.3.1 Reinado de Joana I de Nápoles após 1350 e o trágico fim da soberana.....	106
<b>7 CONCLUSÃO</b> .....	113
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	119
APÊNDICE – Quadro comparativo de manuscritos .....	125
ANEXO A – Árvore Genealógica da Casa Anjou de Nápoles .....	127
ANEXO B – Genealogia dos reis normandos da Sicília e dos Staufen.....	128
ANEXO C – Reino de Nápoles em torno de 1330 - 1350.....	129
ANEXO D – Territórios angevinos no início do século XIV .....	130

## 1 INTRODUÇÃO

O que é e como pode ser utilizado um texto histórico? É uma crônica? Como foi construída e a que propósitos servia (ou ainda serve)?

Movido por alguns questionamentos como esses, buscamos no texto da *Cronaca di Partenope* indícios de identidade(s). Realizamos uma leitura contextual e complementada com outros escritos contemporâneos a essa crônica napolitana do século XIV. Tentamos pensar em como esse texto poderia ter funcionado como e com marcador(es) de identidade(s) de uma dinastia – a Angevina – de origem francesa que reinou em Nápoles a partir de 1266. No momento da escrita do texto analisado (ca.1347 – 1350), essa dinastia ainda estava no poder. A hipótese do trabalho consiste em considerar que a linguagem e o sistema simbólico ajudaram a moldar tal/tais identidade/identidades.<sup>1</sup>

No período estudado, a península itálica estava configurada como uma miríade de pequenas cidades independentes, senhorios, repúblicas marítimas e outras formações sócio-políticas postas em uma teia complexa para um espaço geográfico relativamente tão reduzido. Isso para além das fronteiras do Reino de Nápoles. No interior desse reino, no entanto, as relações de poder eram instáveis, ora parecendo haver uma centralização em torno da monarquia, ora havendo uma concentração de poder nas mãos baroniais que corroía essa mesma monarquia e a paralisava.<sup>2</sup>

A *Cronaca di Partenope* atribuída a Bartolomeo Caracciolo Carafa, nobre napolitano, foi provavelmente redigida entre 1347 e 1350, anos iniciais do reinado de Joana I de Anjou.<sup>3</sup> Joana esteve no trono entre 1343 e 1382, ano em que foi presa e executada.<sup>4</sup> Seu reinado longo contrasta com lutas fratricidas e com constantes tentativas de intervenção papal. Essa crônica surgiu, conforme apontado pelos estudiosos, na transição entre um governo cujo soberano – Roberto I – era incensado como um novo Salomão, em alusão evidente ao rei das Escrituras, e

<sup>1</sup> DA SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2000, p. 05.

<sup>2</sup> FENIELLO, Amedeo. Giovanna I: crisi di un regno, crisi de una monarchia. In: *Schola Salernitana – Annali XIX*. Salerno: Laveglia & Carlone, 2015, p. 24.

<sup>3</sup> Sobre a *Crônica de Partenope* e a historiografia no Brasil consultar: TEIXEIRA, Igor Salomão. A Cronaca di Partenope e o Reino de Nápoles: contribuições da e para a historiografia brasileira no século XXI. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, n.º 72, 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882016000200017&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882016000200017&lng=pt&tlng=pt)>. Consultado em: 06 maio 2019.

<sup>4</sup> KELLY, Samantha. *The Cronaca di Partenope: An Introduction to and Critical Edition of the first vernacular history of Naples (c. 1350)*. Leiden; Boston: Brill, 2011, p. 15. Será utilizada a versão crítica de Samantha Kelly. O texto da crônica, nessa edição, está entre as páginas 164-281. Nas próximas citações será referido apenas o nome da crônica e a página em que se localiza a citação na edição de Kelly.

o governo de sua neta – Joana I – considerada por Petrarca, em seu *Rerum familiarum libri* – epistolário do poeta –, como a nova “Cleópatra” (em sentido abertamente pejorativo), casada em primeiras núpcias com André da Hungria, o novo “Marco Antônio”.<sup>5</sup>

Esta dissertação está dividida em duas partes: Na primeira parte, com o primeiro capítulo, abordamos o contexto de produção da obra analisada, a sua fortuna manuscrita, a sua estrutura. Analisamos os estudos mais recentes sobre a obra e o estabelecimento de uma edição crítica do texto, que é a versão usada nesta pesquisa. Na segunda parte analisamos a relação entre o texto cronístico e a(s) identidade(s) do Sul da Península Itálica no período angevino. Por fim, traçamos breves biografias sobre personagens importantes para a contexto de composição da *Cronaca di Partenope* – Bartoleomo Caracciolo Carrafa, Roberto I de Nápoles e Joana I de Nápoles.

O estudo do contexto pretende analisar produções contemporâneas, autores que circulavam na região de Nápoles e suas relações com outras cidades e regiões da Península Itálica. Procuramos entender em que medida a *Cronaca di Partenope* se insere nesse cenário. Ou seja, tentamos entender o “marco epistêmico que regulou sua produção e recepção imediata”, conforme aconselha fazer o pesquisador argentino Leonardo Funes.<sup>6</sup> Procedemos assim porque, por infortúnio, diversamente de outras crônicas europeias de períodos anteriores ou posteriores, não temos, na obra analisada, um prólogo (ou equivalente) ao texto principal para que possamos daí extrair dados do contexto, como assevera ser importante Marcella Lopes Guimarães.<sup>7</sup>

No que concerne à fortuna manuscrita e estabelecimento da edição crítica, a principal referência é Samantha Kelly. Esta pesquisadora defendeu a existência de uma versão menor da crônica, composta apenas pelas primeiras duas partes. Há outra divisão pensada em quatro partes para a *Cronaca*.<sup>8</sup> Autores italianos que defendem uma versão mais estendida da crônica, que engloba duas partes iniciais e mais duas partes “extras”.<sup>9</sup> A principal defensora dessa versão formada por quatro partes é Chiara de Caprio, filóloga italiana que é autora de *Scrivere la Storia a Napoli tra Medioevo e Prima Età Moderna*. Nesta obra a autora demonstra os motivos que a

<sup>5</sup> LOKAJ, Rodney L. La Cleopatra napoletana. Estrato del giornale storico della letteratura italiana. Sine Loco. 2000. Vol. CLXXVII. Fascículo 580, p.489.

<sup>6</sup> FUNES, Leonardo. Las crônicas como objeto de estudio. In: *Revista de poética medieval*. Buenos Aires, v. 1, p. 123-144, 1997, p. 143.

<sup>7</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Reconquista: entre o debate historiográfico e a avaliação de uma realidade tardo-medieval. P. 26-27.

<sup>8</sup> KELLY, Samantha. In: CRONACA DI PARTENOPE, p. 19.

<sup>9</sup> DE CAPRIO, Chiara. *Scrivere la Storia a Napoli tra Medioevo e Prima Età Moderna*. Roma: Salerno Editrice, 2012. MONTUORI, Francesco. La scrittura della storia a Napoli. In: *Boccaccio Angioino: Materiali per la storia culturale di Napoli nel Trecento*. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang S/A, 2012.

levaram a classificar o texto com todas as quatro partes como sendo a *Crônica de Partenope*.<sup>10</sup> Dentre esses motivos, podemos mencionar: o texto cronístico conhecido como sendo a crônica partenopeia, desde muito cedo circulou com essas quatro partes e, desde a sua impressão, em fins do século XV, tem o formato defendido por de Caprio. Para a pesquisadora italiana não temos como identificar qual a parte da crônica teria sido escrita inicialmente – não temos como estabelecer um *Urtext* –, trabalho esse empreendido por Kelly. De Caprio defende uma *assamblage* de vários textos anteriores, com fusões, divisões, reescrituras de tal forma que devemos considerar como *Cronaca di Partenope* todo o texto e não um suposto núcleo inicial originário.

Também na primeira parte discutimos a organização do texto e os possíveis significados de sua estrutura e do estilo identificados. Abordamos os aspectos das divisões que a crônica sofreu ao longo dos processos de cópia e reorganização textual. Pesquisamos versões diferentes de alguns capítulos da crônica para pensar o significado da estrutura da *Cronaca di Partenope*. Considerando todo o texto da obra, perguntamos: que elementos foram agregados à tradição cronística já existente no espaço peninsular e europeu? Quais as peculiaridades, se existentes, da crônica estudada com relação a outras europeias do mesmo período? É importante ressaltar que tais questionamentos perpassam a dissertação, sendo respondidos ao longo do trabalho e em diferentes graus de profundidade.

Ao final dessa primeira parte confrontamos a versão estendida de De Caprio com estudos de Samantha Kelly.<sup>11</sup> A versão da *Cronaca* em duas partes, defendida por Kelly, é a que, atualmente, é a mais aceita devido à minuciosa pesquisa histórico-filológica empreendida pela pesquisadora estadunidense. Assim, encerrando o primeiro capítulo, há uma discussão acerca dessas duas possibilidades para que possamos apontar por quais motivos optamos por estudar o texto da *Cronaca di Partenope* na versão de Kelly.

Acreditamos que seja de fundamental importância a discussão encetada na primeira parte da dissertação para o avanço da segunda parte. Compreender o contexto de produção, a sua fortuna manuscrita, como as diversas partes da crônicas se estruturam e se ligam, a que fontes recorreram e como as versões críticas modernas se estabeleceram nos dá informações sobre a importância desse texto – no passado e no presente. A ligação entre esses elementos da crônica e o sentimento de pertença à comunidade regional pode ser mais facilmente compreendida se antes analisarmos aqueles elementos detidamente.

---

<sup>10</sup> DE CAPRIO, Chiara. Op. cit. 20-21.

<sup>11</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 19-20.

A segunda parte da dissertação é composta por dois capítulos. O segundo capítulo da dissertação – *A(s) identidade(s) napolitana(s) e o uso do vernáculo napolitano* – aborda a(s) identidade(s) do Reino de Nápoles e a construção dessa(s) através do vernáculo regional. Para entender a conexão entre o uso de uma língua e a construção da identidade utilizamos autores como Kathryn Woodward, Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall, Manuel Castells, François Dosse, Paul Ricoeur. Para esses pesquisadores, a língua é um instrumento formador, através do discurso vernacular, das identidades de uma determinada sociedade – ainda que não o único meio para a sua construção.

Por que pensamos em identidade – ou identidades: no plural? Porque, para a pesquisa, o discurso presente na crônica apresentou-se difuso entre uma identidade que talvez se encaixe mais como cidadina (e mesmo étnica) e uma identidade política – ligada à própria dinastia angevina (relacionada à angevina porque orientada para ela). É possível, como se verá nas discussões, visualizar um “corte” entre uma história napolitana – da cidade – que está vinculada sobremaneira à Antiguidade, e uma história dinástica ou “genealógica” – dos governantes e das suas dinastias. E esse corte é tão marcado, no texto, que a maior parte dos autores consultados divide no capítulo 57 da Crônica, a parte um da parte dois: divisão que vem desde os primeiros estudos críticos, como será visto, com Bartolomeu Capasso.<sup>12</sup>

Como nosso objeto de estudo nessa dissertação é a crônica, um documento escrito, defendemos a importância do vernáculo para a construção das identidades. Nesse sentido, a pesquisadora Samantha Kelly já defendeu a importância identitária do texto cronístico para a região do Reino de Nápoles em artigo intitulado *Intercultural Identity and the Local Vernacular: Neapolitan History as Articulated in the Cronaca di Partenope*, do ano de 2011.<sup>13</sup>

No terceiro subcapítulo do segundo capítulo abordamos o entendimento teórico sobre a(s) identidade(s): formação, desenvolvimento, embates, e a relação com o Outro, com a Alteridade, especificamente na *Cronaca di Partenope*. Atentamos ao fato de que estudamos a(s) Identidade(s) a partir da análise discursiva da crônica e, portanto, nos valem de reflexões de Andrew Edgar, Augusto Placanica, Michel Foucault, Kathryn Woodward, Tomaz Tadeu da Silva, dentre outros, sobre temas como linguagem, língua, discurso, identidade e diferença. Esta análise foi feita a fim de identificar a operação de construção identitária e também para entender como o discurso auxilia em sua constituição.

---

<sup>12</sup> CAPASSO, Bartolomeo. *Le fonti della storia delle province napoletane da 568 al 1500*. Napoli: Tip. Angelo Trani, 1902.

<sup>13</sup> KELLY, Samantha. *Intercultural Identity and the Local Vernacular: Neapolitan History as Articulated in the Cronaca di Partenope (c. 1350)*. In: *The Medieval History Journal*, Los Angeles, v. 14, 2 (2011), p. 259-284.

Um ponto que também merece destaque e que foi analisado neste capítulo é a língua em que o discurso foi elaborado. Todo o texto da *Cronaca di Partenope* está em vernáculo napolitano do século XIV, o que não era comum na época já que o latim era a língua dos eruditos, da *Republica das Letras*.<sup>14</sup> A referência feita por Benedetto Croce à rainha Joana como iletrada, provavelmente, deriva do fato do uso do vulgar napolitano como língua da administração do reino e como língua cotidiana da governante.<sup>15</sup>

Atentar para a utilização da língua napolitana na escrita daquele texto é de suma importância; isso demonstra uma tentativa de alçar esse idioma à dignidade que o latim tinha naquele momento, uma tentativa de independência frente à Igreja e de afirmação da particularidade da dinastia angevina frente a outras monarquias no continente. Além disso, a oficialização da língua e a elevação a um *status* literário permitiria a criação de uma comunidade linguística, com tradições e história próprias, conhecedora de si e diversa de outras. Pierre Bourdieu, estudando a objetificação nos discursos – o conhecimento de si pelo reconhecimento do Outro –, afirma que:

[...] o poder quase mágico das palavras resulta do efeito que têm a objetificação e a oficialização de fato que a nomeação pública realiza à vista de todos, de subtrair ao impensado e até mesmo ao impensável a particularidade que está na origem do particularismo (é o caso quando a ‘algaravia’ sem nome se afirma como língua suscetível de ser falada publicamente); e a oficialização tem a sua completa realização na **manifestação**, ato tipicamente mágico (o que não quer dizer desprovido de eficácia) pelo qual o grupo prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para outros grupos e **para ele próprio**, atestando assim a sua existência como grupo conhecido e reconhecido, que aspira à institucionalização. O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também **ser percebido como distinto**.<sup>16</sup> (grifamos)

Na citação acima podemos perceber a sistematização de um mecanismo linguístico que tentamos verificar na *Cronaca di Partenope*. A particularização de um grupo, o angevino e o napolitano – no caso analisado, nomeando-o por meio de sua história e na sua própria língua poderia conferir aos pertencentes a esse grupo uma existência oficial. Essa existência trazida à luz, conforme pensamos, pode ser entendida como identidade – o grupo passa a existir para os outros grupos, mas, sobretudo, para si mesmo, como aponta Bourdieu na citação. Dessa forma, abordamos o uso da língua napolitana para a escrita da crônica e quais suas possíveis implicações no contexto do Reino de Nápoles na segunda metade do século XIV. A

<sup>14</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 68.

<sup>15</sup> KELLY, Samantha. *CRONACA DI PARTENOPE*, p. 53.

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 116-117.

conscientização e a visibilidade de um grupo, seja angevino, seja napolitano, pode ser um dos efeitos da *Cronaca di Partenope*? A “nomeação pública” referida por Bourdieu opera, então, uma consciência/conscientização histórica de grupo, no caso em tela, conformando o que chamamos identidade?

Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, Roberto I de Anjou e Joana I de Anjou e as suas relações com o texto cronístico serão abordados no terceiro capítulo. A questão que perpassa o capítulo é a seguinte: é possível perceber a tentativa da rainha de legitimar, por meio do texto, a sua dinastia dotando-a de uma identidade que a fizesse “parte” integrante da geografia política do Reino de Nápoles?

Conforme Feniello, no Reino de Nápoles, uma formação social (supostamente) centralizada que quer ser vista por muitos como um dos primeiros Estados modernos europeus, não obteve êxito na criação de um consenso em torno da monarquia angevina. Essa “falha” se deve ao fato de não haver uma identidade ou um mito de “reconquista”, como aconteceu na Península Ibérica, por exemplo,<sup>17</sup> para dar suporte à criação de consenso. É interessante notar que os barões sempre estiveram a postos para buscar os seus próprios interesses por meio de guerras e alianças contra o poder central.<sup>18</sup> Podemos questionar também: a crônica seria uma tentativa embrionária dessa identidade que Feniello aponta como faltante? Apresentar uma história de Nápoles, de suas origens até o reinado de Joana, poderia conferir o senso de comunidade que faltava para dar coesão política ao *Regno*? Seguramente não conseguiremos resposta a essa questão analisando apenas a *Cronaca*. Contudo, é importante fazê-la para nos auxiliar a responder os questionamentos até aqui levantados.

Podemos pensar a crônica como um instrumento individual, dedicada por Bartolomeu Caracciolo-Carrafa, cortesão napolitano, à dinastia angevina para fins de construção de uma coletividade, nesse caso mais política do que étnica. Samantha Kelly aponta que o enunciador colocou Nápoles no centro dessa história e que o sentimento de “napolitanidade” (*neapolitanness*) é ressaltado ao mostrar todo o passado ligado à colonização grega, à fé cristã e à cultura bizantina como peculiaridade dessa parte da Península Itálica.<sup>19</sup> Acreditamos que inscrever a dinastia angevina nesse fluxo temporal, ao final do texto, seria importante para criar essas identificações; um sentimento de unidade entre a dinastia com os seus súditos e com a nobreza nativa.

---

<sup>17</sup> FENIELLO, Amedeo. Op. Cit., p. 24.

<sup>18</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>19</sup> KELLY, Samantha. Intercultural Identity and the Local Vernacular: Neapolitan History as Articulated in the *Cronaca di Partenope* (c. 1350). P. 261.

Contudo, ressaltamos que, ainda que a cidade de Nápoles estivesse, somente ela, no centro do texto, conforme defende Kelly, não podemos descartar outras possibilidades de análise e interpretação. Podemos defender, por exemplo, que a legitimação da dinastia vai depender de outras leituras, condicionadas pelo contexto de escrita, que deslocavam o centro, para outra parte do discurso. Conforme Elsa Filosa, o protocolo real napolitano obedecia a uma ordem que mandava que rainhas, reis, princesas e príncipes entrassem no recinto por último. Ainda conforme a pesquisadora, Boccaccio, ao elaborar um texto importante do período – *De Mulieribus Claris* – em que narra a vida e obra de diversas mulheres ilustres (106, ao total), entre elas a de Joana I, colocou a biografia da governante angevina posicionada por último, obedecendo ao protocolo real mencionado: como o poeta dedicava a sua obra a uma cortesã angevina (Andrea Acciaiuoli, irmã do Grande Senescal do Reino, Niccolò), convinha obedecer ao protocolo daquela corte.<sup>20</sup> Dessa forma, uma análise dessa questão e do posicionamento da dinastia angevina na redação cronística está presente no terceiro capítulo.

Analisar, portanto, o argumento de Kelly em contraposição com aquele da pesquisa de Elsa Filosa mostra-se fecundo. Isso por que a leitura de Kelly parte do que consideramos importante no texto – o seu tema ou enredo – e a leitura de Filosa considera o posicionamento de partes do texto dentro da redação globalmente considerada. Para a pesquisadora italiana, por exemplo, ainda que o tema do *De Mulieribus Claris* tenha como ponto central as mulheres humanistas, Joana I toma grande relevância devido ao seu posicionamento ao final do texto.

Comparar, assim, os argumentos apresentados por Samantha Kelly e Chiara De Caprio é de suma importância para entender como poderia funcionar, a partir do texto cronístico, a elaboração da identidade dinástica. Outro elemento que é possível observar é como era tratada a problemática da legitimação angevina em Nápoles no século XIV.

Por fim, é importante ressaltar que o trabalho se concentrou preponderantemente no período de Joana I, estando essa personagem constantemente presente na análise. Isso se deve ao fato, como já mencionado, da *Crônica de Partenope*, ter sido escrita entre 1347 e 1350, início do seu reinado, um momento apontado por muitos estudiosos como de crise e de declínio do reino sulista – crise e declínio muitas vezes reputados à própria rainha.<sup>21</sup> Como ocorreu a produção dessa história por Bartolomeu Caracciolo-Carafa, cortesão napolitano e qual era o contexto do período são dados importantes para pensarmos as já referidas questões identitárias,

---

<sup>20</sup> FILOSA, Elsa. *Tre Studi sul De Mulieribus Claris*. Milão: Edizioni Universitarie di Lettere, Economia e Diritto, 2012, p. 34.

<sup>21</sup> Vide ABULAFIA, David. *The Italian South*. FENIELLO, Amedeo. Op. cit., p. 11-25. LOKAJ, Rodney L. Op. cit.

de legitimidade e as possibilidades de construção de uma coesão em torno da Casa de Anjou a fim de centralizar o Reino de Nápoles, conferindo-lhe coesão para enfrentamento das inúmeras vicissitudes que afligiram a sociedade reinícola no século XIV.

## 2 PARTE 1

A primeira parte da dissertação que aqui se inicia tem por finalidade analisar o contexto do Reino de Nápoles, a produção da *Cronaca di Partenope* e sua fortuna manuscrita finalizando com a opção pelo argumento de Samantha Kelly em relação ao estabelecimento da versão crítica utilizada nesse trabalho editada no ano de 2011.

Tratamos brevemente da discussão sobre as relações entre as crônicas medievais e a História: indagações, constrovements e limites no uso de um texto cronístico para fins acadêmicos. Utilizamos autores como o argentino Leonardo Funes, que estuda crônicas ibéricas, a fim de entender como as relações entre o campo literário e o histórico estavam intimamente ligados no Medievo.<sup>1</sup> Com ele tentamos compreender a distância epistemológica que existe entre o que entendemos por História e aquilo que era percebido como tal entre os séculos XII – XIV.

Por fim, cabe observar que ocupamos toda essa primeira parte com essas análises. A(s) identidade(s), o discurso cronístico e as relações entre figuras proeminentes do Reino de Nápoles são tratadas nos capítulos da segunda parte da dissertação.

### 2.1 Crônica e História

Já é conhecido o debate travado sobre a possibilidade de se tratar uma crônica medieval como História.<sup>2</sup> Atente-se que não é questionado, sob nenhum ângulo, o uso desse gênero textual como fonte histórica, mas sim o fato das crônicas medievais serem entendidas como textos de História ou não. Para afirmar a pluralidade de formas de escrita da História podemos invocar as palavras de Peter Burke (2010, p. 17), para quem

[...] desde os tempos de Heródoto e Tucídides, a história tem sido escrita sob uma variada forma de gêneros: crônica monástica, memória política, tratados de antiquários, e assim por diante. A forma dominante, porém, tem sido a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> FUNES, Leonardo. Las crônicas como objeto de estudio.

<sup>2</sup> Como por exemplo em: FUNES, Leonardo. Las crônicas como objeto de estudio. GUIMARÃES, Marcella Lopes. O discurso cronístico e a narrativa histórica. In: NETO, Dirceu Marchini; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Orgs.) *A Idade Média: entre história e historiografia*. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2012, p. 57-58. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. São Paulo: Anablume, 2006.

<sup>3</sup> BURKE, Peter. *A Revolução Francesa e a Historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 17.

Segundo esse autor, a História, no decorrer dos séculos foi registrada sob diversas roupagens, a depender da cultura, do local e dos fins aos quais estava destinado o texto. Ainda segundo Burke, foi mais fortemente com o Iluminismo que essas outras formas de escrita começaram a ser contestadas como portadoras de uma “verdade”. Esse conceito de verdade estaria baseado em documentos que retratavam “fielmente” o que havia ocorrido no passado.<sup>4</sup> Foi no século XVIII, século em que viveu Leopold von Ranke, que o documento e o arquivo foram elevados a fonte “oficial” do historiador e as revistas profissionais começaram a surgir.<sup>5</sup> Como, então, considerar uma hagiografia e uma crônica medieval como História se, para a sua composição, não havia uma investigação histórica (entendida como tal para o pensamento racionalista)?

Nessa linha, defendendo a inexistência da História como a compreendemos hoje antes da Modernidade e da Contemporaneidade, podemos apontar Reinhart Koselleck. Para esse pesquisador alemão, a disciplina História – *Geschicht* – é produto do final do século XVIII, tal como mencionamos no parágrafo anterior. Ele contrapõe a esse conceito a *Historie* – história – que, segundo o autor, é um fenômeno que existiu desde muito cedo na cultura europeia ocidental.<sup>6</sup>

No entanto, o fenômeno que em alemão sofre uma divisão mais objetiva em dois conceitos diversos – a *Geschicht* e a *Historie* – nas línguas românicas é designado apenas por um vocábulo: *história*. Talvez provenha daí a admissibilidade da existência de uma história no Medievo defendida por vários autores de tradição latina. Para esses, a variedade de gêneros com que se escreveu a História não é tão problemática. Para tais pesquisadores devemos admitir que a História, na Idade Média (sobretudo em séculos iniciais), estava permeada por elementos mais ficcionais e mais próximos de uma narrativa descompromissada com a verossimilhança. Nesse sentido Leonardo Funes (2008, p. 01), estudioso argentino que pesquisa o campo da literatura medieval ibérica, afirma que,

Esse cruzamento entre Literatura e História parece ser uma operação deliberadamente anacrônica por meio da qual o fenômeno contemporâneo de dissolução das fronteiras entre os diferentes tipos de discurso - entre o literário e o não literário é transportado para a esfera medieval. E até certo ponto é assim. ***Mas, em muito maior grau, essa conexão constitui uma restituição do horizonte histórico do sistema cultural medieval, visto que naquela época a***

<sup>4</sup> BURKE, Peter. *A Revolução Francesa e a Historiografia*, p. 17.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>6</sup> KOSELLECK, Reinhard *et al.* *O conceito de História*. São Paulo: editora Autêntica, 2013, p. 37.

*história ainda era um ramo das Letras*. Aliás, era assim até o final do século XVIII, quando a mudança produzida na instituição literária - e o próprio surgimento do termo "literatura" com o significado que ainda conserva - devido à "emancipação das artes plásticas na cultura burguesa - nas palavras de Jauss - levou a conceber a história como algo essencialmente diferente da literatura.<sup>7</sup> (grifamos)

Vemos novamente, nas palavras de Funes, o corte ocorrido no século XVIII. Porém, o excerto nos traz algo relevante em outro ponto: o que parece ser anacrônico – o que enveredaria pela trilha de Koselleck – é apenas aparente. A Literatura e a História não eram matérias inexistentes; estavam entrelaçadas de modo que hoje não conseguimos encaixá-las exatamente nos contornos aos quais normalmente estamos habituados, contornos disciplinares esses construídos por iluministas e positivistas.<sup>8</sup> A dissolução entre fronteiras a que Funes alude, no campo da História, é devido aos *Annales*, cujos “instigadores e discípulos pretenderam acabar com aquilo que se designava pejorativamente como história historicizante: o acontecimento e seu relato”.<sup>9</sup>

Para Marcella Lopes Guimarães que, assim como Funes, estuda crônicas medievais ibéricas, história e ficção conjugadas podem iluminar “a compreensão de uma narrativa histórica particular” que, no caso de estudo da pesquisadora é a portuguesa “Crônica de 1419”. Defendendo essa imbricação entre História e Literatura no Medievo, Guimarães cita Jorn Rüsen (2010, apud GUIMARÃES, 2013, p. 153) para quem “o desafio da transformação temporal é responsável por uma mudança estrutural da narrativa histórica.”<sup>10</sup> Dessa forma, entender que a crônica é o gênero com o qual os redatores escreviam a História do período medieval torna a dissolução mencionada por Funes entre as fronteiras da Literatura e da História, segundo ele fenômeno tipicamente atual, menos anacrônica. Inclusive, o excerto de Rüsen permite também compreender que o conceito e

---

<sup>7</sup> FUNES, Leonardo. Reflexiones en torno a una poética del relato cronístico. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, Auxerre, n° 2, p. 01-16, 2008, p 01. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cem/10813>> Acesso: em 14 jun 2020: “Este cruce entre la literatura y la historia parecería una operación deliberadamente anacrónica mediante la cual se transporta al ámbito medieval el fenómeno contemporáneo de disolución de los límites entre los diferentes tipos de discurso – entre lo literario y lo no literario. Y en cierta medida es así. Pero en mucha mayor medida, esta puesta en relación constituye una restitución del horizonte histórico propio del sistema cultural medieval, puesto que en esa época la historia todavía era una rama de las letras. En rigor, así fueron las cosas hasta fines del siglo XVIII, cuando el cambio producido en la institución literaria – y el surgimiento mismo del término « literatura » con el sentido que aún conserva – debido a la « emancipación de las bellas artes en la cultura burguesa » – en palabras de Jauss –, llevó a concebir la historia como algo esencialmente distinto de la literatura.”

<sup>8</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da História*. São Paulo: Zahar, 2001, p. 19.

<sup>9</sup> DOSSE, François. *História à prova do tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2001, p. 85.

<sup>10</sup> RÜSEN, Jorn apud GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Crônica de 1419: Transformação e Identidade. In: *Identidades e fronteiras no Medievo Ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 153.

a forma com que relatamos a história, hoje, sofreu mudanças estruturais que se cristalizaram no Ocidente entre os séculos XVIII e XIX. Por conseguinte, a nossa forma de História é produto de transformações ocorridas ao longo dos séculos – o que hoje é História é uma contingência e está atrelada ao momento presente e a nossa cultura.

Guimarães atenta para o fato de as crônicas surgirem a fim de consolidar poderes políticos que eram relativamente novos e que foram um outro modelo àquele da gesta, que, segundo a autora, já não era mais expressivo para o período em que foram escritos. Os séculos finais da Idade Média, sobretudo entre os séculos XIV e XV, veem o surgimento da prosa em vernáculo em reinos da península Ibérica e Itálica e “dava início a um ambicioso projeto cultural de autolegitimação e educação dos súbditos”.<sup>11</sup>

Como negar um paralelo entre essa história cronística e a história burguesa do século XIX e parte do XX? Como negar a ordenação social como uma das funções dessas narrativas? Guimarães, responde, em parte, às questões que propomos definindo o gênero crônica. Para a pesquisadora (GUIMARÃES, 2013, p. 155),

[...] crônica histórica tardo-medieval é uma realização discursiva narrativa, construída a partir de pressupostos de uma tradição literária cristã, retomada e recriada por seus cultores, com intenção de verdade, ainda que incorpore elementos ficcionais que servem a essa verdade. Ela foi geral ou particular, construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (com exemplos e contraexemplos) para a sociedade política.<sup>12</sup>

Nesse ponto a pesquisadora alarga o que Funes já mencionava em seus textos: que geralmente a atividade cronística se concentra em momentos em que se produz uma consolidação do poder político (uma re-ordenação social).<sup>13</sup> Ou seja, a crônica busca, pela narração do passado, legitimar (ou contestar) o presente.<sup>14</sup> Nessa narração, eventos ocorridos são mesclados a elementos poéticos e ficcionais que são profusamente empregados. Funes chama atenção para esses últimos: não são empregados por ignorância do passado ou como uma forma de simples fabulação, mas eram recursos eficazes para a

<sup>11</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Crônica de 1419: Transformação e Identidade, p. 155.

<sup>12</sup> Id., O discurso cronístico e a narrativa histórica, p. 57-58.

<sup>13</sup> FUNES, Leonardo. Reflexiones en torno a una poética del relato cronístico, p 08. “Habitualmente la actividad cronística se concentra en aquellos momentos en que se produce una consolidación del poder político.”

<sup>14</sup> Enfatizamos que utilizamos aqui *legitimação* como aquele “reconhecimento por parte dos sujeitos de uma sociedade sobre o direito de seus governantes exercerem o governo da sociedade” – definição dada por Peter Sedgwick baseada na teoria de Max Weber. SEDGWICK, Peter. Legitimação. In: EDGAR, A.; SEDGWICK, Peter (Orgs). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.

construção de uma narrativa histórica que poderia dar sentido no momento em que a obra encontrasse o seu público.<sup>15</sup> Ou seja, eram recursos para narrar o passado e legitimar/contestar o presente.

Para Pierre Chastang, para o qual a tradição do texto vivo – que se modificava constantemente –, típica de civilizações manuscritas foi, aos poucos, substituída pela noção de texto originário ou de arquétipo textual (*Urtext*).<sup>16</sup> Nesse movimento podemos perceber com maior nitidez o princípio da separação entre Literatura e História, ficção e relato histórico. Para o autor, os filólogos dos séculos XIV e XV como Lorenzo Valla (+ 1457) e Flavio Biondi (+ 1463)

[...] exumaram e restauraram os textos e os monumentos clássicos a fim de encontrar um passado depurado dos traços e usos posteriores. A historicidade do texto, que o exercício crítico se propõe a apreciar, é garantidor de sua verdade e do seu valor. (CHASTANG, 2008, p. 246)<sup>17</sup>

Para Chastang, naqueles eruditos encontraríamos, a matriz do pensamento iluminista e positivista explanado nos parágrafos anteriores, que separou o texto histórico – verossímil –, da ficção – mera invenção com todos os seus adereços poéticos e fabulosos.

Nesse sentido, Paul Ricoeur afirma que a sociedade moderna e contemporânea professa o “credo da objetividade” no campo científico e aponta justamente a ruptura entre a história e a narrativa literária como fundamental para o surgimento da história-disciplina contemporânea. Essa objetividade, ou “projeto de objetividade”, dentro do campo historiográfico tentaria conferir autonomia à disciplina ao mesmo tempo em que a desligava da narrativa – vista como parte da Literatura. Dessa forma, a disciplina tentaria “catalogar” eventos, recolhê-los de forma objetiva e ir, como em um quebra-cabeças, completando um grande quadro histórico. Conforme o pesquisador (RICOEUR, 1994, p. 253),

---

<sup>15</sup> FUNES, Leonardo. Historia, ficción, relato: invención de pasado en el discurso histórico de mediados del siglo XIV. IN: *Actes del VII Congrès de l'Associació Hispànica de Literatura Medieval*, 22-26 de setembre de 1997, p. 185.

<sup>16</sup> CHASTANG, Pierre. L'archéologie du texte médiéval. Autour de travaux récents sur l'écrit au Moyen Âge, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, n.º 2, p. 245-269, 2008, p. 246.

<sup>17</sup> *Ibid.*: “[...] exhumer et restaurer les textes et les monuments classiques, afin de retrouver un passé épuré des traces de ses usages postérieurs. L'historicité du texte, que l'exercice critique se propose d'apprécier, est garante de sa vérité et de sa valeur.”

A esse desejo de ajustamento, do lado do fato histórico, corresponde a esperança de que os resultados atingidos por diferentes pesquisadores possam se acumular por um efeito de complementaridade e de retificação mútuas. O credo da objetividade não é outra coisa senão essa convicção dupla de que os fatos relatados por histórias diferentes possam se ajustar e de que os resultados dessas histórias possam se completar.<sup>18</sup>

Pensar no desligamento entre História e Literatura pode ser o início de uma reflexão sobre a artificialidade das barreiras construídas entre os diversos campos de conhecimento. Também pode nos auxiliar a pensar esse Outro tão radicalmente diferente de nós, esse(s) outro(s) tempo(s), dirigidos por outros paradigmas.

Portanto, considerar que a crônica medieval participava de outro horizonte histórico cujo entrelaçamento entre os campos literário e histórico eram a regra pode nos auxiliar a compreender esse Outro do qual tentamos nos aproximar. O olhar do historiador de hoje se debruça sobre o texto medieval com as ferramentas que a nossa sociedade pensa adequadas assim como o cronista medieval se debruçava sobre o manuscritos com as ferramentas que julgava adequadas ao seu momento. A crítica, típica da disciplina histórica, deve estar presente na análise e os elementos ficcionais devem ser evidenciados para justamente ressaltar a Alteridade e revelar o processo aludido por Rüsen. Conforme Guimarães (2017, p. 25),

O estranhamento da linguagem e do modo de narrar nos convida a perceber outro mundo, diverso do nosso, que entretanto nos constitui. Esclarece escolhas feitas no passado, à luz de condições muito diversas das que vivemos. A percepção da singularidade amplia a nossa capacidade de compreensão da diferença.<sup>19</sup>

Essa busca do Outro e o reconhecimento de sua particularidade é sustentada, inclusive, por Paul Ricoeur. Para o pesquisador, citado por François Dosse, escrever a História é partir em busca do Outro numa “transferência temporal” que também é uma “transporte para outra subjetividade” (RICOEUR, 1955 apud DOSSE, 2001, p. 79).<sup>20</sup> Nessa empreitada, cabe a compreensão das diversas formas de expressão – o que incluiu a história – com suas singularidades dadas pelo contexto passado.

<sup>18</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. (Tomo I). Campinas: Papirus, 1994, p. 253.

<sup>19</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Reconquista: entre o debate historiográfico e a avaliação de uma realidade tardo-medieval. In: *Revista História Hoje*, v. 6, nº 12, p. 10-34 – 2017, p. 25. Disponível em <<https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/364>> Consulta: 08 jul 2020.

<sup>20</sup> RICOEUR, Paul apud DOSSE, François. Op. cit., p. 79.

Talvez para começar a compreender e a aceitar outras formas de narrativas históricas uma passagem de Marc Bloch (2001, p. 44) nos auxilie:

Resguardemo-nos de retirar de nossa ciência sua parte de poesia. Resguardemo-nos sobretudo, já surpreendi essa sensação em alguns, de enrubescer por isso. Seria uma espantosa tolice acreditar que, por exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, ela devesse ser menos capaz de satisfazer também nossa inteligência.<sup>21</sup>

Talvez não seja negando o tanto de História que uma crônica contém que conseguiremos explorar de forma mais eficaz o passado contido nesses documentos. Entender que uma sociedade, em uma outra época, possuía uma visão mais poética da História talvez seja mais profícuo do que negar a esse Outro, distante no tempo e no espaço, todo um campo de conhecimento que, segundo o paradigma presente, não é mais válido. Quiçá se um pouco dessa sensibilidade poética, repousando como um eco em nossos escritos, nos possibilite difundir ainda mais o conhecimento histórico para aquela parcela da população que se mantém distante da Academia, trabalhando em outros campos do saber humano.

---

<sup>21</sup> BLOCH, Marc, op. cit., p. 44.

### 3 CRONACA DI PARTENOPE: CONTEXTO DE PRODUÇÃO E FORTUNA MANUSCRITA

#### 3.1 O Reino de Nápoles e o contexto angevino

A ascensão da Casa de Anjou em Nápoles está estreitamente ligada ao Papado, ao conflito entre a Igreja Romana e a Casa de Staufen. Com a morte de Frederico II, em 1250, ascendeu ao trono do *Regno*<sup>1</sup> o seu filho, Conrado IV, que faleceu em 1254. Com isso a disputa pela sucessão foi transformada em um conflito aberto entre aqueles que queriam que Conradino, filho de Conrado IV, assumisse o trono, embora fosse menor, e Manfredo, filho ilegítimo de Frederico II, tutor de Conradino.<sup>2</sup>

O papa Inocêncio IV já havia pedido auxílio a Carlos de Anjou, em 1245, durante o Concílio de Lyon, para depor Frederico II. O então conde de Anjou, Maine e Provença não o atendeu. Mas, em 1265, quando do conflito interno nos domínios itálicos dos Staufen, Carlos interveio e conseguiu a coroa para si após a Batalha de Benevento, em 1266.<sup>3</sup> Com o apoio do novo pontífice, Clemente IV, o conde lutou contra Manfredo e, em troca, o papa o considerou “protetor da Santa Romana Igreja e da Fé cristã”.<sup>4</sup> Isso explica, em parte, a pouca margem de manobra que Carlos teve ao produzir uma imagem real de si, a qual não podia entrar em conflito com o Papado e com o fato de ter recebido o reino e o título real como vassalo de Igreja Romana.<sup>5</sup> Houve a tentativa de mostrar Carlos I como um rei-cavaleiro, cruzadista e expansionista, devoto da fé. Isso parece não ter tido grande sucesso entre os seus súditos, conforme Dunbabin. Os seus sucessores precisaram de outro mote para se legitimar no poder de um reino “estrangeiro”<sup>6</sup>. Carlos II, por exemplo, tornou-se conhecido como reformador da cidade de Nápoles e da administração do *Regno* e Roberto criou para si uma imagem salomônica, que colocava

---

<sup>1</sup> *Regno* é a nomenclatura comumente utilizada para designar o Estado que, inicialmente, abarcava Nápoles e a ilha da Sicília, passando depois das Vésperas Sicilianas (1282), a designar somente o território peninsular.

<sup>2</sup> DUNBABIN, Jean. Creating an image for a new kingship: Charles I of Anjou, King of the Regno. In: BOLTON, Brenda; MEEK, Christine. *Aspects of power and authority in the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2007, p. 24.

<sup>3</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>4</sup> Vide contrato entre o conde Carlos de Anjou e o papa Inocêncio IV constante do Ms. BnF Italien 304. Fólios 21r – 25v. Disponível em <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8433309k/f53.item>> Consultado em 14 fev 2020.

<sup>5</sup> DUNBABIN, Jean. Creating an image for a new kingship: Charles I of Anjou, King of the *Regno*. Op. cit. p. 25.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 27.

em primeiro plano a proteção aos interesses da Igreja Romana e o patrocínio às Artes e às Letras.<sup>7</sup>

Após iniciar o governo no *Regno* com a promessa de rever taxações consideradas pesadas impostas por Frederico II e de retomar a época áurea dos governantes normandos, especialmente de Guilherme II de Altavila (1166-1198), a rebelião das Vésperas Sicilianas (1282-1304) amputou do corpo do reino angevino a ilha da Sicília. A ilha foi anexada pelos aragoneses liderados por Pedro III de Aragão.<sup>8</sup>

Durante as duas últimas décadas do século XIII e nos primeiros anos do século XIV as Vésperas Sicilianas opuseram o reino peninsular, com capital em Nápoles àquele insular, com capital em Palermo. No ano de 1302 foi assinado um acordo – o Tratado de Caltabellotta – que estabelecia a devolução da ilha para o reino de Nápoles assim que Frederico III de Aragão, rei no momento do tratado, morresse, ainda que com herdeiros.<sup>9</sup> Além disso, o tratado estabelecia que o título do rei sediado em Palermo seria “rei de Trinácia” e não “rei da Sicília”, ficando essa titulação em poder dos angevinos. Ao aragonês os termos desagradaram e, durante toda a sua vida, ele tentou pressionar tanto o Papado quanto os angevinos para rever a titulação, sendo o título de “rei de Trinácia” abandonado de *motu proprio*. Frederico III adotou a designação de *rex Siciliae* em documentos administrativos e da chancelaria, nomeando o seu filho, Pedro, como co-regente do reino, o que demonstrava claramente a intenção de não cumprir os termos do acordo de 1302.<sup>10</sup>

Nesse ponto cabe uma explanação maior a respeito da Guerra das Vésperas, conflito encerrado formalmente no ano de 1302, com o referido Tratado, mas que foi retomado diversas vezes até 1372,<sup>11</sup> quando Joana I novamente assinou, juntamente com o papa Gregório XI, um outro acordo.<sup>12</sup> Essa guerra marcou um ponto de inflexão tanto para os angevinos/franceses quando para os aragoneses. Os próximos reis, em Nápoles,

<sup>7</sup> Nesse sentido, existem obras sobre os soberanos angevinos, tais como: GAGLIONE, Mario. *Converrà ti que aptengas la flor: Profili di sovrani angioini, da Carlo I a Renato (1266-1442)*. Milano: Lampi di Stampa, 2009. KELLY, Samantha. *The New Solomon: Robert of Naples (1309-1343) and Fourteenth-Century Kingship*. Leiden-Boston: Brill, 2003.

<sup>8</sup> DUNBABIN, Jean. Op. cit., p. 27.

<sup>9</sup> PISPISA, Enrico. *Regnum Siciliae: la polemica sulla intitolazione*. Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, 1988, p. 29.

<sup>10</sup> PISPISA, Enrico. Op. cit., p. 63. Ver também: ABULAFIA, David. The Italian South. In: JONES, Michael (ed). *Italy in the age of Dante and Petrarch*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 495.

<sup>11</sup> ABULAFIA, David. The Italian South, p 506.

<sup>12</sup> GOLDSTONE, Nancy. *The Lady Queen: The notorious reign of Joanna I, Queen of Naples, Jerusalem and Sycily*. New York: Walker & Company, 2009, p. 427.

não vão abrir mão de se intitular como “reis da Sicília”<sup>13</sup> e, para os aragoneses, a ilha servirá de base para uma expansão comercial marítima em direção ao Oriente e também para reivindicar a posse da parte continental dos territórios peninsulares.<sup>14</sup>

Por que considerar as Vésperas Sicilianas, ocorridas em 1282, como ponto importante de análise mesmo para o período de Joana I, já na metade do século XIV? O embate entre os angevinos/franceses e os sicilianos/aragoneses deu o tom de políticas que se arrastaram até o governo de Joana e que, no reinado da dinastia angevina, levou o Reino de Nápoles a uma espiral financeira calamitosa, sendo em boa medida, na nossa visão, responsável pela situação complexa do reinado de Joana.<sup>15</sup>

O relato mais conhecido acerca do conflito, *Lu ribellamentu di Sichilia contra re Carlu*, narra que às vésperas da Páscoa de 1282, 30 de março, na cidade de Palermo, os cidadãos incitados pelos barões, se revoltaram contra os oficiais angevinos/franceses devido as políticas de Carlos I.<sup>16</sup> O estopim foi uma abordagem violenta perpetrada por um oficial francês contra a esposa de um dos barões da Sicília em frente à igreja do Espírito Santo, na região central de Palermo. Na tentativa de vingar a honra ferida, os nobres conclamaram a população a perseguir e a matar todos aqueles que fossem pró-franceses/pró-angevinos: até o final do dia Palermo havia sido tomada e a guarnição angevina da cidade de Messina, expulsa.<sup>17</sup>

Jean Dunbabin chama atenção para as políticas angevinas que possivelmente estavam por trás do conflito. Uma delas – a devolução à Igreja, por Carlos I, de terras expropriadas dela e concedidas aos barões por Frederico II – enfurecia grande parte dos poderosos da ilha, que tinham se beneficiado com a medida alargando os seus domínios,<sup>18</sup> e outra – a redução das taxas consideradas pesadas impostas por Frederico II.<sup>19</sup>

---

<sup>13</sup> PISPISA, Enrico, op. cit., p. 05.

<sup>14</sup> Id., p. 27.

<sup>15</sup> FENIELLO, Amedeo. Op. cit., p. 11.

<sup>16</sup> A mais recente edição dessa crônica foi elaborada em Nova Iorque, em 2015. O texto foi traduzido e acrescido de notas, uma contextualização prévia, mapas e árvores genealógicas. MENDOLA, Louis. *Sicily's Rebellion against King Charles*. New York: Trinacria Editions, 2015.

<sup>17</sup> ABULAFIA, David. *The Western Mediterranean Kingdoms: The struggle for dominion, 1200-1500*. New York: Routledge, 1997, p. 67. Ver também: CERENTINI, Vinicius Silveira. *Cronaca di Partenope: mito de origem e legitimação angevina em um crônica do século XIV*. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto de Filosofia e Ciência Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189113>>

<sup>18</sup> DUNBABAIN, Jean. Creating an image for a new kingship: Charles I of Anjou, King of the Regno, p. 25.

<sup>19</sup> GALASSO, Giuseppe. L'Italia Aragonesa. *Storia Mediterranea*. Palermo, n. 11, p. 425 – 436, dez 2007. Disponível em <<http://www.storiamediterranea.it/portfolio/n-11-dicembre-2007/>>. Acesso em 15 out 2016.

Pedro III de Aragão se imiscuiu imediatamente na disputa. O rei aragonês foi chamado por barões sicilianos para liderar o movimento devido ao seu casamento com Constância de Hohenstaufen, filha de Manfredo que, conforme a reivindicação dos barões, e depois segundo o próprio Pedro III, era a herdeira legítima do *Regno*, visto que a última da dinastia germânica.<sup>20</sup> Seguramente, o rei aragonês viu aí uma oportunidade para anexar aos seus domínios uma rica região do Mediterrâneo, com localização estratégica. A ilha era um entreposto importante para as viagens ao Oriente e serviria à expansão marítima aragonesa em direção aos Bálcãs e ao Levante.<sup>21</sup>

No que tange à parcela peninsular do reino, o sucessor de Carlos I, Carlos II, foi o responsável por firmar as bases de uma outra realidade política no sul da Península Itálica, centrada na cidade de Nápoles, e não mais em Palermo – como antes dos Angevinos. Segundo Giuseppe Galasso, foi nesse período que a cidade se tornou mais cosmopolita, mudou de feições, sofreu reformas arquitetônicas e administrativas importantes.<sup>22</sup> Carlos II foi feito prisioneiro dos aragoneses em 1284, durante a Guerra das Vésperas, foi libertado somente no ano de 1289, quando seu pai já havia sido morto (1285). Dessa forma, foi na última década do século XIII e no início do século XIV, com o segundo monarca angevino no poder, que a cidade se tornou um núcleo comercial e administrativo. Mercadores marselheses, genoveses, pisanos, banqueiros do norte italiano se estabeleceram com incentivos reais e uma nobreza ítalo-francesa à serviço da Corte se tornou importante. Toda essa efervescência se dava justamente porque, com a perda da Sicília, os reis deveriam buscar apoio financeiro diversificado: a ilha, antes parte do reino, rendia muito com a tributação sobre os grãos que produzia e vendia para várias partes da Península Itálica, sobretudo para cidades do norte italiano.<sup>23</sup>

A perda da Sicília, celeiro do Mediterrâneo central, não dificultava somente a expansão territorial angevina: diminuía sobremaneira os recursos que o reino arrecadava. Os angevinos, dessa forma, teceram relações com banqueiros e empresários do norte italiano para financiar as guerras de reconquista da ilha considerando que, assim que a

---

<sup>20</sup> GALASSO, Giuseppe. *L'Italia Aragonese*, p. 26.

<sup>21</sup> PISPISA, Enrico. Op. cit., p.71. RUBIÈS, Joan-Pau. The idea of Empire in the Catalan Tradition from Ramon Muntaner to Enric Prat de la Riba. *JHR*, 1995. Texto disponível em <[https://www.academia.edu/12981466/The\\_Idea\\_of\\_Empire\\_in\\_the\\_Catalan\\_Tradition\\_from\\_Ramon\\_Muntaner\\_to\\_Enric\\_Pratt\\_de\\_la\\_Riba](https://www.academia.edu/12981466/The_Idea_of_Empire_in_the_Catalan_Tradition_from_Ramon_Muntaner_to_Enric_Pratt_de_la_Riba)> Consultado em 27 fev 2020.

<sup>22</sup> GALASSO, Giuseppe. *Napoli Capitale: Identità politica e identità cittadina – studi e ricerche (1266-1860)*. Napoli: Electa Napoli, 2003, p. 57.

<sup>23</sup> ABULAFIA, David. *The Italian South*, p. 497.

reocupassem, saldariam suas dívidas e teriam novamente um território estratégico para expandir o reino para o Oriente, como também desejado pelos aragoneses.<sup>24</sup>

Essas relações foram tão fortes que Amedeo Feniello, citando Abulafia, aponta que “Florença surge quando a casa de Anjou surge”. (ABULAFIA, 1981 apud FENIELLO, 2015, p. 21)<sup>25</sup> Com essa afirmação o pesquisador tenta evidenciar que o volume de empréstimos e financiamentos à Casa Angevina para tratar dos assuntos do Reino de Nápoles atingiram cifras altíssimas, catapultando famílias como os Peruzzi, os Bardi e os Acciaiuoli para dentro das cortes italianas do período. O autor demonstra também que o declínio e a falência de tais clãs de banqueiros coincide com o declínio do reino angevino.<sup>26</sup>

No reinado de Roberto I, o Sábio, terceiro rei da dinastia angevina, as Letras e a Arte foram valorizadas e o rei tentava se aproximar de um modelo salomônico de conduta, pautado na piedade, na justiça, na prudência e na sabedoria.<sup>27</sup> No entanto, a alcunha de “sábio” se deve mais por causa de suas ações pró-Papado, principalmente no norte da Itália, como defensor dos Estados Papais frente aos imperadores do Sacro Império do que ao incentivo às Letras, à Arte e à Justiça. Roberto patrocinou Giotto, que esteve em Nápoles no decênio de 1330, recebendo apoio financeiro do rei para realizar pinturas com temáticas bíblica e mitológica.<sup>28</sup> As comparações com Salomão, o monarca bíblico, eram constantes e a religiosidade de Roberto era exaltada. O próprio monarca angevino escreveu sermões, que ainda sobrevivem ao tempo, exaltando a Justiça e o Direito, colocando-se como advogado das cidades do norte como Prato e Veneza.<sup>29</sup> Não é sem razão que uma obra inteira da pesquisadora Samantha Kelly tenta dar conta da figura de Roberto de Anjou, chamado por ela de “novo Salomão”.<sup>30</sup>

Mas se atentarmos para o fato de que Roberto estava ligado não somente ao florescimento das Letras e da Arte no sul da península itálica, mas também ao firme desejo de retomada da Sicília, talvez o soberano não merecesse o epíteto de “sábio”. O constante estado de beligerância contra o Sacro Império e contra os aragoneses, com

<sup>24</sup> ABULAFIA, David. *The Italian South*, p. 497.

<sup>25</sup> Id., *apud* FENIELLO, Amedeo, op. cit., p. 21.

<sup>26</sup> FENIELLO, Amedeo, op. cit., p. 21.

<sup>27</sup> Em seu livro *The New Solomon: Robert of Naples (1309-1343) and Fourteenth-Century Kingship*, Samantha Kelly dedica à cada uma das quatro virtudes aqui elencadas um capítulo específico, apontando em cada um deles como Roberto I tentava mostrá-las a seus súditos por meio de suas ações como soberano.

<sup>28</sup> FENIELLO, Amedeo, op. cit., p. 501.

<sup>29</sup> Id., p. 503.

<sup>30</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon: Robert of Naples (1309-1343) and Fourteenth-Century Kingship*. Leinden-Boston: 2003.

conflitos às vezes simultâneos contra ambos, fez com que o tesouro do reino de Nápoles se esgotasse. Suas dívidas eram altíssimas e ele pretendia saldá-las com a reconquista da Sicília. Dessa forma, caso a retomada da ilha se concretizasse, o rei poderia vender direitos de transporte e de recolhimento de tributos a terceiros, em geral banqueiros e comerciantes do norte.<sup>31</sup> Conforme David Abulafia, o sonho de recuperar a Sicília era mantido por Roberto, que enxergava “a conquista [...] como a panaceia para todos os males do reino”.<sup>32</sup>

Foi principalmente no reinado de Roberto, conforme Feniello e Abulafia, que “homens de negócio”, como Niccolò Acciaiuoli começaram a ocupar postos importantes na administração angevina.<sup>33</sup> Após a morte do “sábio” monarca, esse mesmo expoente da família Acciaiuoli de Florença se tornou um virtual primeiro-ministro – o “Grande Senescal” – na Corte de Joana, influenciando sobremaneira sua forma de conduzir a gestão das crises com os aragoneses e com o Papado.<sup>34</sup>

Joana I, neta e herdeira de Roberto por força da morte Carlos da Calábria, seu pai, em 1328, ascendeu ao trono no ano de 1343.<sup>35</sup> Após a morte dessa soberana subiu ao poder um ramo cadete – os Anjou-Durazzo.<sup>36</sup> Cabe frisar que Joana I de Anjou teve um reinado conturbado, marcado por intrigas políticas, invasões, insolvência do reino, exílio da rainha para Avinhão e por fim sua prisão e assassinato.<sup>37</sup>

Durante o seu reinado, que se estendeu por quarenta e um anos, foi escrita a primeira história em vernáculo da cidade de Nápoles, a *Cronaca di Partenope*, redigida por um cortesão napolitano – Bartolomeu Caracciolo-Carafa – dedicada ao seu segundo marido, Luís de Taranto.<sup>38</sup> É importante ressaltar que o último texto escrito a respeito da história napolitana havia sido redigido quatrocentos anos antes, em latim.<sup>39</sup> Esse texto narrava a sucessão de bispos da cidade, supostamente do primeiro até aquele do momento em que se fazia a redação. Não era exatamente uma história cidadina, como a *Crônica de Partenope*, mas uma história clerical: a *Gesta Episcoporum Neapolitanorum*.<sup>40</sup>

<sup>31</sup> ABULAFIA, David. *The Italian South*, p. 499.

<sup>32</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>33</sup> FENIELLO, Amedeo, op. cit., p. 22. ABULAFIA, David. *The Italian South*, p. 497.

<sup>34</sup> ABULAFIA, David. *The Italian South*. P. 496. GOLDSTONE, Nancy, op. cit., p. 123.

<sup>35</sup> GOLDSTONE, Nancy, op. cit., p. 123.

<sup>36</sup> Ver ANEXO A – Árvore Genealógica da Casa Anjou de Nápoles, p. 125.

<sup>37</sup> A vida de Joana I de Nápoles é analisada mais detidamente no capítulo 3 dessa dissertação.

<sup>38</sup> KELLY, Samantha. Intercultural Identity and the Local Vernacular: Neapolitan History as Articulated in the *Cronaca di Partenope* (c. 1350). In: *The Medieval History Journal*, Los Angeles, v. 14, 2 (2011), p. 260.

<sup>39</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>40</sup> MONUMENTA GERMANIAE HISTORICA. *Scriptores Rerum Longobardicarum et Italicarum: saec. VI – IX*. Hannoverae: Impensis bibliopolii Hahniani 1878, p. 308-439. Disponível em:

A *Crônica de Partenope* foi escrita nos primeiros anos do reinado de Joana I, entre 1347 e 1350,<sup>41</sup> Anteriormente à redação da crônica (1345), Joana foi acusada de ser mandante – e em algumas fontes aparece mesmo como partícipe – do assassinato de seu primeiro marido, André da Hungria.<sup>42</sup>

André era o irmão mais jovem de Luís da Hungria, ambos eram filhos de Caroberto de Anjou, detentor da Coroa de Santo Estevão, e também integrante da dinastia Anjou. Tal matrimônio foi, após um longo período de tratativas, selado para reforçar os laços familiares entre os diversos domínios angevinos, que, naquele período, se estendiam da França, governada também por angevinos à fronteira com a Lituânia. O reino de Joana I estava justamente no centro do que se convencionou chamar de “triângulo angevino”,<sup>43</sup> um verdadeiro império dinástico.<sup>44</sup>

Conforme Abulafia, André foi uma má escolha de Roberto, visto que o soberano passou por cima de linhas cadetes (os Anjou-Durazzo e os Anjou-Taranto), parentes mais próximos dos governantes de Nápoles, para casá-la com um ramo mais distante, suscitando rancores e intrigas.<sup>45</sup> Além desse fato, o pesquisador afirma que Joana tinha a pretensão de governar sozinha o reino napolitano, ou ao menos de governar sem necessariamente um marido presente. As núpcias de André e Joana aconteceram em 27 de setembro de 1333, ocasião em que ele recebeu o ducado da Calábria e o principado de Salerno, antes títulos do pai da princesa.<sup>46</sup>

O marido de Joana passou a viver na corte e trouxe consigo inúmeros cortesãos húngaros, que não eram bem vistos pela nobreza local. A aproximação de Joana a estes também não era encarada com bons olhos. Dois anos após sua entronização, entre 18 e 19 de setembro de 1345, André foi assassinado. Os húngaros acusaram Joana de mandar matá-lo e, devido a essa acusação, a rainha foi processada e, por fim, julgada inocente. Para Abulafia não está claro se Joana participou da morte de André, no entanto, conforme

---

<<https://archive.org/details/scriptoresrerum100paul/page/438/mode/2up/search/gesta+episcoporum+neapolitanorum?q=gesta+episcoporum+neapolitanorum>> Consultada em 01 fev 2020. Sobre Paulo Subdiácono, ver: TEIXEIRA, I. S. “A Escola hagiográfica napolitana e a obra de Pedro Subdiácono no século X: hipóteses para pensar a relação entre passado e presente em Nápoles na Idade Média”. In: TEIXEIRA, I. S. (Org). *Tempo, Espaço e Texto: a hagiografia medieval em perspectiva*. São Leopoldo: Oikos, 2017. p.69-79.

<sup>41</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 21.

<sup>42</sup> LOKAJ, Rodney L. La Cleopatra napoletana. Op. cit., p. 483.

<sup>43</sup> Ver: BOYER, Jean-Paul; MAILLOUX, Anne; VERDON, Laure. (Orgs.) *Identités angevines entre Provence et Naples: XIII – XV siècle*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2016.

<sup>44</sup> ABULAFIA, David. The Italian South. p. 496. Ver ANEXO C – Reino de Nápoles, p. 127; ANEXO D – Territórios angevinos no início do século XIV, p. 128.

<sup>45</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>46</sup> GOLDSTONE, Nancy, op. cit., p. 83.

o autor, Joana não parece ter sentido remorsos com a perda (ainda que grávida do duque)<sup>47</sup> – sentimento que podemos considerar que de fato não houve uma vez que as relações maritais não eram necessariamente forjadas por amor (como percebemos com Joana e André) ou outro sentimento que pudesse engendrar culpa por parte da soberana angevina caso ela houvesse participado do planejamento do homicídio.

Com a absolvição de Joana, o irmão de André da Hungria, Luís, juntamente com aragoneses, invadiu o Reino de Nápoles reivindicando para si a coroa napolitana. A rainha, acuada, fugiu para Provença, que ainda era um feudo ligado aos angevinos napolitanos, e de lá comandou a expulsão de Luís do território de Nápoles. Nesse exílio, Joana I vendeu (ou hipotecou, conforme outras versões)<sup>48</sup>, por oitenta mil florins, para Clemente VI, em 1348, a cidade de Avinhão, tornando a cidade a sede da cristandade ocidental até o retorno do Papado para Roma em 1377.

Algumas fontes contemporâneas, como Francesco Petrarca, viam em toda essa situação de confusão um reinado inferior àquele de Roberto I, passando para a historiografia relativamente recente, a impressão de incapacidade da governante angevina. Benedetto Croce, citado por Rodney J. Lokaj, chamava Joana de “a iletrada neta de Roberto” (CROCE, 1953 apud LOKAJ, 2000, p. 481).<sup>49</sup> À rainha são ligados adjetivos como fraca, débil governante, passiva frente às crises enquanto ao seu avô adjetivos como iluminado e forte são constantemente repetidos.<sup>50</sup>

No entanto, pelas leituras feitas e já referidas nessa introdução, percebemos que foi principalmente sob a égide de Roberto I de Anjou que os débitos foram criados e foi, principalmente, com as suas tentativas de controlar a política da Península Itálica que, ao legar à Joana o reino, o monarca fez com que a situação saísse de controle.<sup>51</sup> Feniello (2015, p. 20) afirma o descontrole financeiro de Roberto apoiado em um conhecido cronista florentino do período, Giovanni Villani:

*Não creio que, como já sublinhado, o último período do reinado do rei Roberto represente um período de saneamento financeiro e de relativo equilíbrio da balança da Coroa. Já nestes anos a condição do caixa entrava*

<sup>47</sup> ABULAFIA, David. *The Italian South*, p. 508.

<sup>48</sup> O contrato antecedido por um breve estudo (dentro do qual se discute a hipoteca ou a venda de Avignon) encontra-se em: PFEFFEL, Christian Frédéric. *Recherches Historiques concernant aux Droits du Pape sur la Ville et l'Etat d'Avignon avec les pieces justificatives. Sine Loco*: 1768, p. 100-118. Disponível em <[https://archive.org/details/bub\\_gb\\_BvGANLkItlwC/page/n6/mode/2up/search/Recherches+historiques+concernant+les+droits+du+Pape+sur+la+ville+et+l'Etat+avignon?q=Recherches+historiques+concernant+les+droits+du+Pape+sur+la+ville+et+l%27Etat+avignon](https://archive.org/details/bub_gb_BvGANLkItlwC/page/n6/mode/2up/search/Recherches+historiques+concernant+les+droits+du+Pape+sur+la+ville+et+l'Etat+avignon?q=Recherches+historiques+concernant+les+droits+du+Pape+sur+la+ville+et+l%27Etat+avignon)> Consultado em 01 fev 2020.

<sup>49</sup> CROCE, Benedetto apud LOKAJ, Rodney L. Op. cit., p. 481.

<sup>50</sup> LOKAJ, Rodney L., op. cit., p. 481.

<sup>51</sup> FENIELLO, Amedeo, op. cit., p. 20.

sensivelmente – e de maneira constante – no vermelho, com **uma situação de desconfiança ressaltada de maneira particular por Giovanni Villani** que reporta o quão alto era o passivo acumulado pelas finanças do rei Roberto com relação aos dois maiores bancos florentinos, dos Bardi e dos Peruzzi, com uma insolvência que alcançava os 200.000 florins: soma elevadíssima que esteve entre os motivos do sucessivo *crack* desses mesmos bancos. Assim, Joana herdou uma situação por si só gravíssima, que se torna evidente no definitivo abandono do projeto angevino de transformação de Nápoles de uma simples cidade para uma grande capital. Um projeto que havia começado com os primeiros soberanos [angevinos].<sup>52</sup> (grifamos)

Pelo excerto podemos perceber um ponto a ser enfrentado por Joana: as finanças. Com essa situação e com as tentativas aragonesas e húngaras de invasão do Sul da península a monarquia angevina estava inserida em um circuito de grande agitação social. O reinado de Joana se estendeu por quarenta e um anos e acabou tragicamente com a soberana presa por forças papais e assassinada no verão de 1382. Assumiu o trono seu parente distante, Carlos III de Anjou-Durazzo.<sup>53</sup>

### 3.2 O contexto de produção da crônica de Nápoles

A designação do texto como *Cronaca di Partenope* tem ligação direta com a cidade de Nápoles e deriva de um mito que narra que a sua cidade-mãe, Cumas, foi fundada por colonos da Eubeia em um local próximo ao sepulcro de uma sereia que possuía o mesmo nome – Partenope. Após uma praga que matou vários cidadãos, muito se transferiram para o sítio que abrigava a tumba e o templo dedicado a Partenope. Finalmente, após uma segunda praga, todos os cidadãos cumanos se mudaram para esse novo terreno.<sup>54</sup> Anos depois, devido a brigas internas, Nápoles foi fundada e a cidade-mãe tomou o nome de Paleópolis. O local da nova cidade distava menos de três quilômetros do antigo assentamento. Na crônica *partenopeia* aquela sereia, ser da

---

<sup>52</sup> FENIELLO, Amedeo, op. cit., p. 20: “Non credo che, come è stato sottolineato, l’ultimo periodo del regno di re Roberto rappresenti un periodo di risanamento finanziario e di relativo equilibrio del bilancio della Corona. Già in questi anni la condizione di cassa virava sensibilmente – e in maniera costante – verso il rosso, con una situazione di inaffidabilità sottolineata in maniera particolare da Giovanni Villani che riporta quanto alto fosse il passivo accumulato dalle finanze di re Roberto nei confronti delle due maggiori banche fiorentine, dei Bardi e dei Peruzzi, con un’insolvenza che raggiungeva i 200.000 fiorini: somma elevatissima che fu tra i motivi del successivo *crac* di queste banche. Dunque Giovanna eredita una situazione già di per sé gravissima, che diviene evidente nel definitivo tramonto del progetto angioino di trasformazione di Napoli da città a capitale. Un progetto, cominciato coi primi sovrani [angioini].”

<sup>53</sup> ABULAFIA, David. The Italian South, p. 513.

<sup>54</sup> FEDERICO, Eduardo. Seirenoussai o Seirenes. Una semplice nuance? Strabone, le Sirene, Li Galli. In: *Giornata de studio in omaggio a Paola Zancani Montuoro (1901-1987) nel ventennale della scomparsa*. Sorrento e la Penisola Sorrentina: tra italici, etruschi e greci nel contesto della Campania Antica. Roma: Scienze e Lettere, 2007, p. 255-289.

mitologia greco-romana, toma a forma de uma virgem princesa siciliana.<sup>55</sup> “Partenope”, portanto, é uma forma poética e geograficamente inexata, para se referir a Nápoles. Encontramos a passagem da nomeação da cidade no capítulo cinco da Crônica:

Também é dito que naquele tempo Partenope tomou o nome de uma jovencinha não casada, virgem, chamada Partenope, de uma grande e maravilhosa beleza, filha do rei da Sicília. Ela, vindo com grande multidão de navios à baía, casualmente adoeceu e naquele mesmo local da enfermidade foi sepultada. Por [sobre] essa sepultura se fez o templo e consequentemente a cidade mereceu ser chamada Partenope [...] (KELLY, 2011, p. 101).<sup>56</sup>

Podemos perceber uma das características do ambiente cultural do período: uma busca por modelos não eclesiásticos ou, como Kelly afirma, um “humanismo napolitano”.<sup>57</sup> Chiara de Caprio também admite que os textos do período já são tocados pelos “ventos do Humanismo” e que a mistura de estilos diversos dentro de um mesmo escrito são características típicas daqueles redigidos por não literatos nesse momento.<sup>58</sup>

Retrocedendo alguns decênios antes da redação da crônica, podemos indicar o período de Carlos I e de Carlos II como uma época de mudança de paradigmas. O fim da dinastia Staufen e o realinhamento regional com a cultura francesa e, em menor escala com a occitana, proporcionou novos modelos literários àqueles locais. Carlos I, irmão de Luís IX – futuro São Luís – levou consigo a sua corte condal, formada por franceses e provençais, enxertando esse pessoal nos cargos administrativos mais altos do *Regno*.<sup>59</sup> Nápoles, a partir de então, terá uma classe dirigente francófona e francófila, que produzirá textos em francês até finais do século XV assim como versões do francês para o latim ou florentino durante quase o mesmo período. Conforme Laura Minervini (2014, p. 156), que estudou o uso do francês em Nápoles e a literatura produzida pela Corte nesse período:

---

<sup>55</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 101.

<sup>56</sup> Ibid., loc. cit.: “Dicto è adunche in quillo tempo Partonope et tale nomo piglyò da una iovenecta non maritata vergene chyamata Parthonope de una excelente et grandissima bellezze figlyola de lo re de Cicilia. La quale venendo com grande multitudine de nave ad Baya casualmente si ammalò et in quillomedesimo loco de quella infirmitate fo morta et in quillo luoco sepellitafo. Per la quale sepultura si fo factò lo templo et consequentemente la citala qualemeritò essere chyamata Parthonope [...]”

<sup>57</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p. 41.

<sup>58</sup> DE CAPRIO, Chiara, op. cit., p. 36.

<sup>59</sup> MINERVINI, Laura. Il francese a Napoli (1266-1442). Elementi per una storia linguistica. In: ALFANO, Giancarlo. (Org.) *Boccaccio e Napoli*. Nuovi materiali per la storia culturale di Napoli nel Trecento. Firenze: Franco Cesati Editore, 2014, p. 158.

A corte angevina se transforma, em poucos anos, em um polo de atração para literatos e artistas – e tal permanecerá, mesmo na época muito diversa da decadência, com Roberto, o Sábio; e, na ausência de modelos alternativos na esfera civil e mundana, as suas propostas culturais serão largamente acolhidas nos ambientes aristocráticos locais e provinciais.<sup>60</sup>

Devemos, no entanto, encarar com cautela as afirmações da autora, a começar pelo indicativo da “decadência” em época robertiana: veremos mais adiante que esse período foi fecundo intelectualmente e até mesmo singular dentro da dinastia angevina de Nápoles e no espaço peninsular italiano. Não temos dúvida de que houve uma substituição da classe administrativa nativa do reino por pessoas que se expressavam em “francês”, ponto também levantado pela pesquisadora. Mas, essa substituição gera documentos em francês por um curto período e, como Minervini aponta, a produção francófona vai escasseando até que se torna, no século XV, pontual: alguns manuscritos específicos são redigidos na língua *d’oïl*. Em geral eles assim o são para demonstrar o prestígio daquele que mandou confeccionar o documento ou então para atestar uma ancestralidade francesa.<sup>61</sup>

Há uma progressiva “italianização” da corte angevina até que, no reinado de Joana I, a soberana vai utilizar cotidianamente o vulgar regional para sua comunicação. Segundo Laura Minervini (2014, p. 163), inicialmente há uma substituição do latim pelo francês e, aos poucos, um retorno à língua latina:

Importante aqui sublinhar como o abandono do francês numa chancelaria cada vez mais italianófona não comporta a sua substituição pelo vulgar italiano, mas, como dito, pelo retorno ao latim: uma tradição de chancelaria em vulgar emergirá em Nápoles somente no século XV graças ao contato com o catalão. Embora esse fato, se atesta o primeiro uso literário e documental do napolitano no século XIV: de fato é graças ao impulso dos franceses e dos florentinos que se delineia na capital um novo espaço cultural favorável ao emprego do vulgar (também napolitano) na escrita. Remontam a esse período as vulgarizações do *De Balneis puteolanis*, do *Regimem sanitatis* e da *Historia destructionis Troiae* assim como os primeiros textos produzidos de uma tradição cronística destinada a um grande desenvolvimento nos séculos sucessivos. **Igualmente significativo das mudanças em curso é o emprego do vulgar napolitano na correspondência oficial entre os membros da família real e entre estes e altos dirigentes do *Regno***: se conhece cartas enviadas em 1356 pelos soberanos Joana I e Luís aos príncipe Roberto de Anjou, irmão do rei, e pela rainha ao Grande Senescal, Niccolò Acciaiuoli. Esse último, de família florentina mas radicado no *Regno*, é uma figura chave daquele setor social toscano-napolitano que toma forma na capital angevina em meados do século [XIV]: nesse setor mercantes, financistas e empreendedores tomam um papel de destaque, alguns dos quais ocupam altos cargos na estrutura do Estado e acabam por se integrar a classe dirigente local. **Pode-se mesmo pensar que a**

<sup>60</sup> MINERVINI, Laura. *Il francese a Napoli (1266-1442)*, p. 156. “La corte angioina diviene, nel giro di pochi anni, un polo di attrazione per letterati e artisti – e tale resterà, pur nella declinazione assai diversa di Roberto il Saggio; e, in assenza di modelli alternativi nella sfera civile e mondana, le sue proposte culturali vengono largamente accolte negli ambienti aristocratici locali e provinciali.”

<sup>61</sup> Id., op. cit., p. 163.

**emergência do napolitano nesses decênios receba um estímulo determinante pela difusão da prática escrita do vulgar entre os toscanos, em vários níveis e em várias funções.**<sup>62</sup> (grifamos)

Podemos perceber, pelo excerto, uma variação nas línguas utilizadas pela chancelaria, o que não ocorre com o vulgar no âmbito mais privado. Nas cartas, a italianização vai substituir o francês ao ponto de funcionários florentinos desempenhando cargos no Reino utilizarem o napolitano e não sua língua mãe, o florentino. No que se refere à tradição cronística citada por Minervini, esta provavelmente se remete à *Cronaca di Partenope*, já que a última crônica escrita na região, anterior à analisada, havia sido redigida em latim, no século X, conforme dissemos anteriormente.<sup>63</sup>

Conforme Kelly, a redação da *Crônica de Partenope* ocorreu entre 1347 e 1350<sup>64</sup>, nos primeiros anos de reinado de Joana de Anjou. Podemos inferir, dado o exposto até o momento, que esse texto se insere em uma tradição cultural fecunda, herdada de Roberto de Anjou que governou o Reino de Nápoles de 1309 a 1343.<sup>65</sup> Essa conjuntura incluía o patrocínio, por parte de Roberto, de vários artistas – pintores e escritores – que eram mantidos às expensas do tesouro do reino trabalhando em obras suntuosas.

A possibilidade dos escritores, profissionais ou não, mencionados por De Caprio, de recorrer com mais facilidade a textos antigos pode remeter ao aparato fornecido por Roberto de Anjou. Como já mencionado na introdução, Roberto foi chamado de “sábio” por diversos autores devido ao culto às Letras e às Artes. Mas ele não apenas incentivou e patrocinou artistas, também arrecadou manuscritos e montou bibliotecas de forma ativa:

---

<sup>62</sup> MINERVINI, Laura. *Il francese a Napoli (1266-1442)*, p. 158-159. “Importa qui sottolineare come l’abbandono del francese in una cancelleria sempre più italofofona non comporti la sua sostituzione con un volgare italiano, bensì, come si è detto, il ritorno al latino: una tradizione cancelleresca in volgare emergerà a Napoli solo nel Quattrocento inoltrato, grazie al contatto con il modello catalano. E questo sebbene proprio nel Trecento si attesti il primo uso letterario e documentario del napoletano: è infatti anche grazie all’impulso dei francesi e dei fiorentini che si delinea, nella capitale, «un nuovo spazio culturale favorevole all’impiego del volgare (anche napoletano) nella scrittura». Risalgono a questo periodo i volgarizzamenti del *De balneis puteolanis*, del *Regimen sanitatis* e dell’*Historia destructionis Troiae* così come i primi prodotti di una tradizione cronachistica destinata a grande sviluppo nei secoli successivi. Ugualmente significativo dei mutamenti in atto è l’impiego del volgare napoletano nella corrispondenza ufficiale tra membri della famiglia reale e tra questi e alti dirigenti del Regno: si conoscono le lettere inviate nel 1356 dai sovrani Giovanna I e Luigi al principe Roberto d’Angiò, fratello del re, e dalla sola regina al Gran Siniscalco Niccolò Acciaiuoli. Quest’ultimo, di famiglia fiorentina ma radatosi nel Regno, è una figura chiave di quell’aggregato sociale tosco-napoletano che prende forma nella capitale angioina verso la metà del secolo: in esso svolgono un ruolo di primo piano mercanti, finanziari e imprenditori, alcuni dei quali occupano alte cariche nelle strutture dello Stato e finiscono per integrarsi alla classe dirigente locale. Si può dunque pensare che l’emergere del napoletano in questi decenni riceva uno stimolo determinante dalla diffusione della pratica scritta del volgare fra i toscani, a vari livelli e per varie funzioni.”

<sup>63</sup> KELLY, Samantha. *Intercultural Identity and the Local Vernacular*, p. 260.

<sup>64</sup> *Ibid.* loc. cit.

<sup>65</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p. 02.

Uma manifestação visível do patrocínio cultural de Roberto foi a aquisição, por encomenda, coleta ou recebimento, de textos e obras de arte que eram usados para sua instrução. Expandindo grandemente a fundação lançada por seu pai e pelo seu avô, **Roberto construiu uma biblioteca real que pode ter sido a melhor da Europa em seu tempo** e que serve como um bom índice para entender os seus principais interesses. Somente em 1335, ele comprou nove trabalhos científicos: seis textos médicos gerais, um especificamente sobre cirurgia, outro sobre física e outro sobre ‘a ciência da perspectiva’. Uma história romana, uma história de Roberto Guiscardo e um conjunto de tabelas que ilustram a história do mundo foram todos adquiridos em 1332. **Também um quarto e raríssimo texto: *De bello Macedonico*, de Lívio – a quarta década em seu livro *Ab urbe condita*.** Seis textos jurídicos – glosas no *Decretum* ou *Decretais* – foram comprados para uso do rei em 1335; no ano seguinte, Roberto pagou a enorme soma de sessenta onças de ouro, ou cerca de quarenta vezes o salário anual de um escriba real, por uma cópia do *Corpus Iuris Civilis*, e em 1337 ele adquiriu um comentário sobre o *Codex* pelo célebre jurista toscano Cino da Pistoia. Os mais numerosos foram os textos religiosos que Roberto coletou. Eles incluíam vários livros da Bíblia e vários comentários bíblicos, *Moralia* de Gregório, *De Trinitate* de Boécio, um livro sobre o rosário, talvez destinado a devoções particulares, uma vida de "São Máximo", traduzida do grego, e *De spiritu et anima*, de Santo Agostinho, entre outros. **Uma aquisição curiosa fora de todas essas categorias foi o relato das viagens de Marco Polo na Ásia**, conhecidas como *De mirabilibus magni canis* ou simplesmente *Milione*, que Roberto adquiriu em 1336. (KELLY, 2003, p. 26-27<sup>66</sup> (grifamos))

Conforme Kelly, os interesses iniciais de Roberto eram textos jurídicos e médicos, estendendo-se depois de um tempo a textos antigos, como o *Ab Urbe Condita*, de Tito Lívio. Como demonstrado pelo excerto, os interesses de Roberto eram vastos e a autora enumera obras que o rei manteve em sua biblioteca. A erudição do monarca era tão orgulhosamente mantida que ele fazia questão de comentar com embaixadores a respeito do acervo que possuía e de mostra-lo a seus convidados.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p 26-27. “One conspicuous manifestation of Robert’s cultural patronage was his acquisition, through commission, collection, or receipt, of learned texts and works of art. Greatly expanding a foundation laid by his father and grandfather, Robert built up a royal library that was perhaps the finest in Europe in its time, and that serves as a good index of his primary interests. In 1335 alone he purchased nine scientific works: six general medical texts, one specifically on surgery, another on physics, and yet another on “the science of perspective.” A Roman history, a history of Robert Guiscard, and a set of tables illustrating the history of the world were all acquired in 1332. So was a fourth and very rare historical text: Livy’s *De bello Macedonico*, the fourth decade in his *Ab urbe condita libri*. Six juridical texts— glosses on the *Decretum* or *decretals*—were purchased for the king’s use in 1335; the next year Robert paid the enormous sum of sixty gold ounces, or about forty times the annual salary of a royal scribe, for a copy of the *Corpus iuris civilis*, and in 1337 he acquired a commentary on the *Codex* by the celebrated Tuscan jurist Cino da Pistoia. Most numerous were the religious texts Robert collected. They included various books of the Bible and a number of biblical commentaries, Gregory’s *Moralia*, Boethius’ *De Trinitate*, a book on the rosary perhaps intended for private devotions, a life of “Saint Maximus” translated from the Greek, and Saint Augustine’s *De spiritu et anima*, among others. A curious acquisition falling outside all these categories was the account of Marco Polo’s travels in Asia, known as the *De mirabilibus magni canis* or simply the *Milione*, which Robert acquired in 1336.”

<sup>67</sup> *Ibid.*, p. 27.

O aumento do interesse sobre temas não religiosos coincide com uma laicização da corte napolitana no período. Se recuarmos no tempo podemos apontar o filho de Roberto, o duque Carlos da Calábria, como um dos artífices dessa transformação. Entre os anos de 1326-1327, o duque recebeu a senhoria de Florença, exercendo um papel importante na cidade do norte italiano nesse período. Nesse ambiente esteve em contato com uma cultura que dava sinais de secularização. Amigos da *entourage* de Carlos da Calábria se estabeleceram no *Regno*; entre eles se encontrava o jovem Giovanni Boccaccio, amigo de Paolo de Perugia, membro da corte angevina.<sup>68</sup> Boccaccio esteve em Nápoles entre 1326 e 1339 a serviço dos Bardi, importantes banqueiros de Florença, que ajudavam o governo angevino financiando somas elevadas para a manutenção das guerras contra o Império e contra os aragoneses.<sup>69</sup>

Nesse ponto podemos considerar a *Crônica de Partenope* como continuadora de uma tradição laicizante, que vinha do período do avô de Joana, Roberto. Mas enquanto o seu predecessor mandava copiar ou adquiria manuscritos latinos ou gregos, foi no reinado Joana e de seu marido, Luís de Taranto, que uma crônica na língua vulgar regional, o napolitano, foi redigida. Ou seja, acentuou-se a distância entre o latim – língua sacra e administrativa da cristandade ocidental – e a Corte partenopeia. No entanto, analisando o contexto do período, o uso do vernáculo estaria em processo de adoção na burocracia real o que, no entanto, não é devidamente enfatizado pelos historiadores se se considerar a elaboração da *Cronaca* em vulgar isoladamente. Para corroborar essa via – esse processo de adoção do vernáculo – devemos ter em consideração outro contexto literário mais amplo abaixo pormenorizado.

Conforme Peter Burke, “línguas como o italiano, o francês, o espanhol, o inglês, o alemão e o tcheco passaram a ser usados com mais frequência nos âmbitos do Direito e da Administração do século XIV em diante.”<sup>70</sup> Seguramente devemos entender a afirmação de Burke com cautela: as línguas elencadas pelo autor não eram homogêneas – não podemos falar de *um* italiano ou de *um* francês, mas sim de uma constelação de dialetos que, dentre muitos, futuramente deram origem a uma “língua padrão”. Em geral essa padronização se originou da própria língua utilizada nas Cortes e nas chancelarias,

<sup>68</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p. 42.

<sup>69</sup> FENIELLO, Amedeo, op. cit., p. 20.

<sup>70</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*, p. 78.

tendo após essa “fase administrativa” passado por grêmios de literatos, as academias, como a *Accademia della Crusca*, na Itália, fundada no século XVI.<sup>71</sup>

É perceptível, quando analisamos o contexto mais amplo, a laicização da literatura e a adoção das línguas vernáculas em outras obras e em outras regiões da península itálica. Podemos usar como exemplo contemporâneo de Joana, Giovanni Boccaccio, que escreveu o *Decamerão* e residiu em Nápoles entre 1326 e 1339. Sua obra foi composta entre 1348 e 1353, período que coincide parcialmente com a redação da *Crônica de Partenope*.<sup>72</sup>

Existem outros autores e obras que podem ser inseridos neste movimento de crescente adoção de línguas vulgares na península. O primeiro deles é Dante Alighieri (1265-1321), que escreveu *De vulgari eloquentia* em torno de 1305, obra que contribuiu para as discussões sobre o uso dos vulgares como línguas de prestígio.<sup>73</sup> O *volgare illustre* recomendado por Dante foi aquele utilizado em seus escritos como na *Divina Comédia*, escrita entre 1307-1321, momento que em Nápoles terminava o reinado de Carlos II e iniciava o de Roberto. O “ilustre vulgar” era justamente uma tentativa de alçar à condição de língua literária um dialeto, o toscano/florentino, e revesti-lo com a dignidade que só o latim possuía até então.

Outro autor importante no contexto peninsular e napolitano foi Francesco Petrarca (1304-1374). Embora não tenha utilizado extensivamente algum vulgar – suas obras eram escritas majoritariamente em latim – em duas específicas utilizou o dialeto toscano. A primeira é uma coleção de poemas em homenagem à Laura, sua musa morta pela Peste Bubônica em 1348, e a segunda chamada *Trionfo*, poema alegórico que trata sobre a relação da alma humana com Deus.<sup>74</sup> Ainda que não se insira na tradição de valorização do vernáculo, podemos colocá-lo como incentivador da retomada de modelos antigos: suas obras vão ecoar esteticamente autores clássicos e suas atitudes são emprestadas da Antiguidade, como sua coroação por louros, em Roma, no ano de 1341, após passar pelo “exame” de Roberto de Nápoles para aferir a “dignidade” do poeta.<sup>75</sup>

Esse autor ganha importância no contexto napolitano no momento em que analisamos a relação com Roberto de Anjou. Conforme Kelly, a amizade de ambos

<sup>71</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*, p. 162.

<sup>72</sup> BOCCACCIO, Giovanni. In: ENGLISH, Edward D. *Encyclopedia of the Medieval World*. New York: Facts on File, 2005, p. 113.

<sup>73</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*, p. 32.

<sup>74</sup> PETRARCH, Francesco. In: ENGLISH, Edward D. *Encyclopedia of the Medieval World*. New York: Facts on File, 2005, p. 572.

<sup>75</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p. 02.

iniciou antes de 1320. Petrarca e o rei se comunicavam regularmente.<sup>76</sup> Existem relatos dessa correspondência por Dionigi da Borgo San Sepolcro, frade agostiniano que menciona o contato do poeta e do rei em suas próprias cartas.<sup>77</sup> A amizade com o escritor somada à influência de seu filho, Carlos da Calábria, provavelmente foram indispensáveis para a adoção de ideias classicizantes que a partir desse período fluíram pela corte napolitana, ambiente em que Joana circulava. Não é somente seu mecenato um paralelo aos governantes clássicos: podemos pensar que também a fascinação e o orgulho de Roberto pela sua biblioteca é um empréstimo, ou imitação, aos antigos.

Petrarca também desempenha papel importante para a construção da imagem de Joana, neta de seu salomônico rei. Quando Roberto morre em 1343, as lamentações do poeta são profundas: o escritor fala nominalmente do rei diversas vezes em sua coletânea de cartas (conhecida como *Familiares* ou *Familiarum rerum libri* – “aos familiares”). Esse detalhe é importante, já que à Joana o escritor não alude explicitamente pelo nome – prefere chamá-la de *regina minor*, *junior* ou ainda *Cleopatra*, usando expressões claramente depreciativas para adjetivar a neta de seu antigo mecenas.<sup>78</sup> Em várias epístolas, Petrarca despreza Joana de Anjou, nunca a tratando pelo nome, como ocorria com Roberto. A última menção à rainha está contida na carta XXIII, do ano de 1362-1363, dedicada ao conde de Sanseverino, que estava em Nápoles. Durante todo esse tempo em suas cartas, o poeta dispensa à soberana um tratamento rude, chegando a, por vezes, trata-la de *rex* em algumas correspondências, semântica que Rodney Lokaj tenta compreender em seu estudo.<sup>79</sup>

Da relação pessoal entre Joana e Petrarca não temos notícias nos livros e documentos consultados. Sabemos que o poeta esteve em Nápoles no final do ano de 1343, quando a rainha governava há quase um ano. Na cidade participou de um conselho real, escrevendo notícia a Giovanni Colonna de quem era representante a fim de tentar libertar um nobre, Pipino, conde de Altamura, prisioneiro no Castelo Capuano desde 1341 devido a este ter-se rebelado contra Roberto.<sup>80</sup> Lokaj aponta que Petrarca considerava a todos os que rodeavam a rainha como monstros e, especificamente, a um monge

<sup>76</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p. 40.

<sup>77</sup> *Ibid.*, loc. cit.

<sup>78</sup> LOKAJ, Rodney L., op. cit., p. 484.

<sup>79</sup> *Id.*, p. 510-512. Conforme Lokaj podemos compreender o uso de *rex* como uma acepção ao “ofício” desempenhado por Joana – o de reger um reino. No entanto, o autor também supõe que Petrarca pudesse estar se referindo ao segundo marido de Joana – Luís de Taranto – como forma de não citar diretamente a soberana, legitimando o novo *rei consorte* como *rei regente*, ao invés da monarca.

<sup>80</sup> *Id.*, p. 486.

franciscano de nome Roberto de Mileto. A ele o escritor atribuía características do personagem Caronte, de Virgílio: uma alegoria que poderia indicar que, para Petrarca, esse monge, espécie de ministro da rainha, levaria o reino para o Inferno, o arruinaria.<sup>81</sup>

O poeta assim descreve sua visão do conselho:

[...] ‘fui até as rainhas e assisti ao conselho das rainhas. Que vergonha, que monstrosidade! Deus mande embora do céu da Itália este gênero de peste! Eu pensava que Cristo tivesse sido desprezado em Mênfis, Babilônia e em Meca. Me compadeço de ti, ó minha nobre Partenope, tu que te tornou verdadeiramente uma dessas cidades: nenhuma piedade, nem verdade, nem fé.’ (LOKAJ, 2000, p. 484)<sup>82</sup>

Nesse tom Petrarca continua descrevendo toda a sua estada no *Regno*, poupando somente a rainha-mãe – *regina senior* – Sancha, segunda esposa de Roberto e Filippo, bispo de Cavallon, a quem descreve brandamente. Não podendo atribuir diretamente a Joana as deformações monstruosas, não a menciona nominalmente, deixando para o seu séquito os adjetivos mais ferinos e para as suas ações, críticas virulentas. Essa imagem da rainha é aquela que passou para a historiografia posterior, como afirma Lokaj.<sup>83</sup> Seria, então, a *Cronaca di Partenope* uma reação aos ataques literários sofridos pela monarca ou uma continuação do “humanismo napolitano” apontado por Samantha Kelly e De Caprio? O contexto acima esboçado pode apontar em ambas as direções, mostrando uma conjunção complexa de interesses na redação cronística.

Se realmente considerarmos o contexto em que Roberto estava imerso, no qual Joana vivia, podemos defender a continuidade cultural da crônica. Conforme Kelly (2011, p. 51),

Os angevinos criaram as condições para o trabalho de Bartolomeo provendo também, direta e indiretamente, as ferramentas culturais necessárias para a composição da *Cronaca*. Uma delas foi o entusiasmo pela Antiguidade clássica que se enraizou em Nápoles no reinado do rei Roberto. O próprio monarca demonstrou o seu interesse pela Antiguidade adquirindo cópias da quarta década do *Ab Urbe Condita*, de Tito Lívio, há muito perdidas e outros trabalhos sobre história romana.<sup>84</sup>

<sup>81</sup> LOKAJ, Rodney L., op. cit., p. 488.

<sup>82</sup> Ibid., p. 487. [...] Petrarca si reca alla corte di Giovanna a Napoli, regina in questa fine del 1343, da quase un anno. Testualmente si legge: ‘sono andato dalle regine e ho assistito al consiglio delle regine. Che vergogna, che monstrosità! Dio porti via dal cielo d’Italia questo genere di peste! Pensavo che Cristo venisse disprezzato presso Menfi, Babilonia e la Mecca. Ti compatisco, o mia nobile Partenope, tu che sei veramente diventata una di quelle città: nessuna pietà, né verità, né fede.’

<sup>83</sup> Ibid., p. 481.

<sup>84</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 51. “The Angevins created the conditions for Bartolomeo’s work in another sense too: by providing, directly and indirectly, the cultural tools necessary for the *Cronaca*’s composition. One was the enthusiasm for classical antiquity that took root in Naples

Como explicitado pelo excerto, há um ambiente similar entre o que havia na Corte de Roberto e o que circulava na Corte de Joana, ao menos nos seus anos iniciais de reinado. A ruptura com relação ao reinado do seu avô nesse ponto se dá justamente com a sua redação em uma língua neolatina – o napolitano. Porém, considerando ainda o contexto regional da península itálica, esse movimento de migração do latim para algum vulgar foi uma via tomada não só pela administração napolitana, mas também por muitas das administrações regionais e europeias (florentina, veneziana, portuguesa, francesa etc).<sup>85</sup> Portanto, a ruptura regional segue uma tendência continental, europeia.

Argumentando em prol dessa conjectura, podemos apontar a bricolagem do texto cronístico. Na redação do conteúdo notamos diversas passagens que podem ter sido retiradas de escritos antigos, como da *Ab urbe condita*, já citada como um dos manuscritos constantes da biblioteca de Roberto de Anjou. Essa prática poderia servir como uma “tradução” (vulgarização) de textos mais antigos, em latim ou grego, para um público não familiarizado com essas línguas, adaptando-os às condições do público e do ambiente em que o texto circularia. Conforme De Caprio (2012, p. 36-37),

Ao analisar algumas tipologias de textos em vulgar produzidos na Idade Média, Vârvaro observa que esses podem ser caracterizados pelo *remanejamento* e pela *remontagem de trabalhos pré-existent*s, sotopostos às mudanças necessárias para adaptá-los a um *novo público*. O texto medieval é, assim, nas palavras do estudioso, “o suporte [...] de infinitos sentidos possíveis, [...] modificáveis em razão de uma intenção particular ou de um gosto diverso”. Este conceito “fraco” de texto e de textualidade deriva, no âmbito do vulgar, da fraqueza do conceito de autor [...].<sup>86</sup> (grifamos)

Os trabalhos pré-existent citados no excerto, aqui, podem ser aqueles oriundos do período de Roberto e a ênfase dada à Antiguidade pode ser tomada como uma influência tardia, *post mortem*, dos ideais do finado monarca. Isso colocaria a *Crônica de Partenope* como num *continuum* cultural, afastando a pecha de inculta e iletrada da rainha e de sua Corte atribuída por Petrarca e por seus detratores. Poderia, inclusive, tentar

---

during the reign of King Robert. The king himself demonstrated his interest in antiquity by acquiring an early copy of the long-lost fourth decade of Livy’s *Ab urbe condita* and other works on Roman history.”

<sup>85</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*, p. 31-32.

<sup>86</sup> DE CAPRIO, Chiara, op. cit., p. 36-37. “Nell’analizzare alcune tipologie di testi volgari prodotte in età medievale, Vârvaro osserva che esse possono essere caratterizzate dal rimaneggiamento e dall’assemblaggio di lavori preesistenti, sottoposti ai cambiamenti necessari per adattarli a un nuovo pubblico. Il testo medievale è dunque, nelle parole dello studioso, « il supporto [...] di infiniti sensi possibili, [...] modificabile in ragione di una intenzione particolare o di un gusto diverso ». Questo concetto “debole” di testo e di testualità deriva, in ambito volgare, dalla debolezza del concetto di autore.”

reforçar a fama e o prestígio da corte angevina, que já vinha de Roberto, amalgamando em um só texto vários outros antigos e raros que estavam em posse da biblioteca real: uma demonstração clara de erudição dos que frequentavam Nápoles.

Nesse sentido, reforçando a importância da cultura humanística da Corte napolitana, podemos apontar para a difusão de obras italianas para outras cortes europeias a partir da cidade de Nápoles. Elsa Filosa, em estudo sobre o *De Mulieribus Claris*, indica que Giovanni Boccaccio dedicou essa obra à Andreuola Acciaiuoli, irmã de Niccolò Acciaiuoli, Grande Senescal do Reino de Nápoles, devido à influência desta na Corte napolitana e à possibilidade de, a partir da sua publicação em Nápoles, atingir outras cortes europeias:<sup>87</sup>

Nota-se [...] que a dedicatória a [Andrea] Acciaiuoli tem fins importantíssimos, em primeiro lugar garantir ao escrito a possibilidade de circular no interior da corte angevina. Através da corte napolitana, de fato, os tipos de mulheres idealizados por Boccaccio penetrarão em todas as cortes da Europa, gozando de uma larguíssima difusão, como se pode perceber pelo número dos manuscritos que reproduzem o texto, pelas traduções e pelas imitações dessa obra. (DE CAPRIO, 2012, p. 36)<sup>88</sup> (grifamos)

O excerto de Filosa mostra que a escolha de Boccaccio em dedicar o seu livro à irmã do Senescal do Reino se dá não só pela simpatia que ele nutria em relação à dama, mas também (e principalmente) à projeção que a circulação do seu trabalho em Nápoles alcançaria. Ainda conforme Filosa, após várias fases de elaboração do *De Mulieribus Claris*, Giovanni Boccaccio finalizou a obra por volta de 1370. Considerando que Joana iniciou o seu reinado em 1343, verificamos que ainda na época da dedicatória – avançado o século XIV –, Nápoles continuava sendo polo para eruditos como o poeta, que considerava a cidade como porta de acesso para outras cortes europeias e como cidade difusora da cultura do período.

Com esse argumento, podemos reforçar a ideia de que a *Cronaca* pertence a uma cultura “humanística napolitana” que contribuiu para fomentar a sua elaboração. Por outro lado, se pensarmos na crônica como uma resposta a ataques sofridos por Joana vindos de Petrarca, do Papado, de outros governantes ou de elementos internos do reino

<sup>87</sup> DE CAPRIO, Chiara, op. cit., p. 36.

<sup>88</sup> Ibid.: “Si noti peraltro che la dedica alla Acciaiuoli ha fini importantissimi, in primis garantire al libello la possibilità di circolare all’interno della corte angioina. Attraverso la corte napolitana, infatti, i ritratti di donna ideati dal Boccaccio penetreranno in tutte le corte d’Europa, godendo di una larghissima diffusione, come si può evincere dal numero dei manoscritti che riproducono il testo, dalle traduzioni e dalle imitazioni di quest’opera.”

(como seus barões) a reflexão terá de ir mais além. Não podemos descartar essa possibilidade, mas temos que atentar que a temática central da crônica é a cidade de Nápoles, na primeira parte, e a sucessão de governantes, na segunda parte, e não a figura de Joana.<sup>89</sup>

Na primeira parte, Bartolomeo Caracciolo-Carafa narra de forma linear, resgatando a Antiguidade, período que ocupa maior parte da redação da crônica (trinta e três capítulos, do 1 ao 33, e mais dois que estão inseridos em outro local, no período que abrange o cristianismo primitivo na cidade, ou seja, trinta e cinco de 75 capítulos totais), passando pelo fim do Império Romano chegando até o período de Joana I.<sup>90</sup> A dinastia de Anjou aparece pouco, quase no encerramento da segunda parte da *Cronaca di Partenope*. Como uma história centrada na cidade e na sucessão dos reis, capital de um reino, ajudaria a legitimar Joana no comando? Qual seria o poder mágico – para usar uma expressão de Bourdieu – que a crônica exerceria a fim de dar sustento ao poderio da governante angevina?<sup>91</sup>

### 3.3 Fortuna Manuscrita

Inicialmente cabe ressaltar que o título atribuído à crônica – *Cronaca di Partenope* – é uma construção posterior à época da redação do texto. É possível fazer essa afirmação com base no que Kelly apresenta. A autora cita Gennaro Maria Monti, historiador do início do século XX, que estudou as modificações do nome atribuído ao texto. Conforme o estudo, até 1526 se utilizava o nome de “*Cronaca di Napoli*” ou “*Cronaca di Villani napolitano*”; o nome atual deriva da folha de rosto de uma edição do ano de 1526<sup>92</sup> que possuía por título “*Cronache de l’incliyta cita di Napole*”<sup>93</sup>, de Evangelista de Presenzani.<sup>94</sup> Também os pesquisadores Marcelo Barbato e Francesco Montuori (2014, p. 53) indicam que,

<sup>89</sup> KELLY, Samantha. Intercultural Identity and the Local Vernacular, p. 261.

<sup>90</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 55.

<sup>91</sup> BOURDIEU, Pierre. op. cit., p. 116-117

<sup>92</sup> Edição disponível em

<<http://www.internetculturale.it/jmms/iccviewer/iccviewer.jsp?teca=&id=oai%3Awww.internetculturale.sbn.it%2FTeca%3A20%3ANT0000%3ARMLE011766>> Consultada em 01 fev 2020.

<sup>93</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p 11.

<sup>94</sup> IDEM, p. 11; p. 125. Gennaro Maria Monti, em seu trabalho *La ‘Cronaca di Partenope’ (Premessa all’edizione critica)*, in: *Dai normanni agli aragonesi* (Trani, 1936), estuda as modificações do nome da crônica. No entanto, essa obra não está disponível *online*, podendo ser acessada apenas fisicamente.

Nos anos entre 1486 e 1490 aparece uma edição atribuída ao tipógrafo Francesco del Tупpo (Igi 10268) que continha uma história de Nápoles que, em seguida, da edição de 1526 em diante, foi chamada de *Cronaca di Partenope*. A edição constituiu o episódio culminante de uma tradição quatrocentista de um texto nascido em meados do século XIV, constituído por progressivas agregações e não homogêneo, por extensão e conteúdos, na tradição manuscrita.<sup>95</sup>

Dessa edição de 1486-1490, de Del Tупpo, descende outra manuscrita por Melchiorre (ou Melchionne) Ferraiolo, em fins dos anos noventa do século XV. Conforme Chiara de Caprio, esse autor fez a transcrição da *Cronaca di Partenope* dessa edição de del Tупpo e hoje é o manuscrito M801, que está na Pierpont Morgan Library de Nova Iorque – um dos manuscritos utilizados por Kelly em sua edição crítica de 2011.<sup>96</sup> Portanto, somente a partir das versões impressas, no que concordam os pesquisadores, o texto cronístico recebeu o apelativo de *Cronaca di Partenope*.

No que concerne aos manuscritos subsistentes da *Crônica de Partenope* anteriores a *editio princeps*, eles são dos séculos XIV (apenas 1, na Biblioteca de Palermo) e XV, não restando traços de nenhum outro do século XIV. No entanto, o trabalho de busca de testemunhos físicos para a história napolitana já no século XVII era incipiente. Cesare D’Engenio Caracciolo, em 1624, publicou *Napoli Sacra*, obra na qual fez alusão à fundação da igreja de San Giovanni Maggiore, apontando que em posse desse templo havia um pergaminho que narrava a sua dupla fundação – por Constantino, imperador romano, e Constância, sua filha. Essa mesma indicação foi feita anteriormente por Rugger Pappansogna, em 1409 na introdução de um documento em que ele compilou os manuscritos em posse daquela mesma igreja. Ao que tudo indica, D’Engenio copiou a informação de Pappansogna, sem ter acesso ao documento de San Giovanni Maggiore.<sup>97</sup> Ressaltamos esse relato porque, conforme Kelly, apoiada em Francesco Sabatini e Gennaro Maria Monti, essa mesma versão da dupla fundação aparece pela primeira vez na *Cronaca di Partenope*. Essa indicação poderia apontar para uma circulação

<sup>95</sup> BARBATO, Marcelo. MONTUORI, Francesco. Dalla stampa al manoscritto. La IV parte della Cronaca di Partenope trascritta dal Ferraiolo (1498). In: *Tecniche, materialie e usi nella storia della lingua*. Atti del XII Congresso SILFI (Helsinki, 18-20 giugno 2012). Firenze: Cesati, 2014, p. 53. “Negli anni tra il 1486 e il 1490 apparve una stampa attribuita al tipografo Francesco del Tупpo (Igi 10268) contenente una storia di Napoli che in seguito, dall’edizione del 1526 in poi, fu nota come Cronaca di Partenope. La stampa costituisce l’episodio culminante della tradizione quattrocentista di un testo adespoto nato alla metà del sec. XIV, costituitosi per progressive aggregazioni e disomogeneo, per estensione e contenuti, nella tradizione manoscritta.”

<sup>96</sup> DE CAPRIO, Chiara, op. cit., p. 26.

<sup>97</sup> CARRACIOLO, Cesare D’Engenio. *Napoli Sacra*. Nápoles: Octavio Beltrano, 1624, p. 52. Disponível em <<https://dlc.mpdl.mpg.de/dlc/view/escidoc:70420:8/recto-verso>> Consultado em 01 fev 2020.

inicialmente mais local da crônica napolitana, além de demonstrar sua circulação em âmbito eclesiástico e não só nos meios cortesão ou secular.<sup>98</sup>

A fim de comparar as informações, vejamos as duas versões, a primeira de Cesare D’Engenio (1624, p. 52) (I) e a segunda constante da *Cronaca di Partenope*, da edição de Kelly (2011, p. 226-227) (II), elaboramos o Quadro, abaixo.

Quadro. Excertos comparativos da *Cronaca di Partenope*

I.	II.
<p>Essa igreja é ela uma das quatro paróquias principais de Nápoles e antigamente era um templo dos gentis, o qual foi erigido pelo imperador Adriano, razão pela qual está inscrito no pórtico com palavras aproximadas: [segue frase em latim homenageando Adriano]. Depois foi restaurado e ampliado pelo imperador Constantino <b>(assim escreve o autor da crônica de Nápoles)</b> que o mencionado imperador navegando foi apanhado no mar da Sicília, sobre o cabo de Trapani, por uma grandíssima tempestade com perigo de morte, pelo que fez votos a Deus e ao Precursor de Cristo, São João Batista, de que ao chegar no porto despenderia trinta mil escudos para erguer uma igreja em honra daquele santo, e Constância, sua filha, encontrando-se no mesmo perigo que o seu pai, fez um outro voto similar, de outros vinte mil escudos em prol da mesma igreja, em honra à virgem e mártir santa Lúcia, [era] sua devotadíssima, conseguido depois o salvamento, em Nápoles, observaram o voto e dedicaram o antigo templo de Adriano Augusto em honra a São João Batista e a Santa Lúcia (que agora chama-se São João Maior) em cuja tribuna foi esculpida a figura do Salvador em mosaico ameaçando o Juízo Universal, e feita a igreja à perfeição, foram constituídos muitos frades regulares para celebrar os officios divinos, com boa renda, e consagrada pelo papa São Silvestre, o que vem confirmado daquilo que lemos em um antigo livro em pergaminho, que se conserva nessa mesma igreja estrato do registro de Carlos I pelo notário Rogério Pappansogna, fidalgo do Seggio di Montagna, por ordem do rei Ladislao, no ano de 1409 com tais palavras [segue frase latina que indica Constantino como fundador dessa igreja].<sup>99</sup> (grifamos)</p>	<p>Depois de muito tempo, na época do papa Libério, retornando Constantino a Roma com Constância, sua filha e com Patrícia, sua neta, para visitar, prestar reverência e assistir a santa mãe igreja de Roma e muito também pela cisma que sucedia em Roma pela heresia do papa, aguentou uma grande tempestade no mar da Sicília, sobre o cabo de Trapani, e sendo grande a tempestade [e incerta] a sorte do mar, que assim não duvidavam de se afogar e ser devorados pelas ondas do mar. Logo por isso, Constantino chamou a Deus e a São João Batista, porque recebeu o batismo de Deus e do mesmo São João, [a tempestade] deveria acalmar-se, e que se se liberava daquela má sorte e tempestade do mar, que não percessem, assim que chegassem em Nápoles, faria edificar uma igreja à palavra de São João Batista com a promessa de despender trinta mil ducados. E ouvindo isso, a senhora Constância, sua filha, fez um outro similar, voltando-se a santa Lúcia, a qual, naqueles mesmos dias havia sido santificada, santa pela qual a dita senhora tinha grande devoção, que se daquela tempestade os liberassem a salvo, das suas próprias rendas doava à dita igreja de São João vinte mil ducados à honra e reverência de santa Lúcia. Esses votos agradaram a Deus que consentiu e os liberou do dito perigo e salvos. Chegando em Nápoles, ficaram alguns dias, até que se recordaram dos seus votos e podendo por vontade própria, os levaram a efeito. E tendo planejamento e concordância entre eles, o mencionado Constantino com sua filha, comandaram e fizeram edificar a igreja que hoje é chamada São João Maior e Santa Lúcia construída sob essa invocação e título. Na tribuna dessa igreja foi pintada o Salvador ameaçador e terrível assim</p>

<sup>98</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 98.

<sup>99</sup> CARRACIOLO, Cesare D’Engenio. Op. cit., p. 52. “Questa Chiesa anch’ella una delle quattro Parrocchie principali di Nap. e anticamente era Tempio Gentili, il qual fù fabricato dall’Imperador Adriano, di cui ragiona li Portano con simili parole: Nam et Adrianus Augustus Templum in tumulto proximè portam, quae ad mare ferebat, qui locus hodie quoq; Portus dicitur, aedificavit mirae amplitudinis, idq; postea collapsum ab infrequentibus est Principibus instauratum. Fù poi ristorato e ampliato dall’Imperad. Constantino (si como scrive l’Autor della Cronaca di Nap. dicendo) ch’il detto Imperator nauigando hebbe nel mar di Sicilia sopra il capo di Trapani grandissima tempesta con pericolo di perdersi, per il che fè voto à Dio, e al Precursor di Christo S. Gio. Battista suo devoto nel giungere al porto spender trenta mil scudi in erger una

	<p>como deve ser no dia do Juízo, e como parece ao povo de Roma – a mãe de todas as igrejas, isto é, em são João de Latrão. E de um e outro lado da igreja está o altar e sobre ele, no alto, está uma imagem de são João e do outro lado está o altar e a imagem de santa Lúcia, isso para que seja claro a todos que a dita igreja está sob invocação tanto de santa Lúcia como de são João e vice-versa. E na mencionada igreja há tantas indulgências quando é [festa de] santa Lúcia no mês de dezembro como quando é são João no mês de junho e no tempo antigo havia grande concurso de pessoas para uma festa e para outra. Nessa igreja, ao serviço de Deus e da igreja, foram ordenados frades regulares, como é até os dias de hoje em são Pedro ad Aram, os quais ficavam no claustro que estava abaixo do pátio interno da igreja, o que também chega aos dias de hoje, como assinalado pelas habitações e pelos edifícios.<sup>100</sup></p>
--	--

Fonte: KELLY, Samantha. *The Cronaca di Partenope: An Introduction to and Critical Edition of the first vernacular history os Naples (c. 1350)*. Leiden; Boston: Brill, 2011, p. 226-227.

Chiesa in honor di qual Santo, e Costanza sua figliuola ritrouandosi nel medemo pericolo con suo padre fè un'altro voto símile, d'altri 20 mila scudi in seruigio della medema Chiesa in honor di Santa Lucia Vergine, e Martire sua diuotissima, gionti postia à saluamento in Nap. osseruarono il voto, e dedicarono l'Antico Tempio d'Adriano Augusto in honor di S. Gio. Battista, e di Santa Lucia (c' hora S. Gio. Maggiore chiamasi) nella cui tribuna, fù di mosaico scolpita la figura del Saluator minacciante il giuditio vniuersale, e ridotta la Chiesa à perfeitione vi furono costituiti molti Canonici Regolari per celebrar gli diuini vffici, com buone rédite, e consacrato da S. Siluestro Papa, il che vien confermato da quel, che leggiamo in vn'antico libro in pergameno, che si serba in questa stessa Chiesa estratto dal Registro di Carlo I. da Notar Ruggier Pappansogna Gentil'huom del Seggio di Mõtagna, per ordine del Rè Ladislao nell'anno 1409 con tali parole: [...].”

<sup>100</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 226-227. “Di poy uno grande tempo alo tempo de papa Liberio tornando Costantino ad Roma con Costanza sua figlya et con Patricia sua nepote ad visitare et fare reverencia et assistere a la sancta matre ecclesia de Roma et maxicamente per la sisima che successa era in Roma per hereticia de papa sostenne grande tempestate alo mare de Cicilia sopra lo capo de Trapani et avendone grande tempesta et fortuna de mare sicche dubitavano de annegaresi et essere divorati dale unde delo mare. Unde percio Costantino vocatose a Dio et ad sancto Johanne Baptista, lu quale per lo ricepere de lo sacro baptisimo poy de Dio ad ipso sancto Johanne stava ferma, che si liberava da quella fortuna et tempesta de mare che non peresseno che como iungeva in Napoli faceva hedificare una ecclesia alo vocabole de sancto Iohanne Baptista in dela quale promese spendere trenta milia ducati. Et audendo cio madamma Costanza sua figlyola si ne fece un altro simile ad quisto voltandose ad sancta Lucia laquale in quilli medesimo iorni sanctificata era, ala quale sancta la dicta dompna avea grande devocione, che se de quella tenpestate liberati erano salvi, delle soy proprie rendita adiungea a la dicta ecclesia de Sancto Johanne ducati vintimilia ad honore et reverencia de Sancta Lucia. Ali quali vuti lo piatuso Dio consentiò, et si li liberò da lo dicto periculo sani et salvi. Pervennero in Napoli et stati alcune di vennero ricordati de li loro vuti et possente per volenterusi de reducerelli ad effecto. Et avendo pensamento et concordia infra de. Iloro, lo dicto Costantino una cola figliuola comandaro et fecero hedificare la ecclesia laquale ogi è chiyamata Sancto Johanne Maiure et Sancta Lucia socto loro vocabole et titulo constructa. Indela tribuna de la quale ecclesia si è depenta la ymagine de lo Salvatore minaczante et terrebele si como deve parere in de lo dì de lo iudicio, et como appaerice alo populo de Roma ala matre de tucte le ecclesie, cio è in Sancto Johanne a. Llaterano. Et da. ll'uno de li lati de la ecclesia si è lo altaro et de sopra in alto vi sta la ymagine de sancto Johanne et alo altro lato si è lo altaro et la ymagine de sancta Lucia puro sopra, ad cio che sia manifesto ad ciascuno che in de la dicta ecclesia cossi è lo titulo de sancta Lucia como de santo Johanne et cossi de sancto Johanne como de sancta Lucia. Et in de la dicta ecclesia ze è tanta indulgencia quando è Sancta Lucia de lo mese de decembro como quando è Sancto Johanne de lo mese de iugnyo et nelo antiquo tempo cossi ze era concurso de gente per l'una festa como per l'altra. In de la quale ecclesia alo servizio de Dio et de epsa ecclesia forono ordinate l'urdene de canoniche regulari como sono fine alo dì de ogi ad Sancto Pietre ad Ara liquali veniano inter lo inchyostro lo quale stava depresso a la corte de la ecclesia secundo che eciamdio per fine alo dì d'oggi si pare li insignalì de la habitacione et de li hedificii.”

Um dos pontos mais relevantes do excerto I, de D’Engenio, é a expressão entre parênteses “assim escreve o autor da crônica de Nápoles” (*si como scrive l’Autor della Cronaca di Nap. dicendo*). Essa expressão toma importância devido ao que frisamos no início desse subcapítulo – o texto cronístico, até 1526, era conhecido também como *Crônica de Nápoles*. Escrito dessa forma, pode parecer que o autor, D’Engenio, consultou o estrato de Pappansogna, de 1409, como ele próprio aponta ao final do trecho, ou que consultou a própria *Crônica de Nápoles* (a que conhecemos hoje como *Crônica de Partenope*), utilizando esse que era um de seus nomes correntes. O que dá o tom da dúvida quanto à consulta direta é a parte final, em que ele refere que se pode ler a história de Constantino e sua filha em um pergaminho do qual Pappansogna se serviu para redigir um índice dos documentos que estavam em posse da igreja.

O ponto que suscita dúvida é a existência de outro texto que utiliza o mesmo apelativo como a citada *Crônica de Nápoles/Crônica de Partenope*, redigida no século XV ou início do XVI, de autoria de Notar Giacomo e que poderia ter sido consultada por D’Engenio (em torno de 1624) visto que mais conhecida e de maior circulação naquele momento.<sup>101</sup> No entanto, afirmar com segurança qual das alternativas foi a utilizada por Cesare D’Engenio é impossível. Ele pode ter recorrido à própria *Crônica de Partenope* ou ter se referido à crônica de Notar Giacomo, confundindo nossa avaliação atual, ao mesmo tempo em que recorria ao registro de Rugger Pappansogna (copiado de um pergaminho que continha a *Cronaca*, ou parte dela, e que estava em posse da igreja), de 1409.

Essas dúvidas só seriam sanadas caso encontrássemos o documento do qual Pappansogna se serviu para elaborar o seu registro. Entretanto, como a igreja de san Giovanni Maggiore sofreu inúmeras reformas desde o século XIV, a última se prolongando por quase quarenta anos, dificilmente o arquivo do templo ainda possuiria o pergaminho da *Cronaca di Partenope* ou mesmo o registro de 1409. Pelas referências que Buccaro e Ruggiero fazem aos arquivos da igreja, estes foram transferidos para o Arquivo Histórico Diocesano de Nápoles, local em que poderia estar o documento do qual Pappansogna se serviu para redigir o seu registro.<sup>102</sup>

O que podemos afirmar, com mais ou menos certeza, é que esse documento em posse da igreja de san Giovanni Maggiore era uma cópia, hoje perdida, da *Cronaca di*

<sup>101</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 79.

<sup>102</sup> BUCCARO, Alfredo; RUGGIERO, Raffaele. *San Giovanni Maggiore: Architettura e arte alle porte della Napoli antica*. Napoli: Federico II University Press, 2016, p. 108-109.

*Partenope* ou de parte dela. Considerando a redação de Pappansogna em 1409, podemos apontar também que ela estava sendo utilizada, desde muito cedo, como fonte para a história da cidade e de seus locais de memória. Além disso, como afirmado, esse texto estava sendo usado não só para dar suporte à história secular, mas também para a escrita da história eclesiástica cidadina.

Após essa referência, as que se conhecem são sempre citações de manuscritos que ainda hoje subsistem ou, em geral, referências às edições pós-1526, onde o texto cronístico já havia se consolidado. Um desses trabalhos, anteriores mesmo ao de Cesare D’Engenio Caracciolo, é o de Giovanni Antonio Summonte. Em sua *Historia della città e regno di Napoli*, de 1601, com reedição em 1675, Gennaro Maria Monti individualizou vários pontos em que o Summonte usa o texto da *Crônica de Partenope* como fonte. Infelizmente o livro de Monti – *La ‘Cronaca di Partenope’ (Premessa all’edizione critica)* – editado em 1932, não nos é acessível. Kelly cita o pesquisador referindo o seu trabalho nessa individualização e localização de passagens como importante para o entendimento do uso da crônica partenopeia como fonte pelos autores até o século XVIII, sem que houvesse até aí uma crítica ao documento em questão.<sup>103</sup> No entanto, esse uso do texto em séculos posteriores está fora do escopo desse trabalho; encerrando-se por ora as digressões a respeito das versões – editadas ou manuscritas – utilizadas por autores após o século XV.

Os primeiros trabalhos críticos acerca das fontes para a história napolitana são de autoria de Vincenzo di Giovanni e Bartolomeo Capasso. Gennaro Maria Monte, Samantha Kelly e Chiara de Caprio se referem constantemente aos estudos dos autores, contudo, os trabalhos de di Giovanni não estão disponíveis *online*. Nas pesquisas de Capasso, publicadas em 1902 – *Le fonti della storia delle province napoletane da 568 al 1500* – o pesquisador aponta no índice onomástico: “*Cronaca Napolitana o di Partenope vulgarmente detta di Giovanni Villani*” – Crônica napolitana ou de Partenope vulgarmente dita de *Giovanni Villani*. Das páginas 131 a 137, Capasso faz apontamentos sobre a redação da crônica, indica como foram elaboradas as primeiras edições e subdivide o texto em quatro partes. Esta divisão é utilizada até hoje.<sup>104</sup> Essas quatro subdivisões da

<sup>103</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 122.

<sup>104</sup> CAPASSO, Bartolomeo. *Le fonti della storia delle province napoletane da 568 al 1500*. Napoli: Tip. Angelo Trani, 1902, p. 131-137. Disponível em <<https://archive.org/details/lefontidellasto00capagoog/page/n9/mode/2up/search/bartolomeo+capasso?q=bartolomeo+capasso>> Consultado em 02 fev 2020.

crônica dizem respeito a uma versão mais extensa, desconsiderada por Kelly como parte do texto inicial da crônica partenopeia.

Inicialmente cabe apontar os autores utilizados por Samanta Kelly e Chiara de Caprio. Remontamos, assim, ao estudo de Bartolomeu Capasso, do ano de 1902, largamente usado pelas pesquisadoras, no qual o autor assevera que,

Como se observa pelo exame e pelo confronto de todos aqueles manuscritos que são até agora conhecidos e pela raríssima edição *princeps* do século XV, esta crônica originalmente foi uma compilação de três diversos textos, quase contemporâneos, feita da metade para o fim do século XIV, aos quais foi adicionada nos fins do mesmo século ou no princípio do seguinte, um quarto texto, que narra coisas do reino desde o matrimônio de Joana I até 1382. (CAPASSO, 1902, p. 132)<sup>105</sup>

Essas três partes são as mais antigas, conforme os autores que pesquisaram a crônica partenopeia desde Capasso. A quarta parte aparece como uma adição posterior nesse pesquisador.<sup>106</sup> Assim temos, segundo Capasso, as seguintes partes:

- I. do capítulo 1 ao 57, obra de um “rapsodo” napolitano;
- II. do capítulo 58 ao 71, que encerra com o colóquio onde Bartolomeo Caracciolo-Carrafa termina sua *Breve Informazione*;
- III. do capítulo 74 ao 79 do Livro I e capítulos do 1 ao 11 do Livro 2, oriundos da *Nuova Cronaca*, de Giovanni Villani. Capasso fornece essa divisão com base, principalmente, na edição príncipe de 1526, embora cite alguns manuscritos consultados para apontar a anterioridade das três primeiras partes.<sup>107</sup>

Capasso adverte, ainda, que a Crônica sofreu profundas transformações quando foi impressa pela primeira vez, em torno de 1498. Vários capítulos e partes foram deslocadas e o colóquio que indicava Bartolomeo Caracciolo-Carrafa como autor das duas primeiras partes (ou só da *Breve Informação*, segundo Capasso) foi suprimido. Na segunda edição de 1526, novamente as várias partes da Crônica foram misturadas e

---

<sup>105</sup> CAPASSO, Bartolomeo. Op. cit., p. 132. “Come rilevasi dall’esame e dal confronto di tutti quei manoscritti che sono finora conosciuti e della rarissima edizione princeps del secolo XV, questa cronaca in origine fu una compilazione di tre diverse scritture, quasi contemporanee, fatta verso la metà del secolo XIV, alle quali poscia nella fine dello stesso secolo o nei principii del seguente, fu aggiunta una quarta scrittura, che narra delle cose del regno dal matrimonio di Giovanna I fino al 1382.”

<sup>106</sup> Ibid., p. 136.

<sup>107</sup> Ibid., p. 132-136.

realocadas.<sup>108</sup> Portanto, tentar utilizar essas edições se torna um pouco confuso, sendo preferível os manuscritos, como utilizado por De Caprio e Kelly.

Para estabelecer o cânone contestado por Kelly, Capasso consultou nove manuscritos que eram conhecidos na época. Conforme esse pesquisador, a *Crônica de Partenope* é uma compilação de três escritos independentes que, em fins do século XIV ou início do XV foram amalgamados em um só escrito, acrescidos de uma quarta parte já referida. À primeira parte Capasso chama de “memorial histórico”, apontando que, para ele, não é propriamente uma crônica. Para a composição dessa parte houve uma coleta de materiais orais, histórias tradicionais a respeito da fundação da cidade e inspiração nos monumentos gregos subsistentes. Para o período cristão narrado nessa primeira parte, Capasso conjectura que possam ter sido usados as *vitae* de São Aspreno e de Santa Patrícia, o *chronicon* de Santa Maria do Princípio, os atos de Santo Agripino e dos Santos Eutichete e Acuzio, a *Historia Miscella* dentre outros.<sup>109</sup>

A segunda parte do texto é identificada por Capasso como de autoria de Bartolomeo Caracciolo-Carafa devido ao colóquio ao final, onde esse nobre dedica a *Breve Informazione* a Luís de Taranto, segundo marido de Joana I.<sup>110</sup> Conforme Capasso:

O segundo escrito do qual se compõe a crônica napolitana, é um breve compêndio ou um manual, como se diria hoje, da nossa história desde a fundação da monarquia até a morte do rei Roberto. O autor e a época desse escrito se manifestam claramente no final do capítulo 71 dos manuscritos, onde Bartolomeo Caracciolo *dito* Carrafa, nobre de Nápoles, terminando o seu trabalho, que chama *Breve Informazione*, o dedica ao rei Luís de Anjou, segundo marido de Joana I. Nesse sumário é indicada a sucessão dos soberanos e os principais eventos do reino, recolhidos, como o próprio Caracciolo afirma, de diversas crônicas que, à exceção de Romualdo Salernitano, não podemos indicar com precisão devido à brevidade do texto. (1902, p. 134)<sup>111</sup>

Como percebemos pelo excerto, essa parte da crônica, segundo Capasso, também indica um trabalho de compilação, com a diferença de que na primeira parte conseguia-se individualizar as fontes e aqui não. Para o pesquisador esse trecho da crônica é a

<sup>108</sup> CAPASSO, Bartolomeo, op. cit., p. 136.

<sup>109</sup> Ibid., p. 133.

<sup>110</sup> Ibid., p.134.

<sup>111</sup> Ibid., p. 134. “La seconda scrittura, di cui componesi la cronaca Napolitana, è un breve compendio o un manuale, come ora direbessi, della mostra storia dalla fondazione della monarchia fino alla morte di re Roberto. L'autore e l'epoca di essa si manifestano apertamente nella fine del capitolo 71 dei manoscritti, ove Bartolomeo Caracciolo detto Carafa, cavaliere di Napoli, terminando il suo lavoro, che egli chiama Breve Informazione, lo intitola al re Luigi d'Angiò secondo marito di Giovanna I. In questo sommario sono accenate le successioni dei sovrani e le principal vicende del regno, ricavate, come il Caracciolo stesso asserisce, da diverse cronache, che, se ne eccettui Romualdo Salernitano, non si possono per la brevità della scrittura com precisione accenare.”

ampliação de um sumário latino do período de Carlos I.<sup>112</sup> Aqui vale ressaltar que Bartolomeo Capasso defendia que a parte I e a parte II haviam sido escritas por autores diferentes, o que Gennaro Maria Monti, em 1930, e pesquisadores atuais italianos ainda defendem. Para Samantha Kelly isso parece improvável: para a pesquisadora pode ter ocorrido um lapso temporal na elaboração das duas partes o que, no entanto, não retira a autoria de B. Caracciolo-Caraffa dessas componentes da crônica. Para Kelly esse é o texto inicial da *Cronaca di Partenope* e é o que analisamos no presente estudo.<sup>113</sup>

Capasso lista, em nota de rodapé, os manuscritos utilizados como fonte para as suas pesquisas:

Os códices da Crônica napolitana que até agora confrontei ou simplesmente conheci são os seguintes: 1. Códice da biblioteca Nacional de Palermo, pergaminho em fólio pequeno, do século XIV; 2. Códice da biblioteca Nacional de Paris n.º 10172 com o título: *Antica storia della città di Napoli*, cartáceo do século XIV, de 150 páginas em fólio pequeno; 3. Códice da biblioteca de São Martinho de Nápoles do século XVI em 4.º; 4. Códice da biblioteca Estense [VIII.B.4] de Módena, pergaminho em 4.º, do século XV, pertencente aos Reis Aragoneses (V. Mazzatini, *La Biblioteca Aragonesa n.º 597*); 5. Códice do cavaleiro Francesco Antonio Casella, cartáceo e fólio grande do século XV com adições posteriores; 6. Códice da biblioteca Nacional de Nápoles (XIV, D, 7), cartáceo em fólio do século XV; 7. Códice do professor Giuliano Vanzolino da Pesaro, cartáceo do século XV; 8. Códice da biblioteca Nacional de Paris n. 10170, cartáceo em fólio de 320 p. com 2 colunas, do século XV, intitulado: *Descrizione del r. di Napoli*; 9. Códice de Gennaro Aspreno Galante, cartáceo em fólio, do século XVI; 10. Códice da biblioteca Nacional de Paris, n. 10171, 3 de 500 p., com início 302, cartáceo em 4.º, do século XVII. (CAPASSO, 1902, p. 132)<sup>114</sup>

Essa lista que Capasso utilizou pode ser confrontada com aquela utilizada e detalhada por Kelly em seu estudo. Vemos, desde já, que o pesquisador não aponta maiores detalhes além da localização dos textos. O de número sete, de Vanzolino, tem uma breve referência e logo depois, em torno de 1930, Gennaro Maria Monti aponta o

<sup>112</sup> CAPASSO, Bartolomeo, op. cit., p. 134.

<sup>113</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 17-18.

<sup>114</sup> CAPASSO, Bartolomeo, op. cit., p. 132. “I codd. della Cronaca napolitana che ho finora confrontati o semplicemente conosciuti sono i seguenti: 1. cod. della biblioteca Nazionale di Palermo, membranaceo in folio pic. del secolo XIV; 2. cod. della biblioteca Nazionali di Parigi n.º 10172 col titolo: *Antica storia della città di Napoli*, cartaceo del secolo XIV di pag. 150 in folio piccolo; 3. cod. della biblioteca di S. Martino di Napoli del secolo XVI in 4.º; 4. cod. della biblioteca Estense [VIII.B.4] di Modena, membranaceo in 4.º del secolo XV ed appartenuto ai Re Aragonesi (V. Mazzatini, *La Bibl. Aragonesa n. 597*); 5. cod. del cav. Francesco Antonio Casella, cartaceo in folio grande del secolo XV con giunte posteriori; 6. cod. della biblioteca Nazionale di Napoli (XIV, D, 7), cartaceo in folio del secolo XV; 7. cod. del prof. Giuliano Vanzolino da Pesaro, cartaceo del secolo XV; 8. cod. della biblioteca Nazionale di Parigi n. 10170, cartaceo in fol. di p. 320 a 2 colonne del secolo XV, intitolato: *Descrizione del r. di Napoli*; 9. cod. del ch. Gennaro Aspreno Galante, cartaceo in folio del secolo XVI; 10. cod. della biblioteca Nazionale di Parigi n. 10171, 3 di pp. 500, di capi 302, cartaceo in 4.º del secolo XVII.”

seu desaparecimento. Kelly também não o encontrou para realizar maiores estudos.<sup>115</sup> Os demais manuscritos se conservam, apenas com mudanças nas denominações.

### 3.4. Estabelecimento do texto

No que tange a versão crítica de Samantha Kelly, a pesquisadora estadunidense nos fornece uma lista com dezesseis manuscritos que estão espalhados por diversas bibliotecas e mais três edições feitas em Nápoles. Dessas, Kelly utilizou doze como base para o seu estudo. Outras quatro – cópias de edições – a pesquisadora utilizou para estabelecer índices e comparações. Das três restantes duas são adaptações tardias e uma nunca foi localizada, somente referida em outros textos, e não tem sua existência confirmada. Essas últimas não entram na edição de Kelly.<sup>116</sup> Para que possamos comparar esse estudo de Kelly com o excerto de Capasso, listamos os dezenove textos citados pela estadunidense:<sup>117</sup>

1. PL = Palermo, Biblioteca centrale della regione siciliana (antiga, Biblioteca nazionale), I D 14;
2. P1 = Paris, Bibliothèque nationale, italien 304;
3. M1 = Nova Iorque, Morgan Library, M 973;
4. F = Florença, Biblioteca Nazionale, fondo Gino Capponi 108;
5. V = Cidade do Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Vat. Lat. 4601;
6. N1 = Nápoles, Biblioteca Nazionale, XIV D 7;
7. P2 = Paris, Bibliothèque Nationale, italien 301;
8. E = Módena, Biblioteca Estense, Ti. 281 (= alpha. H. 8. 14, antigo VIII B 4);
9. SN1 = Nápoles, Società napoletana di storia patria, XX C 5;
10. GC = Nápoles, Archivio di Stato, fondo Giudice Caracciolo di Cellamare, 38;
11. SN2 = Nápoles, Società napoletana di storia patria, XXXII D 14 bis;
12. P3 = Paris, Bibliothèque Nationale, italien 303;
13. N2 = Nápoles, Biblioteca Nazionale, fondo San Martino I 63;
14. VZ = Um manuscrito pertencente a Giuliano Vanzolini da Pesaro (perdido);
15. M2 = Nova Iorque, Morgan Library, M 801;
16. N3 = Nápoles, Biblioteca Nazionale, XIII AA 39;

---

<sup>115</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 121.

<sup>116</sup> Ibid., p. 102.

<sup>117</sup> O apêndice ao final da dissertação (p. 123-124) traça a correspondência entre os manuscritos consultados e mencionados por Samantha Kelly e Bartolomeo Capasso.

17. SN3 = Nápoles, Società napoletana di storia patria, XXVIII D 10;
18. N4 = Nápoles, Biblioteca Nazionale, MS X C 31;
19. VI = Viena, na antiga Biblioteca Imperial (mencionado e nunca encontrado).<sup>118</sup>

Do primeiro ao décimo segundo item estão listados manuscritos disponíveis para consulta. O décimo terceiro não está disponível para consulta devido ao péssimo estado de conservação e o décimo quarto está perdido. Do décimo quinto ao décimo oitavo são manuscritos copiados de edições impressas e não oferecem grandes novidades para o estudo do texto originário. Por fim, o décimo nono é uma cópia citada em uma nota de rodapé em um trabalho maior. Esta nunca foi localizada seja por Capasso ou por pesquisadores posteriores a ele.

Na edição de Kelly, publicada em 2011, foram utilizados os doze primeiros manuscritos listados. Eles serviram, portanto, como base para a versão crítica. Kelly os dividiu em dois grupos: o A e o B. No primeiro grupo estão onze dos quatorze manuscritos, sendo os três restantes encaixados no grupo B. A diferença básica é que aqueles do grupo A possuem setenta e cinco capítulos e os do grupo B sofreram a interpolação de capítulos oriundos da *Nuova Cronica*, de Giovanni Villani, que foram adaptados para a *Cronaca di Partenope*. No estudo de Kelly os textos do grupo A e do B são colocados lado a lado para que se faça uma comparação. Segundo a autora, esse método é importante para se chegar a um texto próximo ao do originário.

A primeira divergência entre os grupos A e B acontece no capítulo 16, no qual Floro apresenta as belezas da Campânia e Eustazio descreve Nápoles. Nesse capítulo Otávio Augusto nomeia Marcelo duque da cidade e Virgílio serve como seu conselheiro. Nos manuscritos do grupo A esse trecho é um bloco único, enquanto no B ele é desmembrado formando dois, o 16 e o 17 – a quebra ocorre na parte em que o autor narra a nomeação de Marcelo por Otaviano.<sup>119</sup> A partir daí os manuscritos do grupo B estão um capítulo à frente dos do grupo A. O texto segue assim até o capítulo 43 A (44 B), que narra a devoção a São Aspren e a Santa Cândida, além dos milagres atribuídos aos ossos da santa – local onde novamente sofre uma divisão, tornando-se no grupo B os capítulos 44 e 45: daí em diante o grupo B tem 2 capítulos a mais que o A.<sup>120</sup>

Seguem as divisões e interpolações e o capítulo 63 A, que narra brevemente alguns feitos de Guilherme II, o Bom, último rei normando da Sicília e a sua sucessão por

<sup>118</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 103-124.

<sup>119</sup> Ibid., p. 184.

<sup>120</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 218.

Constância, sua tia e herdeira, casada com Henrique de Hohenstaufen, corresponde ao 65 B. Este capítulo sofre a interpolação de três partes (omitidas por Kelly) oriundas da Crônica de Giovanni Villani, que se tornam os capítulos 66 a 68 B.<sup>121</sup> O restante do capítulo 63 A, após a interpolação, se torna o capítulo 69 B. Dessa forma, o capítulo 64 A corresponde ao 70 B. Já se tem aí seis pontos de quebra do texto mais antigo e de adição de capítulos (três) oriundos da *Nuova Cronaca*, de Giovanni Villani. Por fim, existe uma adição de quatorze capítulos entre o 67 e o 68 A, que corresponde aos 75 – 89 B, oriundos da crônica de Villani, que Kelly chama de “Southernized Villani”. Nesse extenso trecho, Villani narra a conquista do Reino da Sicília por Carlos I de Anjou. Dessa forma, o capítulo 68 A, que narra os embates entre Carlos I e Conradino, neto de Frederico II, corresponde ao 90 B.<sup>122</sup> A pesquisadora estadunidense não os traz no corpo desse trabalho, fazendo menção ao título destes capítulos com o respectivo resumo no apêndice I da sua obra.<sup>123</sup>

No que toca ao texto propriamente dito, a *Cronaca di Partenope*, segundo De Caprio, sofreu uma *assemblage* (*assemblaggio*),<sup>124</sup> ou seja, é fruto de uma fusão entre diversos textos pré-existentes e que continuaram a ser escritos após a data que Kelly afirma como sendo de redação final – 1350, o que se coaduna com o que Batolomeo Capasso também defendia.<sup>125</sup> Conforme De Caprio (2012, p. 20-21),

[...] em um contexto culturalmente trilingue, junto a obras em latim e francês, tomaram corpo as primeiras seções daquele complexo e variado conjunto de escrituras históricas em vulgar que teria assumido a denominação convencional de *Cronaca di Partenope*. É oportuno desde já esclarecer um aspecto: isso que, a partir do *Cinquecento*, se designa como *Cronaca di Partenope* é na realidade um *corpus* de textos cronísticos; ele foi se formando, entre o *Trecento* e o *Quattrocento*, através de um processo de *assemblage* que modificou repetidamente a fisionomia e que deixou traços na mobilidade textual da tradição. Com base nos estudos de Capasso, Monti e Sabatini, foram reconhecidas na crônica quatro partes, que serão revisadas para dar conta da articulação global do *corpus*.<sup>126</sup>

<sup>121</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 254.

<sup>122</sup> Para a genealogia dos reis da Sicília e da dinastia Staufen ver ANEXO B, p. 126.

<sup>123</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 321-324.

<sup>124</sup> DE CAPRIO, op. cit., p. 20.

<sup>125</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 16.

<sup>126</sup> DE CAPRIO, op. cit., p. 20-21. “[...] in un contesto culturalmente trilingue, accanto a opere in latino e francese, prendono corpo le prime sezioni di quel complesso e vario insieme di scritture storiche in volgare che avrebbe assunto la denominazione convenzionale di Cronaca di Partenope. È opportuno sin d’ora chiarire un aspetto: ciò che, a partire dal Cinquecento, si designa come Cronaca di Partenope è in realtà un corpus di testi cronachistici; esso si è andato formando, fra Trecento e Quattrocento, attraverso un processo di assemblaggio che ne ha ripetutamente modificato la fisionomia e che ha lasciato tracce nella mobilità testuale della tradizione. In base agli studi di Capasso, Monti e Sabatini nella cronaca sono state riconosciute quattro parti, che saranno passate in rassegna per dar conto dell’articolazione complessiva del corpus.”

Para a filóloga italiana a *Cronaca di Partenope* é formada por quatro partes, que foram sendo escritas ao longo do século XIV e XV, chegando ao século XVI mais ou menos com a forma que se encontra na maioria das impressões após 1526. Nesse ponto ela diverge de Kelly que aponta a *Cronaca* como sendo apenas a “Parte I” e a “Parte II” das divisões textuais propostas por Bartolomeo Capasso, no estudo denominado “*Le fonti della storia delle provincie napolitane dal 568 al 1500*”, de 1902,<sup>127</sup> citado anteriormente.

Para Kelly, a *Cronaca di Partenope* seria apenas a “Parte I” e a “Parte II” estabelecidas por Capasso ainda que, tanto esse estudioso quanto De Caprio, divirjam desse posicionamento. A distância temporal entre uma e outra parte é que pode ser a responsável pelas diferentes formas de escrita, segundo a autora. No entanto, ela acredita que ambas são fruto de apenas um autor – Bartolomeo Caracciolo-Carrafa.<sup>128</sup> Tanto é assim que a terceira e a quarta parte do texto não estão presentes no estudo de Samantha Kelly, que finaliza sua análise com o colofão que indica, segundo ela, a autoria de Carrafa e que para Capasso e De Caprio indica apenas o fim da segunda parte.<sup>129</sup>

Segundo Samantha Kelly, o colófono é uma evidência para datação das versões e para se considerar as duas primeiras partes como um trabalho só. Segundo ela

Para os propósitos atuais, o ponto importante é que os únicos manuscritos que omitem o colofão são os da versão B, que certamente não é original, e outro *Vaticanus Latinus* 4601 (= V), cuja cópia da “Parte II” está mutilada e não chega ao final do trabalho. Em outras palavras, todas as cópias da versão original da “Parte II” que poderiam conter o colofão realmente o contêm. Para a “Parte II”, pelo menos, o colofão deve ser considerado uma evidência confiável. (KELLY, 2011, p. 13)<sup>130</sup>

Com base nisso, a autora nos aponta que provavelmente as duas partes (I e II) circularam juntas e foram o núcleo inicial da redação que depois se desenvolveu com acréscimos e reformulações até 1526. Uma evidência de que as duas primeiras partes formam um *corpus* cronístico único é a presença, no manuscritos do Grupo A, do colofão,

<sup>127</sup> CAPASSO, Bartolomeo. Op. cit. *Passim*.

<sup>128</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 17.

<sup>129</sup> *Ibid.*, p. 14. Lê-se no colofão: “La sopradictabreve informacione tracta de diverse croniche ve fay a vuy nostro signorere Luyse lo vostro fidelissimo vassallo Bartholomeo Caraczulo dicto Carrafa cavaliere de Napoli.” Em tradução livre: “A supradita breve informação trata de diversas crônicas feitas a vós, nosso senhor rei Luís, pelo vosso fidelíssimo vassalo Bartolomeo Caracciolo, dito Carrafa, cavaleiro de Nápoles.”

<sup>130</sup> *Ibid.*, p. 13. “For present purposes, the important point is that the only manuscript witnesses to omit the colophon are those of the B version, which is certainly not original, and one other, *Vaticanus Latinus* 4601 (= V), whose copy of “Part II” is mutilated and does not reach the end of the work. In other words, all copies of the original version of “Part II” that could be expected to contain the colophon do indeed contain it. For “Part II,” at least, the colophon must be considered reliable evidence.”

com exceção do *Vaticanus Latinus*, mutilado. Os do Grupo B, não possuem colofão por tratarem-se de cópias com adaptações, segundo a pesquisadora estadunidense. A primeira versão – a *original* – possuía os setenta e cinco capítulos já mencionados e a segunda versão substituía a lista de reis do *original* por uma derivada da crônica de Villani, mais extensa que a da primeira versão.<sup>131</sup> Para Kelly, portanto, a versão do Grupo A é a que mais se aproxima de um texto originário, sendo a do Grupo B uma versão imediatamente posterior, com acréscimos visíveis de uma crônica de Giovanni Villani.

Devido ao trabalho empreendido por Kelly a crítica pode ser considerada, talvez, mais abrangente que a De Caprio. Isso se deve ao fato de ter a pesquisadora estadunidense abarcado em seus estudos todos os manuscritos atualmente conhecidos da *Cronaca di Partenope*, os confrontando linha por linha. Podemos ver no capítulo seis de sua obra uma análise minuciosa tanto dos textos do grupo A quanto do grupo B. Ela coloca excertos lado a lado e os cataloga por similaridade textual conseguindo, desse modo, indicar quais estão mais próximos entre si dentro dos próprios grupos maiores (A e B). Mais além, entre as páginas 165 e 281, Kelly apresenta os textos A e B da crônica em vernáculo colocando em rodapé qualquer modificação constante em cada um dos quatorze manuscritos trabalhados, dando assim, uma ideia das transformações ocorridas ao longo dos anos de (re)produção do texto cronístico.

No que toca ao trabalho de Chiara de Caprio, podemos considerar que a pesquisadora faz uma análise histórica muito abreviada, contextualizando a redação da crônica no período angevino de forma sucinta. De outro lado, a pesquisa de Samantha Kelly é abrangente e minuciosa no que tange ao estudo prévio que faz sobre a História e a Historiografia. Além disso, Kelly realiza um trabalho filológico altamente detalhado ao tecer comparações entre as várias versões dos manuscritos, trabalho comparativo que não foi realizado por De Caprio. Seguramente as contribuições de De Caprio são importantes: ela já aponta nessa obra que “entre o *Trecento* e o *Cinquecento*, amadurece uma progressiva ‘socialização da memória historiográfica’ da capital” (Nápoles), o que para o presente trabalho é de suma importância, visto que trabalharemos a identidade da cidade e do Reino de Nápoles.<sup>132</sup>

No entanto, no âmbito da análise discursiva, a obra de De Caprio (2012, p. 11) tomará grande importância para a nossa análise porque, conforme a pesquisadora,

<sup>131</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 13.

<sup>132</sup> DE CAPRIO, op. cit., p. 13. “Fra Trecento e Cinquecento, matura una progressiva ‘socializzazione della memoria storiografica’ della Capitale.”

Ao longo de um arco cronológico que abarca dois séculos, os três estudos exploram os modos de construção do discurso cronístico em vulgar, descrevendo tanto as técnicas narrativas e as habilidades textuais dos cronistas quanto as diversas funções assumidas pela escrita cronística em relação às mudanças e às necessidades provenientes do ambiente citadino.<sup>133</sup>

Considerando o excerto, portanto, percebe-se a relevância que o estudo de De Caprio toma na análise da *Cronaca di Partenope*. Ela não expande tanto suas considerações sobre essa crônica, visto que aborda mais duas no mesmo trabalho. Contudo, a pesquisadora abre caminho para o uso de outros autores por ela citados ou mesmo por questionamentos incipientes que podemos expandir.

Dessa forma, trabalhar o texto constante da edição de Kelly com o devido apoio de pesquisadoras como De Caprio, Marcelo Barbato e Francesco Montuori ajudam a entender melhor o itinerário que os textos tiveram até o momento presente. Outros autores citados (Gennaro Maria Monti e Francesco Sabatini, por exemplo) tanto pela estadunidense quanto pelos pesquisadores italianos aqui utilizados seriam valiosos, porém não estão disponíveis *online*. Embora centenários, esses autores oferecem críticas aos documentos que ainda não foram superadas – ou só o foram recentemente – (*vide* a divisão em quatro partes feita por B. Capasso, em 1902 que já abordamos nesse trabalho).

Por fim, após a análise traçada, pode-se apontar os motivos pelos quais a versão crítica de Samantha Kelly será a mais utilizada no presente trabalho: renovando o já exposto, a autora é a que melhor estabelece um texto sistematizado, organizado, historicamente e filologicamente comparativo. Diversamente de De Caprio, que tece críticas muito importantes, mas não as recolhe em um volume organizado e comparativo, a estadunidense obtém sucesso nessa empreitada específica. Em geral nos reportaremos à versão da crônica de Kelly, enfatizando claramente no texto quando esta versão não for a utilizada.

---

<sup>133</sup> DE CAPRIO, op. cit., p. 11. “Lungo un arco cronologico che abbraccia due secoli, i tre studi esplorano i modi di costruzione del discorso cronachistico in volgare, descrevendo tanto le tecniche narrative e le abilità testuali dei cronisti quanto le diverse funzioni assolte dalla scrittura cronachistica in relazione ai mutamenti e alle sollecitazioni provenienti dall’ambiente cittadino.”

## 4 PARTE 2

Essa segunda parte do presente trabalho contém dois capítulos: o primeiro trata da relação entre a(s) identidade(s) e o uso dos vernáculos – com ênfase na língua napolitana – e o segundo analisa brevemente a biografia de três personagens importantes para a elaboração da *Cronaca di Partenope*: Bartolomeo Caracciolo Carrafa, Roberto I de Nápoles e Joana I de Nápoles.

No primeiro capítulo dessa segunda parte, que é o capítulo 2 no conjunto da dissertação, fazemos uma análise baseada em autores como Manuel Castells, Stuart Hall e Augusto Placanica – este que trata especificamente do caso italiano. Nos utilizamos também de autores que trataram da mudança do latim para as línguas vulgares nas administrações e chancelarias europeias no período entre os séculos XII a XIV para compreender o processo de substituição do latim pelo napolitano na Corte angevina.

No segundo capítulo dessa segunda parte, traçamos biografias sucintas de três personagens que consideramos fundamentais para a construção da *Crônica de Partenope*: Bartolomeo, o suposto autor do texto inicial, Roberto de Anjou, rei de Nápoles até 1343, o qual influenciou sobremaneira a cultura da Península Itálica imprimindo um tom humanístico em suas realizações como governante e Joana I de Anjou, rainha no momento da redação cronística. Essas três figuras, como é demonstrado no decorrer do capítulo, têm um grande peso nas escolhas textuais e estilísticas da crônica.

Por fim, ressaltamos que, sem dúvida, outras personagens concorreram para a construção cronística e outras teorias acerca do discurso e da(s) identidade(s) existem e respondem a questões tão satisfatoriamente quanto a que aqui usamos. Porém, nosso recorte e extensão do trabalho não nos permitiria analisá-las. Indubitavelmente nenhum trabalho é completo e taxativo: é uma obra aberta, sujeita a críticas, novas análises e reformulações.

## 5. A(S) IDENTIDADE(S) NAPOLITANA(S) E O USO DO VERNÁCULO NAPOLITANO

### 5.1 Discurso, Línguas e Identidades

Antes de tecer relações entre o discurso e as identidades e de encetar uma análise discursiva, caber discorrer sobre o que entendemos por discurso. Discurso é um “conjunto

de enunciados que provêm de um mesmo sistema de formação”, segundo Edgardo Castro, e “está constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência”.<sup>1</sup> Castro faz referência aqui aos trabalhos iniciais de Foucault e ao conceito de discurso, que será desenvolvido ao longo de anos de pesquisa do filósofo francês. Foucault sustenta que o discurso conforma a sociedade na qual é produzido por meio de um complexo sistema de inclusão e exclusão, interdições e tabus.<sup>2</sup> Além disso, os enunciados referidos por Castro não são meras frases, mas contêm em si um discurso específico (e podem conter todo ele), a depender de quem os pronuncia. Em “A Ordem do Discurso”, Foucault acaba por sinalizar a opacidade discursiva, indicando que regiões como a sexualidade e a política não são transparentes e nem neutras, mas estão carregadas por um discurso que ora interdita, ora exclui ou inclui. Esse processo de enunciação e formação do discurso é possível com a linguagem, que tanto produz o contexto social quanto o organiza.<sup>3</sup>

Sabendo que discurso é campo ainda em debate dentro de diversas áreas das Ciências Humanas, delimitamos nossas definições para conseguir definir também o que seria, para nós, a *análise do discurso*. Tratada como método ou como disciplina específica, essa análise visa a compreender, considerando o contexto do discurso e a interação deste com a sociedade que o produziu, *como* o texto significa e quais as representações estão presentes nele a fim de construir o efeito desejado por quem o formula.<sup>4</sup> Em nosso caso específico, por meio da análise discursiva, podemos visualizar como o texto cronístico engendra identidade(s) ao mesmo tempo em que reforça a legitimidade da classe governante.

Para elaborar nossas análises lançamos mão de algumas técnicas analíticas preconizadas por Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, que indica a análise semântica, a sincrônica/ diacrônica e a narrativa, como ferramentas que podem ser combinadas na análise do discurso para levantar dados para a pesquisa. A primeira técnica se detêm no estudo das palavras “empregadas pelo autor como indícios de seu discurso”, na sincrônica/diacrônica o texto é analisado “à luz de seu contexto literário [...] dos textos que lhe são contemporâneos [...] e que o antecederam” e na técnica narrativa, busca-se

---

<sup>1</sup> CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 117.

<sup>2</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

<sup>3</sup> *Ibid.*, *passim*.

<sup>4</sup> MAINGUENEAU, Dominique. *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Édition du Seuil, 1996, p. 11; 43.

entender o gênero literário em que foi composta a narrativa, o enredo, a caracterização das personagens, indicações temporais e espaciais.<sup>5</sup>

Analisaremos com ênfase, também, a língua em que esse discurso cronístico foi materializado. Consideramos importante essa análise devido ao fato de que o vernáculo napolitano (e outros em menor escala) constituía parte desse contexto mais amplo em que se inscreve a redação da *Cronaca di Partenope*. O vulgar, podemos afirmar, era parte importante da linguagem, no momento de redação cronística, utilizada na corte de Joana I. Segundo Peter Sedgwick (2003, p.88),

A linguagem é, então, uma ideia-chave, pois é a ela que se incorporam os discursos. Dessa forma, um discurso constitui uma ‘formação discursiva’, isto é, discursos são concebidos como modos significativos de organizar sistematicamente a experiência humana do mundo social em linguagem e, conseqüentemente, constituir modos de conhecimento.<sup>6</sup>

Com essas definições podemos compreender como a linguagem – e a língua como parte dessa linguagem – representa, por meio das formações discursivas, o contexto social em que foi produzido, apontando quem está dentro e quem está fora dessa sociedade. Dessa forma, estaria o discurso produzindo identidades e alteridades. Poderíamos assim, compreender que a língua e a identidade podem ser entendidas em uma relação de interdependência: a língua “dá vida a uma ideia”, torna “pensável” determinadas características reputadas a um todo.<sup>7</sup>

No caso em questão, da *Crônica de Partenope*, é possível realizar uma análise nesse sentido? O discurso em napolitano e a identidade local estão em uma relação de interdependência na crônica partenopeia?

Também convém ressaltar que as identidades não são construídas somente por meio do discurso e, mormente, do discurso vernáculo. As identidades são constructos sociais complexos que partem de uma variedade de pontos de dentro (e de fora) da comunidade em questão. Segundo Andrew Edgar “os estudos culturais valem-se das

---

<sup>5</sup> SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos*. Revista de História, Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002. Disponível em <[https://www.academia.edu/14524319/Reflex%C3%B5es\\_metodol%C3%B3gicas\\_sobre\\_a\\_an%C3%AAlise\\_do\\_discurso\\_em\\_perspectiva\\_hist%C3%B3rica\\_paternidade\\_maternidade\\_santidade\\_e\\_g%C3%AAAno](https://www.academia.edu/14524319/Reflex%C3%B5es_metodol%C3%B3gicas_sobre_a_an%C3%AAlise_do_discurso_em_perspectiva_hist%C3%B3rica_paternidade_maternidade_santidade_e_g%C3%AAAno)> Consultado em 01 nov 2020.

<sup>6</sup> SEDGWICK, Peter. Discurso. In: EDGAR, A.; SEDGWICK, Peter (Orgs). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.

<sup>7</sup> PLACANICA, Augusto. L’identità del meridionale. *Rivista Meridiana*. N. 32, 1998, p. 153. Disponível em <<http://www.rivistameridiana.it/files/Placanica,-L-identita-del-meridionale.pdf>> Consulta: 30 jun 2019.

interpretações que defendem que a identidade é uma resposta a algo externo e diferente dela (um Outro)”.<sup>8</sup> Kathryn Woodward acerca da resposta ao Outro, nos diz que os sujeitos são interpelados pela ideologia, que os “recruta”: esse processo os nomeia e os posiciona dentro da sociedade da qual fazem parte. Para a pesquisadora, o sujeito é “reconhecido e produzido por meio de práticas e processos simbólicos”.<sup>9</sup> Para Manuel Castells (2018, p. 88-89),

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de que, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, por instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço.<sup>10</sup>

Nesse excerto de Castells vemos claramente a indagação ao sujeito: por quem e para quem a identidade é constituída? Está aí o estímulo externo já mencionado por Edgar anteriormente. Castells também confirma a multiplicidade de matérias-primas de que lançam mão os indivíduos para construir e dar significado a sua existência dentro da comunidade da qual fazem ou pretendem fazer parte. Todo o material utilizado é reorganizado e ressignificado a fim de se “ajustar” à visão do indivíduo ou do grupo. Podemos, nesse sentido, defender que as crônicas, e a *Crônica de Partenope* em particular, são rearranjos (como já ressaltado) que remanejam material cultural, trazem textos antigos readaptados (“vulgarizados”) para um público. Com isso, criam uma visão de indivíduo e de grupo que molda e se molda a uma ideia do que é pertencer a determinada comunidade – a napolitana, a siciliana, a florentina e assim por diante, e não a outra comunidade qualquer. Justamente nesse sentido, Tomaz Tadeu da Silva (2000, p. 18) observa que

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> EDGAR, Andrew. Identidade. In: EDGAR, A.; SEDGWICK, Peter (Orgs). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.

<sup>9</sup> DA SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, op. cit., p. 70.

<sup>10</sup> CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2018, p. 88-89.

<sup>11</sup> DA SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, Stuart, op. cit., p. 18.

Essas práticas de significação, não podemos deixar de sublinhar, já estão presentes no próprio trabalho de seleção dos textos que fornecerão trechos para a futura composição do texto final. O enunciador seleciona o material antigo que vai utilizar, recorta passagens que acredita relevantes, encaixa os textos por meio de uma rede de conexões que ele mesmo cria para, finalmente, trazer à luz um trabalho que é seu, mas que também ecoa a voz de outros, já distantes no tempo. Esse trabalho não é neutro: é um exercício de poder que pode ser orientado pela ideia que o redator faz do que é ser um indivíduo daquela sociedade para a qual ele destina o seu escrito.

A *Crônica de Partenope*, assim como outras pesquisadas por estudiosos aqui citados, estão intimamente ligadas ao poder político do momento, configurando seguramente o que Michel Foucault preleciona acerca do discurso: “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”<sup>12</sup>

E, considerando essa questão, é possível cogitar os motivos que levaram o redator a escolher determinada língua e não outra. Ao compor um discurso em napolitano ele afirma a monarquia angevina como participante de um universo cultural regional ao mesmo tempo em que domina os indivíduos dessa língua romance, fornecendo uma história “mais legítima” a partir do centro do poder régio. Esse discurso, apoiado no passado, escrito em vernáculo, pode – juntamente com outros constructos culturais – dar suporte ao poder criando identificações deste com a população ou com um segmento social do reino.

As crônicas tardo-medievais escritas entre os séculos XIV e XV tais como a estudada no presente trabalho podem ser colocadas em um movimento de progressiva “conscientização linguística”, conforme Peter Burke. Para o autor, “não apenas na Itália do início da Renascença, mas também na Inglaterra, na França e na Europa Central” esse movimento foi significativo, dando origem a comunidades linguísticas mais ou menos definidas.<sup>13</sup> Ainda segundo o pesquisador

Os escritores, na época, precisavam escolher que língua empregar. Erasmo e Lutero representam duas estratégias e, na verdade, duas concepções de comunidade, que podem ser descritas como horizontal e vertical. Erasmo escolheu a extensão geográfica. Como falante nativo de uma pequena língua, ele elegeu o latim para transmitir sua mensagem à República das Letras, em outras palavras, aos leitores letrados na maioria os países da Europa, de

<sup>12</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 09-10.

<sup>13</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*, p. 32.

Portugal à Polônia e da Inglaterra à Hungria. Lutero, que também escreveu em latim para o público letrado, dedicou-se mais ao vernáculo para atingir profundidade social, para ser ouvido pelas pessoas comuns ou, como ele costumava dizer, ‘o homem comum’ (*der gemeine Mann*) no mundo falante alemão. (BURKE, 2010, p. 70) <sup>14</sup>

Podemos pensar que o tempo entre a escrita das crônicas e dos escritos de autores como Lutero e Erasmo são seculares, mas é provável que essa lógica tenha perdurado por algum tempo até o latim ser demovido de seu posto de língua franca europeia. Conforme Jan Rüdiger, até 1250 a escrita em vernáculo era um fenômeno marginal na Europa, o que não significa pensar que todos aqueles que detinham o poder entendessem e se comunicassem em latim.<sup>15</sup> Assim como na República das Letras dos séculos vindouros, era a intelectualidade a dominar as competências linguísticas do latim. Portanto, escrever nessa língua era se comunicar com uma parcela restrita e difusa geograficamente. Para que existisse uma penetração em outros estratos sociais era necessário uma outra forma de comunicação: por meio do vernáculo.

Se consideramos que as identidades são construídas por diversos materiais culturais e que a história da comunidade é um dos materiais à disposição, podemos entender melhor a escrita em vernáculo. E, aqui nesse ponto, não estamos alargando necessariamente a recepção da crônica para um público mais popular, de fora dos círculos aristocráticos. É justamente nesses círculos que a redação em vulgar pretende penetrar (também). Devemos ter em mente que o latim era a língua dos eruditos e não dos aristocratas. Conforme Rüdiger (2015, p. 230),

[...] a maioria das pessoas que geralmente consideramos agentes políticos - reis, condes, seus criados, guerreiros, mulheres aristocratas - praticamente não tinham contato com o latim falado fora da missa, e eram quase incapazes de compreender esses textos escritos que constituem para nós as principais fontes da linguagem política medieval.<sup>16</sup>

Assim, é viável pensar que as estratégias apontadas por Peter Burke para as redações de Lutero e Erasmo já estivessem presentes aqui nesse momento e tenham orientado a escrita em vernáculo dos autores das crônicas, e em particular da crônica

<sup>14</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*, p. 70.

<sup>15</sup> RÜDIGER, Jan. “Éviter le mot”: langages politiques au Moyen Âge. In: GENET, Jean-Philippe (Org.). *La légitimité implicite: Le pouvoir symbolique em Occident (1300-1640)*. Paris-Roma: Édition de la Sorbonne – École Française de Rome, 2015, p. 230.

<sup>16</sup> Ibid., p. 230. “[...] la plupart des gens que nous considérons généralement comme des agents politiques – les rois, les comtes, leurs retenues, les guerriers, les femmes de l’aristocratie – n’avaient pratiquement aucun contact avec le latin parlé en dehors de la messe, et ils étaient presque incapables de comprendre ces textes écrits qui constituent pour nous les principales sources du langage politique médiéval.”

partenoepia. Escrever em latim não atingiria um grande público mesmo entre os cortesãos. A *Cronaca di Partenope*, assim como outras do período escritas em vernáculo, parecem estar ligadas a uma “política de identidade”, na qual a auto-identidade de um grupo é construída ao mesmo tempo em que outros grupos são projetados, constituindo-se em alteridade(s) dentro do discurso. Conforme Peter Sedgwick, “essa projeção constrói as identidades de sujeitos culturais segundo uma relação de poder em que o Outro é o elemento subjugado.”<sup>17</sup> A crônica partenopeia construiria, portanto, uma alteridade ao mesmo tempo em que, pelo discurso, a subjugaria, controlando a relação entre quem é napolitano e quem pertence a outro(s) grupo(s).

## 5.2 O vernáculo na Europa e no Sul italiano

A escrita da *Cronaca di Partenope* se insere em um amplo movimento de mudança do latim para o vernáculo em diversas regiões da Europa entre os séculos XIV e XV, como afirmado por autores como Peter Burke<sup>18</sup> e Jan Rüdiger<sup>19</sup>, dentre outros. No entanto, não podemos desprezar as produções anteriores tanto no âmbito da Península Itálica quanto em outros locais da Europa.

Podemos apontar casos considerados precoces de elaboração de gramáticas e tratados retóricos em duas línguas atualmente pouco proeminentes: o occitano e o norueguês. Conforme Rüdiger, em locais fora de um antigo domínio carolíngio ou da órbita de sua influência, como na Península Ibérica, na Occitânia (até o século XII) e na Escandinávia, desenvolveu-se uma literatura vernacular que, somente a partir do século XII, com o expansionismo angevino e capetíngio sobre a Occitânia vai, aos poucos, diminuir ou ser fortemente influenciado por modelos franceses. Segundo Rüdiger (2015, p. 232),

Não é surpreendente que os occitanos e os noruegueses tenham feito da oralidade vernácula secular uma de suas artes mais realizadas durante esse período [...]. E as duas línguas desenvolveram seus próprios tratados de gramática e retórica quase ao mesmo tempo: a primeira gramática escandinava data de 1150, *Razós de Trobar*, do occitano, data de 1180. No relato canônico

<sup>17</sup> SEDGWICK, Peter. Outro. In: EDGAR, A.; SEDGWICK, Peter (Orgs). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.

<sup>18</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

<sup>19</sup> RÜDIGER, Jan. “Éviter le mot”: langages politiques au Moyen Âge. In: GENET, Jean-Philippe (Org.). *La légitimité implicite: Le pouvoir symbolique em Occident (1300-1640)*. Paris-Roma: Édition de la Sorbonne – École Française de Rome, 2015.

da história lingüística europeia, destacam-se como as ‘primeiras’ gramáticas vernáculas de uma série e serão rapidamente seguidas por outras.<sup>20</sup>

Podemos, dessa maneira, perceber que a produção de gramáticas e tratados retóricos ainda no século XII se deu em línguas que não estavam na órbita de influência carolíngia. O ocitano era uma língua de prestígio de trovadores que faziam sucesso nos mais variados domínios da Europa ocidental e o norueguês (ou escandinavo, como também chama Rüdiger) era uma língua comum ao norte europeu, utilizado na comunicação cotidiana, política e na composição das sagas – poemas épicos próprios da cultura nórdica.

Mas, como sublinhado, esses dois casos são precoces. Um século mais tarde, o movimento que foi chamado por Burke de “descoberta da língua”, parece se encaixar no momento posterior àquele que Rüdiger aponta como período de produção marginal em vernáculo: até mais ou menos 1250 a escrita em línguas regionais era inexpressiva sendo, a partir daí, crescente. Burke nos relata, primeiramente, o temor da morte da língua expressado por Eduardo I da Inglaterra em 1295, alegando que uma possível invasão francesa às Ilhas Britânicas provocaria consequentemente o extermínio da língua falada em seu reino. Outra situação similar foi o medo de aniquilação da língua polonesa provocada pela Ordem Teutônica expressada por alguns historiadores daquela comunidade linguística.<sup>21</sup>

Nesse mesmo período em que Eduardo I da Inglaterra teme pelo extermínio da língua inglesa por parte dos franceses, no continente esta começa a se firmar localmente, aos poucos, como vernáculo da burocracia estatal. Segundo Michèle Perret (2008, p. 89),

Na administração local, a ascensão do francês data do último terço do século XIII (os primeiros forais em francês surgiram nas cidades do norte no início do século XIII, o primeiro documento original data mesmo do final do século XII). Em atos que emanam diretamente do poder real, o latim, mais solene, é o único usado quase até o final do século XIII e o primeiro avanço espetacular [do francês] data do reinado de Carlos IV (1322-1328), mas a progressão não foi constante e dependeu da política de linguagem dos reis no poder, bem como da natureza dos atos. A partir do fim do século XIV, o francês passou a

<sup>20</sup> RÜDIGER, Jan, op. cit., p. 232. “Il n’est pas étonnant que les Occitans et les Norvégiens aient tous deux fait de l’oralité vernaculaire laïque un de leurs arts les plus accomplis pendant cette période[...]. Et les deux langues ont développé leurs propres traités de grammaire et de rhétorique à peu près en même temps: la première grammaire scandinave date de 1150, les *Razós de trobar* occitanes datent de 1180. Dans le récit canonique de l’histoire linguistique européenne, elles se distinguent comme les ‘premières’ grammaires de langue vernaculaire d’une série, et seront rapidement suivies par d’autres.”

<sup>21</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*, p. 32.

ser percebido pelos teóricos do poder real como a língua de identidade do rei e da França.<sup>22</sup>

O trecho evidencia o jogo da construção de alteridades – de um lado os ingleses temendo pela sua língua – e de outro os franceses que, pelo mesmo período, começam a empregar o seu vernáculo na Administração. Esse uso vai ao encontro do que Pierre Chastang aponta como “tecnologia que responde às necessidades concretas do campo administrativo”. Para o pesquisador, esse movimento leva à “dessacralização gradual dos usos da escrita, que é acompanhado do desenvolvimento de línguas vernáculas.”<sup>23</sup> Chastang afirma que no século XII ocorre uma ruptura na cultura escrita a qual permite a expansão e o desenvolvimento dos vernáculos: a cultura ocidental, organizada desde a ascensão do cristianismo, em torno de um Livro Sagrado e da sacralidade da escritura, começa, a partir do século XII, a se laicizar e a se dessacralizar.

Como referido, esse movimento de “descoberta da língua” não se restringe somente à Inglaterra ou à França; espalha-se pelo continente atingindo a Polônia e países da Península Ibérica e Itálica. Para o espaço ibérico, temos as crônicas de Afonso X, o Sábio, rei de Castela. No século XIII a composição das crônicas régias desse soberano colocará Castela no grupo das primeiras comunidades a possuir uma língua vernacular prestigiosa, adotada pela chancelaria do reino e padronizada pelo próprio soberano.<sup>24</sup> Conforme Leonardo Funes (1997, p. 176-177),

A prosa narrativa em língua romance pôs à prova suas possibilidades representacionais no campo experimental da historiografia e, graças ao modelo afonsino, pode refinar seus recursos e técnicas e encarar a elaboração de relatos extensos, até então matéria exclusiva do gênero épico.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> PERRET, Michèle. *Introduction à l'histoire de la langue française*. Paris: Armand Colin, 2008, p.89. “Dans l’administration locale, l’essor du français date du dernier tiers du XIIIe siècle (les premières chartes en français apparaissent dans les villes du Nord au début du XIIIe siècle, le premier document original daterait même de la fin du XIIe siècle). Dans les actes émanant directement du pouvoir royal, le latin, plus solennel, est seul utilisé presque jusqu’à la fin du XIIIe siècle et la première avancée spectaculaire date du règne de Charles IV (1322-1328), mais la progression n’a pas été constante et a dépendu de la politique linguistique des rois au pouvoir ainsi que de la nature des actes. Enfin, à partir de la fin du XIVe siècle, le français a commencé à être perçu par les théoriciens du pouvoir royal comme langue identitaire du roi et de la France.”

<sup>23</sup> CHASTANG, Pierre, op. cit., p. 263.

<sup>24</sup> BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*, p. 26, 31-32.

<sup>25</sup> FUNES, Leonardo. *Historia, ficción, relato: invención de pasado en el discurso histórico de mediados del siglo XIV*, p. 176-177. “La prosa narrativa en lengua romance puso a prueba sus posibilidades representacionales en el campo experimental de la historiografía y gracias al modelo alfonsi pudo afinar sus recursos y técnicas y encarar la elaboración de relatos extensos, hasta entonces materia exclusiva del género épico.”

Conforme Funes, a importância da figura de Afonso X é tamanha que o modelo em prosa que este monarca estabeleceu se tornaria parâmetro para as composições futuras, alargando os recursos linguísticos do castelhano. Isso não significa, entretanto, que não havia produção vernacular anterior: o que Funes sublinha é a relevância do vernáculo afonsino. Vemos, portanto a progressiva vernaculização das composições em prosa e o conseqüente uso político das línguas que se normatizavam, ganhavam *status* oficial e eram empregadas para escrever crônicas reais – uma história “autorizada” do ponto de vista do poder central do reino.

Para completar o espaço ibérico, devemos sublinhar a formação da língua portuguesa e a importância que os agentes políticos tiveram nessa expansão do vernáculo galego-português até a sua afirmação como língua administrativa no século XIII. Segundo Carlos Alberto Faraco (2016, p. 22-23),

Em Portugal, esse processo se iniciou já no reinado de D. Afonso II (rei de 1211 a 1223) com a redação de seu testamento, em 1214, na língua românica vernácula.

Esta, porém, só voltou a aparecer na documentação real cinquenta anos depois, em 1255, no tempo de Afonso III (rei de 1248 a 1279). Mas seu emprego foi ainda muito escasso antes da década de 1280.

Maria do Rosário Ferreira – com base em dados levantados por Oliveira e Ventura – arrola o número de documentos redigidos na língua românica vernácula durante o reinado de Afonso III: três na década de 1250, sete na década de 1260 e 21 na década de 1270. Um total de 31 documentos, o que corresponde a menos de 5% da produção documental da Chancelaria de Afonso III – que contém ‘perto de sete centenas e meia de documentos’.

Foi só no reinado de D. Dinis (filho e sucessor de Afonso III) que, já nas últimas décadas do século XIII, se estabeleceu o emprego sistemático da língua românica vernácula na documentação da Chancelaria Real portuguesa.<sup>26</sup>

O espaço europeu – a parcela ocidental – portanto, estava pontilhado de línguas latinas e não latinas que, em meados do século XII começavam a ganhar um corpo literário com maior produção de canções, poemas e trovas. Em um segundo estágio, no século XIII, estas mesmas línguas iniciaram a sua “oficialização”, ou seja, a sua adoção pelas administrações locais. Dessa forma, a escrita foi dessacralizada, como apontou Rüdiger, e uma cultura em torno da escrita em vernáculo se tornou possível: houve um aumento acelerado na produção de documentos oficiais, textos em prosa e composições poéticas a partir de então.

---

<sup>26</sup> FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 22-23.

No que tange ao espaço da Península Itálica podemos vislumbrar um movimento parecido, com a diferença de que nesse local a influência occitana e provençal foi muito sentida. No *Duecento* italiano (século XIII), uma escola poética e de prosa se desenvolveu na Sicília – a Escola Siciliana – influenciada pela cultura trovadoresca provençal. Diversamente do Norte italiano em que a influência dos trovadores se fez sentir na própria língua vernácula provençal, ou seja, a produção local do Norte era feita em provençal ou occitano, o Sul inovou e substituiu as letras em língua estrangeira pelo romance próprio da ilha, o siciliano.<sup>27</sup> Antes desse período, os textos em diversos tipos de vulgares são dispersos e em número bastante reduzido mas, segundo Bruno Migliorini, já é possível detectar futuras variantes regionais.<sup>28</sup> Por um breve período a Escola Siciliana floresceu incentivada por nobres, notários e, inclusive, por Frederico II. Conforme Migliorini, o imperador compôs ele próprio os primeiros versos que podem ser considerados como pertencentes a essa Escola após o seu retorno à Itália, em 1237.<sup>29</sup>

No entanto, com a derrota dos Staufen após a morte de Frederico II e com a ascensão dos angevinos ao trono do Reino da Sicília, em 1266, a Escola Siciliana desapareceu e muitas das composições se perderam. Entretanto, a influência dessa escola na Península Itálica foi duradoura. Conforme Migliorini (2001, p. 124),

[...] a experiência foi nobre e bela, e foi muito apreciada no continente: se a corte dos Suábios desaparece e as notas desse poema silenciam na Sicília e no sul da Itália, outros [letrados] da burguesia comunal toscana e bolonhesa já haviam assumido a herança. Não só as experiências técnicas não se perdem: mas, o que mais importa aqui, a poesia da primeira escola também tem um notável efeito linguístico nas escolas subsequentes.<sup>30</sup>

Percebemos que, assim como nas outras línguas românicas, as variantes da região itálica também são primeiramente escritas em versos. A Escola Siciliana legou à Toscana formas e ritmos às composições nesse dialeto e mostrou que era possível a poesia nos vulgares regionais. É provável que com essa bagagem cultural em vista, Dante Alighieri tenha escrito o seu *De Vulgari Eloquentia*, entre 1303 e 1305, obra capital para os vernáculos da Península Itálica. O livro, em latim, é uma apologia aos vernáculos

<sup>27</sup> MIGLIORINI, Bruno. *Storia della Lingua Italiana*. Milão: Bompiani, 2001, p. 121

<sup>28</sup> *Ibid.*, *passim*.

<sup>29</sup> MIGLIORINI, Bruno. *Storia della Lingua Italiana*, p. 123.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 124. “Ma l'esperimento era stato nobile e bello, ed era piaciuto molto sul continente: se scompare la corte sveva, e tacciono in Sicilia e nella Italia meridionale le note di quella poesia, altri nella borghesia comunale toscana e bolognese hanno ormai raccolto l'eredità. Non solo le esperienze tecniche non vanno perdute: ma, ciò che più c'importa in questa sede, la poesia della prima scuola ha anche una notevole efficacia linguistica sulle scuole successive.”

italianos. Nele, Dante elogia as línguas vulgares como “naturais”, “espontâneas” e por isso mais “perfeitas” do que a *secundo locutio* – o latim – língua gramatical, artificial, que se aprende por meio do *habitus* e do constante treino: uma segunda língua, aprendida após a primeira, materna. Segundo Umberto Eco (1996, p. 21), para Dante

Se quisermos encontrar uma língua mais digna e ilustre, devemos realizar uma crítica analítica e severa dos distintos vulgares regionais, considerando que os melhores poetas, cada um de sua forma, foram se distanciando do vulgar de sua cidade; devemos aspirar a um vulgar ilustre (que irradie luz), cardeal (que sirva de fundamento e regra), régio (digno de ocupar um posto no palácio real de um reino nacional, se alguma vez os italianos chegaram a tê-lo) e curial (língua do governo, do direito e da sabedoria). Este vulgar é próprio de todas as cidades italianas e de nenhuma, representa uma espécie de regra ideal da qual se aproximaram os melhores poetas, e a norma ideal com relação a qual todos os vulgares existentes deveriam ser julgados.<sup>31</sup>

A apologia que Dante tece em torno dos vulgares peninsulares se estende a todo o tipo de uso linguístico, como percebemos: administrativo, jurídico, sapiencial etc. Mas ainda levará alguns anos para percebermos o uso das línguas românicas escritas de forma mais cotidiana. No plano administrativo, como sublinhado, a situação não era diversa e o desenvolvimento dos vernáculos só ganhou força a partir do século XIV. As chancelarias ainda utilizavam o latim como língua pública e atos como a paz entre Florença e Pisa, de 1328 e o pacto entre Veneza e Ancona, estipulado em 1345, indicam que não são originariamente redigidos em vulgar, mas que se tratam antes de versões do instrumento original em latim para as línguas locais.<sup>32</sup>

No que tange, ao espaço napolitano e ao seu reino, Migliorini destaca a dinastia angevina. Segundo o autor, até o início do século XIV a situação no Reino de Nápoles não era diversa da de outras regiões da península: se escreviam poesias e anotações cotidianas. Com a ascensão angevina e com a transferência de uma burocracia provençal para a região juntamente com Carlos I de Anjou, a língua francesa e provençal será utilizada nos mais variados atos pela nobreza de origem franco-provençal. Como já referido no Capítulo 1, página 33, a pesquisadora Laura Minervini aponta o uso

---

<sup>31</sup> ECO, Umberto. *La búsqueda de la lengua perfecta*. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996, p. 21. “Si queremos encontrar una lengua más digna e ilustre, debemos realizar una crítica analítica y severa de los distintos vulgares regionales, teniendo en cuenta que los mejores poetas, cada uno a su manera, se han ido distanciando del vulgar de su ciudad, y debemos aspirar a un vulgar ilustre (que irradie luz), cardinal (que sirva de fundamento y regla), regio (digno de ocupar un puesto en el palacio real de un reino nacional, si alguna vez los italianos llegaron a tenerlo) y curial (lengua del gobierno, del derecho, de la sabiduría). Este vulgar es propio de todas las ciudades italianas y de ninguna, representa una especie de regla ideal a la que se han aproximado los mejores poetas, y respecto a cuya norma ideal todos los vulgares existentes deberán ser juzgados.”

<sup>32</sup> MIGLIORINI, Bruno, op. cit., p. 184.

sistemático do francês em documentos, testamentos e cartas. Esse uso depois se torna mais restrito e a administração do reino volta a utilizar o latim.<sup>33</sup> Por fim, a língua napolitana entrará em cena com a produção da *Cronaca di Partenope*, “monumento literário”, segundo Migliorini, de difícil estudo para a linguística visto as inúmeras versões que chegaram até o tempo presente.<sup>34</sup> Nesse sentido, Chiara de Caprio (2012, p. 20) afirma que,

Progressivamente, se estabelece uma situação mais favorável ao emprego do vulgar local na escrita: o caráter francês da dinastia se atenua, enquanto na capital em expansão e lotada, circulam textos e protagonistas da literatura toscana. Como observou Nicola de Blasi, ‘os diversos vulgares se sustentam lado a lado [...] sobretudo nos campos que se abrem a novos leitores e a novos escritores, estranhos à tradição cultural latina’. Assim, depois do silêncio dos primeiros decênios, os ambientes culturais da capital foram percorridos por interesses historiográficos renovados e pela vontade de valorizar o patrimônio histórico e cultural cidadão: em um contexto culturalmente trilingue, junto a obras em latim e francês, tomam corpo as primeiras sessões daquele complexo e variado conjunto de escritos históricos em vulgar que tomaria a denominação convencional de *Cronaca di Partenope*.<sup>35</sup>

Com o excerto, percebemos por fim, que o percurso até a chegada na crônica partenopeia foi longo e se encaixa em um processo de concorrência que se desenrolava no espaço regional entre diversas línguas: toscano, francês, occitano, dentre outras. No trecho De Caprio é citado De Blasio, para quem os vulgares estavam lado a lado, se sustentando, o que parece ser factível pelo que foi trazido até o momento. A escolha do vernáculo napolitano para a redação da crônica é, portanto, relevante. Esse “monumento literário”, conforme Migliorini, disputou com outros tantos romances regionais – que estavam lado a lado, ou seja, numa relação horizontal de importância – o espaço napolitano e esse fato pode estar relacionado, como demonstraremos a seguir, com a identidade local e com a legitimação dinástica.

---

<sup>33</sup> MINERVINI, Laura, op. cit., p. 158-159.

<sup>34</sup> MIGLIORINI, Bruno, op. cit., p. 204.

<sup>35</sup> DE CAPRIO, Chiara, op. cit., p. 20. “Progressivamente, si determina una situazione piú favorevole all’impiego del volgare locale nella scrittura: il carattere francese della dinastia si attenua, mentre nella Capitale, in espansione e piena di traffici, circolano testi e protagonisti della letteratura toscana. Come ha osservato Nicola De Blasi, « i diversi volgari si sostengono a vicenda [...], soprattutto nei campi che si aprono a nuovi lettori e a nuovi scriventi, estranei alla tradizionale cultura latina ». Così, dopo il silenzio dei primi decenni, gli ambienti culturali della Capitale sono percorsi da rinnovati interessi storiografici e dalla volontà di valorizzare il patrimonio storico e culturale cittadino: in un contesto culturalmente trilingue, accanto a opere in latino e francese, prendono corpo le prime sezioni di quel complesso e vario insieme di scritture storiche in volgare che avrebbe assunto la denominazione convenzionale di Cronaca di Partenope.”

### 5.3 A presença do Outro, a Antiguidade greco-romana a Identidade regional

Considerando o que trouxemos até o momento sobre o discurso, as identidades e sobre a situação dos vernáculos europeus ocidentais entre os séculos XII e XIV, podemos analisar o texto em questão – a *Cronaca di Partenope*. Vale, mais uma vez sublinhar a articulação entre *nós/eu* e *eles/Outros*, e a importância dessa relação para a formação da(s) identidade(s). Woodward aponta a importância dessa relação, avaliando-a como mecanismo de formação identitária:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. **A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença.** Nas relações sociais, essas formas de diferença - a simbólica e a social - são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos - nós/eles (por exemplo, sérvios e croatas); eu/outro. Na argumentação do sociólogo francês Emile Durkheim, é por meio da organização e ordenação das coisas de acordo com sistemas classificatórios que o significado é produzido. Os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais. (SILVA, 2000, p. 43)<sup>36</sup> (grifamos)

De acordo com Woodward, a diferenciação fabrica, produz, a(s) identidade(s). A divisão operada pela diferenciação opera uma classificação e uma ordenação do mundo social. Podemos perceber esses mecanismos no texto cronístico, não excluindo, como já comentamos, a possibilidade de considerar o texto, de forma global, como um instrumento diferenciador – *nós*, os napolitanos, *eles*, os Outros. Trazemos aqui excertos que acentuam essa relação *eu/outro*. Quais e quem seriam essas contrapartes que ajudariam na formação identitária? É possível, por meio da análise textual, chegar a uma resposta satisfatória? Vejamos primeiramente o capítulo 11 da crônica.

Escreve Tito Lívio no terceiro livro sobre a Segunda Batalha de África no qual diz que Aníbal, duque dos africanos, depois da batalha de Canas, desejou muito possuir a cidade de Nápoles devido ao porto. Por isso veio a assediá-la. Aníbal estava enfermo e há três dias com febre, e então querendo pilhar a dita cidade pela força, fez alguns assaltos, porém **vendo-a cercada de maravilhosos e altíssimos muros e conhecendo o seu pensamento [dos habitantes], não quis mais assaltá-la e vendo-a assim forte perdeu a esperança de poder tê-la.** E por isso fez grandes roubos e razias dispondo os seus cavaleiros a cavalgar próximo às portas, fazendo grandes presas. **Durante essas ações os napolitanos, um dia, querendo defender e socorrer a cidade, combateram**

<sup>36</sup> DA SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, Stuart, op. cit., p. 43.

**com os africanos porque os africanos não pareciam ser em número grande e pareciam pouco equipados.** No entanto, os africanos estavam mais prevenidos do que os napolitanos acreditavam, os quais iniciaram a batalha se colocando em frente aos africanos para gabar-se e, emboscados, pereceram muitos e foi morto um nobre e estrênuo homem chamado Egea, mestre de cavalaria do exército. Ele estava em batalha e foi jogado morto do seu cavalo à terra. **Os inimigos seguiram assim asperamente [a batalha] devido a sua força de ânimo.** Muitos outros fugiram pelo porto.

E se a cidade não fosse avisada que dariam socorro do porto com navios e barcos de pescadores, todos seriam presos e mortos, ficando vivos somente aqueles que sabiam nadar, os quais fugiram para os ditos navios e barcos e se não fosse por este aviso todos seriam presos e mortos. Depois disso Aníbal tomou a direção de Cápua.<sup>37</sup> (KELLY, 2011, p. 176-177) (grifamos)

Nesse capítulo a cidade é retratada na Antiguidade, em um período turbulento da região, quando o poder romano se consolidava – a Segunda Guerra Púnica – ocorrida de 218 a.C a 201 a.C.<sup>38</sup> Pelo excerto, podemos ver algumas caracterizações dos africanos/cartagineses e dos napolitanos. Por mais que a construção em torno do *nós*, napolitanos, apareça a primeira vista negativa, ao longo da narrativa da crônica essa pode se tornar uma afirmação: *nós já fomos atacados pelo Outro africano, são inimigos, nos emboscaram e quase mataram a todos.* Ou seja, o primeiro contato com o Outro africano já foi, desde o primeiro momento marcado pela violência e pelo desentendimento.

O segundo momento de encontro com africanos já ocorre em um contexto cristão. Neste momento os muçulmanos são identificados como sarracenos (*sarracini*), que segundo o enunciador, chegavam da África e da Espanha.

No ano da encarnação de Cristo de 788, sendo papa Adriano, primeiro da nação romana e sendo imperador Carlos Magno e na Itália, Desidério e Adalgiso, filho seu, rei da Lombardia, vieram os sarracenos da África e da Espanha com um exército de navios e com copiosa multidão de pessoas. Bloquearam o litoral de Nápoles e correndo por todo o país convictos de que deveriam destruir toda

<sup>37</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 176-177. “Scrive Titulivio nel terzo libro de la secunda bactaglya de Africa dove dice che Anibal duca de li africani de poy la bactaglya de Cannis multo desiderò avere la cita de Napoli per la marina. Per la quale cosa la venne ad assediare. El quale Anibal era infirmo et habe per tre dì la febre et da poy volendo piglyare la dicta citate per forza silli dede alcuno assalto ma vedendola intorno circuyta de mirabile mura et altesseme et cognossendo suo pensiere non ressure non vole pyu assaltarela et canossendo et vedendola si forte perde la speranza de may pyu poterela avere. Et inpercio fece fare grande robarie et corrarie desponendo li suoy cavaleri nello cavalcare inviere de le porte facendono grande prede. Inter le quale prede li napolitani un dì volendola defendere et succorrere si combactero coli africani, che li africani non pareano troppo gente et pareano male conposti. Ma li africani stavano pyu provedutamente che llo ro non credeano et li napolitani li quali insiero ala bactaglya si forono in nanti assaltati dali africani per gabo et inbuscamento de li quali napolitani ne perereno multi et maximamente ze fo ucciso uno nobele et extrenuo homo chyamato Egea mastro de la cavallaria cioè de la milícia lu quale essendo nela bactaglya fo gictato morto da lo suo cavallo in terra. Quisto sequitava troppo asperamente li inimici per sua verilitate de animo. Multi altri ne fugerono per la via de la marina. Et se non che la cita ne fo advisata che dedeno succurso da la marina com nave et barche de piscature tucti erano prisi et morti et specialemente camparo quilli li quali sapevano natare che fugerono ale dicte nave et barche et se non per questo aviso tucti erano prisi et morti. De poy de quisto Anibal fece la via de Capua.”

<sup>38</sup> WOOLF, Greg. *Roma: A história de um império*. São Paulo: Cultrix, 2017, p. 96.

a região, isto é, a cidade e as terras e lugares fracos, **cortando à fio de espada todos os cristãos que pegavam, não perdoando nem as mulheres, nem as moças e nem os velhos.** E então assediaram a cidade de Nápoles. E chegando o último dia de junho, no qual se celebra são Paulo Apóstolo, começaram e deram batalha porque queriam capturar a cidade de Nápoles à força. Entraram pela porta que hoje é chamada de Dom Urso por um buraco feito sob a terra e **com a destruição e grande mortandade dos cidadãos, pilharam toda aquela região da chamada Porta Dom Urso e, por fim o chamado “palácio do imperador”, ou seja, o fórum.** (KELLY, 2011, p. 332-333)<sup>39</sup> (grifamos)

Esse excerto é a parte inicial do capítulo 50A, um dos maiores da crônica. Na sequência o redator nos conta como Nápoles se libertou dos muçulmanos com a ajuda de Desidério, rei da Lombardia, e de Carlos Magno, que enviou cavaleiros franceses (*cavaliere francische*) em ajuda à cidade. Ao comparar os dois trechos citados, podemos perceber que desde o início do discurso os africanos (cartagineses ou muçulmanos) são colocados na ação de forma a evidenciar a sua vontade de invasão. Não há nenhum tipo de descrição anterior ou em outros momentos da crônica em que esse Outro é posicionado de forma diversa, quando na verdade a coexistência relativamente pacífica entre cristãos e muçulmanos no Sul italiano e no Reino de Nápoles em particular, se prolonga até 1300, quando a última colônia muçulmana – *Lucera Sarracenorum* – foi assaltada e destruída por Carlos II de Anjou de forma inesperada e surpreendente.<sup>40</sup>

Podemos, dessa forma, defender que esses capítulos são como balizadores de uma identidade cristã ao mesmo tempo que napolitana. Seriam como afirmações de pertença a um mundo cultural greco-romano, porque não conquistada por “incivilizados” africanos (primeiro) e muçulmanos (depois). São as ditas fronteiras com o exterior, uma resposta a um estímulo exterior, como diz Andrew Edgar.<sup>41</sup>

No entanto, a *Cronaca di Partenope* não se limita a construir essa fronteira entre cristão e não-cristão, entre africano e napolitano. Dentro da própria Cristandade, vários

<sup>39</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 332-333. “In delo anno de la incarnacione de xpo Cvii lxxxviii, essendo in dela ecclesia de Dio papa Andriano primo de nacione romano et allo inperio de Roma Carlo Magno et in Ytalia Desiderio et Aldigisio figlyoli suoy ri de Lombardia, vennero li sarracini de le parte de Africa et di Spagnya con exercito de nave et con copiosa multitudene de gente. Desseseno ala marina de Napoli et discorrendo per tucto lo payse convicino si destrussero tucta la regione, cio è le cita et le terre et lochi debili, ponendo ad taglyo de spata tucti li xpiani liquali prendevano non perdonando ne a ffemene ne a ffanzulli ne ad vecchye. Et di poy districtissimamente assediario la cita de Napoli. Et venendo lo ultimo dì de iugnyo, indelo quale dì si celebra et fa la festa de sancto Paulo apostolo, incomenzaro et dederò la bactaglya per volere prendere la cita de Napoli per forza. Unde intrareno per la porta che è chiamata ogi Dompno Urso per le cave facte socto terra et con distrugimento et grande uccisione de li citadine piglyaro tucto quillo terreno loquale è da la predicta Porta Dompno Urso per fine alo palaczo de lo inperatore cossi chyamato, cio è al fuoro.”

<sup>40</sup> METCALF, Alex. *The muslims of medieval Italy*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008, p. 293.

<sup>41</sup> EDGAR, Andrew. Identidade. In: EDGAR, A.; SEDGWICK, Peter (Orgs). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.

grupos e nações são reconhecidos. Podemos perceber esse movimento principalmente nos trechos – poucos – em que o enunciador se refere à “nossa gente” e ao sangue napolitano que se “contaminou” uma e outra vez.

Três passagens da crônica têm esse teor que demonstra um senso “genealógico”, de pertença “sanguínea” à comunidade sobre a qual escreve:

As coisas do mesmo Cristo, filho da virgem Maria e salvador nosso, profetizou antes a Sibila de Cumas, que foi [fazia parte] das primeiras da **nossa gente**, daquelas que habitaram primeiramente a cidade de Nápoles, como antes narramos. De nenhuma forma se pode deixar de falar da sua profecia. (KELLY, 2011, p. 212) <sup>42</sup> (grifamos)

Esse excerto, posto um pouco depois da metade da crônica (capítulo 38A), remete para o que o redator expôs sobre a fundação da cidade. Nos capítulos de abertura (1 ao 8) é narrado o passado grego e a fundação primeiramente de Cumas, por gregos da Eubéia, e depois de Nápoles por colonos oriundos de Partenope, assentamento para o qual os cidadãos cumanos se mudaram após duas pragas mortíferas. Quando o redator invoca a Sibila como pertencente a “nossa gente” e depois remete à fundação da cidade, implicitamente ele está descrevendo uma “genealogia” para os napolitanos. Podemos pensar mesmo numa remissão às origens, o que é típico da construção identitária, conforme Stuart Hall (2000, p. 127-128):

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos.<sup>43</sup>

Assim, com o trecho de Hall, podemos defender que a Sibila, como pertencente ao grupo inicial de colonizadores, da “nossa gente”, é uma remissão à origem da comunidade. Nessa mesma linha genealógica, o enunciador fala sobre a pureza do sangue napolitano. Em um capítulo que narra a invasão dos godos à Península Itálica, Nápoles se opõe a resistir aos invasores. O imperador bizantino, enfurecido, manda Belisário para resolver a situação. Ao final, o comandante pune a cidade exemplarmente matando os

---

<sup>42</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 212. “Le cose de ipso xpo figlyolo de la vergene Maria e salvatore nostro avea profiticzato primo sibilla de Cuma laquale fo de le prime de la gente nostra, de la quale fo primamente habitata la cita de Napoli como in dietro narrato avemo. Per niuno modo è da lassare che no se dica la sua proficia.”

<sup>43</sup> DA SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2000, p. 127-128.

napolitanos que não foram fiéis ao Imperador “por preguiça”. Narra a parte final do capítulo 49A da crônica o que segue:

Excerto I (final do capítulo 49)

Belisário logo obedeceu ao comando do imperador e os godos foram caçados de Nápoles e muitos deles foram mortos. Em seguida, cruelmente, Belisário matou todos os napolitanos e quase não perdoou as senhoras, somente os eclesiásticos. E assim Nápoles foi toda destruída e desolada. E daí em diante foi habitada por homens vindos de fora da cidade e de castelos vizinhos, ou seja, de Cápuia, Sorrento, Amalfi e de Atella. **E daquele tempo para cá o sangue napolitano foi contaminado.** E isso aconteceu no ano de nosso senhor de 535.<sup>44</sup> (grifamos)

Excerto II (final do capítulo 50)

Ainda alguns gentis-homens que pela graça de deus seus países ainda existem e, vivendo nobremente, vindos a dita cidade alguns da Escócia, outros da França, e os que vieram defender a cidade, muitos aí ficaram. E muitos outros com os seus filhos e esposas, de diversas partes do mundo vieram, com o consentimento da *universitas*, a Nápoles para morar. E aqueles que não tinham esposa e filhos ficaram com as mulheres, filhos e com todos os bens daqueles que foram mortos nas mencionadas batalhas. **E assim a cidade de Nápoles se encheu de gente e naquele mesmo tempo o sangue napolitano foi contaminado pela segunda vez.** (KELLY, 2011, p. 238)<sup>45</sup> (grifamos)

Como podemos perceber pelos três excertos da crônica – o que narra o episódio da Sibila de Cumas e os dois sobre a contaminação do sangue napolitano – há o apelo a um passado comunitário, no qual o “sangue” era o mesmo compartilhado entre todos os participantes da comunidade local, que está em jogo. A Sibila era membro dos primeiros emigrados da Eubeia e de Cálcis – da “nossa gente”. Esse episódio é narrado no capítulo 38A e a contaminação do sangue napolitano nos capítulos 49A e 50A. Podemos defender que até o 49A se estava narrando uma comunidade de ascendência grega, homogêna, com um passado ligado à emigração e à fundação da colônia em Cumas. Mas, ao mesmo tempo em que o autor remete a um passado grego, insere esse passado no momento presente: “nossa gente”, ou seja, eram gregos, como *nós (ainda somos)*.

<sup>44</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 232. “Lo quale Belisario subito hobediò alo comendamento de lo inperatore et iuncto che fo là fo cazzato per forza li goti da Napoli et uccisene multe de ipsi. Et di poy crudelissimamente uccise tucti li napolitani et quasi ale dompne non perdonò, sulo li homine ecclesiastice. Et cossi Napoli fo in tucto distructa et dessolata. Et da poy habitata fo per homine pervenuti da fore delle cita et castella convecine, cio è de Capua, Sorrento, Amalfe et de Atella. Et da quillo tempo in qua fo contaminato lo sangue napolitano. Et questo fo in de li anni de nostro signyore Cv XXXV.”

<sup>45</sup> Ibid., p. 238. “Ancora alcune altri gentili homine li quali per la gracia de Dio le loro naciune ancora durano et vivono nobelemente venendo ala dicta cita alcune da Scocia, alcune da Francza, et ancora de quilli che venuti erano per difendere la dicta cita ne restireno assay. Et multi altri populani co. lloro figlyoli et muglyere da diverse parte de lo mundo vennero in Napoli ad habitare con consentimento de la universitate. Et quilli li quali non aveano muglyere piglyavano le muglyeri et figliuoli de quilli che uccisi stati erano et nelle dicte bactaglye con tucti loro bene. Et cossi se impliò de gente la cita de Napoli et in quillo medesimo tempo fo contaminato lo sangue napolitano et questo fo la seconda volta.”

Os outros dois trechos que tratam sobre essa contaminação do sangue por elementos outros de fora do espaço peninsular e do exterior da cultura grega também pode ser inserido em um momento relativamente presente. O primeiro dos extratos que fala da contaminação narra um posterior repovoamento por pessoas de cidades próximas: Cápua, Amalfi, Sorrento. Essas informações poderiam apontar para a interação entre cidadãos da Península Itálica e Nápoles – vale lembrar o elevado número de banqueiros e comerciantes de outras regiões que se fixavam na cidade nesse período do século XIII-XIV. Assim, o trecho poderia evidenciar um movimento que “sempre existiu”, uma interação que vem “das origens” da cidade.

O segundo trecho que versa sobre o sangue já aponta para um espaço geográfico mais amplo: Escócia e França. Mas se considerarmos o capítulo 50A inteiro veremos citados homens que vieram da Calábria, da Apúlia e da Grécia. Tanto é assim que a crônica narra que homens que vieram de “diversas partes do mundo” permaneceram em Nápoles. Aí também podemos defender uma interação entre o Sul mais amplo – o *Regno* – e a cidade de Nápoles e outra com o espaço europeu mediterrâneo e extra-mediterrâneo.

Conseguimos pensar em uma gradação entre um *nós* mais específico e inicial identificado com a cultura grega que vai lentamente se ampliando com a assimilação de outros em seu “sangue”. Esse *nós* ampliado acaba por englobar estrangeiros que se fixaram na sociedade napolitana, se casaram com as mulheres, herdando os bens dos falecidos, ocuparam postos importantes na administração da cidade e da região e que, por fim, adotaram os filhos dos que morreram em decorrência das guerras. Com isso, se juntaram ao corpo social e se tornam parte daquele coletivo inicial – da “nossa gente” – de cujo seio o autor parece emergir para narrar os acontecimentos da Antiguidade e do Alto Medievo.

Um outro ponto a ser analisado, que se liga firmemente ao questionamento das origens e da continuidade histórica, são as remissões constantes ao passado e as suas permanências no presente do enunciador. Nessa situação podemos conjecturar uma menor força para a formação da coletividade, visto que não existe uma chamada explícita pelo pronome “nós”. No entanto, o apontamento entre determinados locais que eram de certa forma e ainda o são no presente passa a ideia de continuidade no tempo e no espaço de uma comunidade, como pesquisadores como Hall e Castells afirmam acontecer nos processos de formação identitária. A primeira passagem da crônica que contém uma remissão está situada no capítulo seis. Nesse trecho se narra a fundação de Nápoles por

Tibério Júlio Tarso, nobre cavaleiro que habitava Partenope e que por brigas internas resolve, com seguidores, fundar uma nova cidade.

Por essa coisa [desentendimentos] um jovem de nome chamado Tibério Júlio Tarso, que entre os outros cidadãos por nobreza, riqueza e virtude se destacava, com os seus seguidores, conscientemente quis partir daquele lugar e edificar uma nova cidade há pouca distância da cidade partenopeia, a qual segundo se escreve, estava localizada ao longo das faldas do monte Falerno, **local hoje chamado Santo Erasmo pela população**. (KELLY, 2011, p. 171)<sup>46</sup> (grifamos)

Esse primeiro trecho aponta para um local conhecido pela população nos “dias de hoje”, no tempo do enunciador. Como vemos mais a frente, essa cidade de Partenope, com o decorrer dos séculos foi incorporada à de Nápoles, estando o local referido inserido no cotidiano dos cidadãos e nos limites urbanos da nova cidade. Alguns parágrafos a frente temos outra referência à continuidade de elementos no seio citadino. Nesse segundo caso é a inscrição de um templo dedicado a Apolo construído pelo mesmo Tibério Júlio. Essa inscrição foi encontrada pelo médico da corte do rei Roberto I de Nápoles e por ele traduzida, segundo o autor da crônica. Narra o redator:

“Aquela inscrição pode ser lida **até os dias de hoje claramente**; foi traduzida por um mestre do ínclito senhor rei Roberto – Nicola da Regio – médico grego cuja tradução contém as palavras abaixo [...]” (KELLY, 2011, p. 172) (grifamos).<sup>47</sup>

Como vemos pelos excertos, a referência ao passado e a sua ligação ao presente é tênue, como já referido, mas pontilha toda o texto. Contamos com quarenta e nove indicações de algo que era no passado e que continua sendo no momento presente. Há variações lexicais, mas a palavra “hoje” (*ogi*), vinte e oito ao total, é a mais utilizada juntamente com “presente” (*presente*), que somam seis. Algumas locuções também são empregadas e pelo contexto frasal podem dar a ideia de continuidade ou permanência. Podemos citar como exemplo o capítulo 23A, cujo conteúdo reporta a um jardim maravilhoso construído por Virgílio. Nesse espaço plantas de vários locais do mundo,

<sup>46</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 171. “Per la quale cosa uno iovene chyamato per nomo Tiberio Julio Tarso loquale inter li altri citadini per nobilita et ricchecze et vertute resblendea con certi soy sequaci consencienti si determinò de volerese partire da li altri et da quillo luoco et hedificare una nova cita poco da longa ala cita parthonopeya, la quale secundo se scrive era posta ad traverso socto le sponde de lo monte de Falerno lo quale ogi è chyamato Sancto Heramo per lo populaczo.”

<sup>47</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 172. “La quale scriptura per fi ne al dì d’ogi se pote legere manifestamente et foro translatate per uno maystro Nicola de Regio de lo ínclito signyore re Roberto fisico greco loquale lictere se contenenno le subscribe parole.”

úteis para a saúde, foram cultivadas. Ao final do capítulo, o cronista narra que: “por fim, *ao nosso tempo*, ali se colhem ervas de grande utilidade e medicinais as quais não se encontram em nenhum outro lugar senão naquele jardim.”<sup>48</sup> Locuções como essa somam um total de nove. Casos isolados de inserção de um passado próximo, como reinados de reis anteriores (Carlos I e Roberto I) totalizam apenas dois casos. A locução “naquele tempo”, para imprimir sentido de mudança no decorrer dos anos, somam apenas quatro. Somando-se locuções temporais mais aquelas indicações de um passado próximo temos o total de quarenta e nove casos, como a Tabela indica (abaixo).

Tabela. Número de Locuções

Locução	Tradução	Número de aparições no texto
<i>Ogi</i>	Hoje	28
<i>Alo nostro tempo</i>	Ao/em nosso tempo	09
<i>Presente</i>	Presente, atualmente	06
<i>In nelo tempo</i>	Naquele tempo	04
-	Referência a reinados de um passado próximo (Carlos I e Roberto I)	02
<i>Total</i>		49

Fonte: KELLY, Samantha. *The Cronaca di Partenope: An Introduction to and Critical Edition of the first vernacular history of Naples (c. 1350)*. Leiden; Boston: Brill, 2011, *passim*.

As quatro locuções “naquele tempo” são interessantes de analisar, elas indicam implicitamente uma descontinuidade. A primeira delas aparece no capítulo 32A, que narra o destino dado aos ossos de Virgílio, já no reinado de Rogério de Altavilla, no século XI. Em um trecho localizado na metade do capítulo consta que depois de recolhidos em um saco de couro, foram recolocados no Castel dell’Ovo: “aqueles ossos, *naquele tempo*, eram exibidos como uma grande relíquia e se mostravam por uma grade de ferro a qualquer um que quisesse os ver”.<sup>49</sup> Logo depois dessa passagem, o enunciador sublinha que após a cidade se converter a fé de Cristo os ossos já não eram mais expostos e estavam em um caixão. O médico de Rogério de Altavilla os queria para tentar, com eles e com os livros de necromancia de Virgílio, obter por quarenta dias os poderes que acreditava que o poeta latino havia possuído (e que são narrados na crônica antes desse episódio). Os representantes da cidade, com medo de sofrer alguma praga, os transferem para o Castel dell’Ovo e os emparedam. Uma segunda passagem que mostra uma ruptura com o

<sup>48</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 190. “[...]per fine alo nostro tempo vi se coglyeno herbe de grande virtute et medecinale le quale non se trovano alcune in altro luoco se non in quillo iardino.”

<sup>49</sup> Ibid., p. 200. “Le quale ossa in quillo tempo como una grande reliquie se mostravano per una grata de ferro a.cunca le avesse volute vedere.”

uso da expressão “naquele tempo” é encontrada ao final desse mesmo capítulo, reforçando a descontinuidade já evidenciada.

A terceira expressão (“*naquele tempo*”) que denota descontinuidade se localiza na passagem da crônica que narra a conversão dos napolitanos para o cristianismo, no último capítulo em que a cidade cultuava os deuses greco-romanos. A quarta, localizada no capítulo 48A está em um capítulo da história paleocristã e narra a vida de Santa Patrícia, sobrinha do imperador Constantino, que construiu um monastério numa ilha que *naquele tempo* era chamada de ilha do Salvador, local onde *hoje* fica o Castel dell’Ovo, segundo o cronista.

Um dado relevante para a análise é justamente em que local da crônica esses marcadores temporais de permanência e continuidade aparecem. Todos eles, sem exceção, se localizam antes do catálogo dos governantes, ou seja, até o encerramento do capítulo 55A. A partir do 56A não existem referências temporais como as elencadas anteriormente, há um encadeamento de reinados e de governantes, uma sucessão lógica que não comporta a marcação acima visualizada porque a decurso temporal está implícito entre um governo e o seguinte. Além disso este catálogo não é exaustivo em enumerar feitos e obras dos monarcas, sendo mais de cunho informativo do que uma narrativa detalhada sobre a vida de cada governante.

Se realmente acompanhássemos a versão de Chiara de Caprio, para quem somente esse catálogo é obra de Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, faria sentido o colóquio apontar a crônica como “breve informação”, pois essa segunda parte trata-se mais de um sumário do que um texto em prosa detalhando reinados e governantes. No entanto, pela inserção do próprio enunciador na parte da crônica que narra a Antiguidade e Alto-Medievo, podemos imaginar um projeto de redação. Este é outro ponto a ser pensado: o projeto cronístico implícito na obra. Conforme Francesco Montuori (2012, p. 43),

A coesão macrotectual, quando não consiste na justaposição dos capítulos em forma de breves narrações autônomas, se funda na ocorrência, nos exórdios, de indicadores temporais (então, agora, no tempo que etc) empregados como sinais de progressão da narrativa, ou de remissões internas que denotam uma intenção específica de coser os materiais narrativos em uma trama mantida junta por um projeto de **redação planificada**.<sup>50</sup> (grifamos)

---

<sup>50</sup> MONTUORI, Francesco. La scrittura della storia a Napoli. In: *Bocaccio Angioino: Materiali per la storia culturale di Napoli nel Trecento*. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang S/A, 2012, p. 43. “La coesione macrotestuale, quando non consiste nella giustapposizione dei capitoli in forma di brevi narrazioni autonome, si fonda sull’occorrenza, negli esordi, di indicatori temporali (Poi, anchora, Nel tempo che ecc.) adoperati come segni di progressione del racconto, oppure di rinvii interni che denotano una specifica intenzione di cucire i materiali narrativi in una trama tenuta insieme da un progetto di scrittura pianificata.”

Pelo trecho percebemos que duas estratégias de coerência textual dos cronistas. A primeira analisamos anteriormente, ainda que estas não estejam nos início dos capítulos a dar continuidade entre um e outro. A segunda estratégia é aquela sobre a qual aqui começamos a discorrer: a planificação da redação que vai dar coerência entre as diversas partes da crônica. Na *Cronaca di Partenope* temos algumas remissões a assuntos que será tratados a frente ou que já foram tratados anteriormente. No entanto, essas remissões não são abundantes, mas suficientes para conjecturar uma escrita consciente e que conduz à segunda parte do texto cronístico – a lista de governantes do sul da Península Itálica desde o início da monarquia na região. Podemos encontrar esses marcadores em ao menos seis lugares diversos, porém não podemos desprezar a existência de outros em formato de locuções que não tenham sido aqui computadas.

Uma das primeiras aparições está ainda no trecho que narra a história de Nápoles na Antiguidade, no capítulo 14A: “O quarto *seggio* é aquele do Mercado Velho para diferenciar do mercado novo o qual mandou fazer o rei Carlos I, feitos do rei Carlos que *a frente faremos menção mais claramente*” (grifamos).<sup>51</sup> Com essa frase fica aparente a expectativa do enunciador de, em outro capítulo mais adiante, escrever sobre o citado monarca angevino, ou seja, existe um projeto cronístico em andamento. Um segundo emprego da expressão de projeto está presente no capítulo 32A da seguinte forma: “No tempo de Rogério, rei da Sicília, *do qual adiante faremos menção seguindo a nossa matéria [...]*.”<sup>52</sup> Essas duas referências nos passam a ideia de construção refletida, ou ao menos planejada, da redação da crônica.

Existem também aquelas remissões a argumentos já utilizados. Estas aparecem nos capítulos 43A, 48A e 52A. São locuções inseridas entre vírgulas para lembrar que o assunto já foi tratado anteriormente. São facilmente reconhecíveis: “como anteriormente falamos” (*che qua adietro parlatto avimo*), “como já narrado acima” (*como sopra è narrato*) e “como foi dito acima” (*como è dicto de sopra*) – que estão na ordem dos capítulos mencionados antes.

Por tudo o que foi analisado, podemos defender que a crônica é potencialmente uma material identitário: a remissão às origens de Nápoles, o reforço que se faz ao

---

<sup>51</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 180. El quarto seggio si ène quillo de Mercato Vecchio ad differencia de lo mercato novo lo quale fece fare re Carlo primo de li facti de lo quale re Carlo innansi farrimo mencione pyu chyaramente.”

<sup>52</sup> Ibid., p. 199. “In nelo tempo de Rogiere re de Cicilia delo quale innanci farrimo mencione sequendo nostra matéria [...].”

coletivo através do pronome “nós”, a construção da alteridade que pode ser operada pela presença de africanos e muçulmanos e a permanência de locais e da própria cidade no tempo ainda que essa tenha enfrentado inúmeras vicissitudes demonstram uma cultura que já refletia sobre si mesmo, sobre a sua *napolititanidade*, como afirma Kelly. Nesses parágrafos estão contidos a resposta a indagação “o que é e como é ser napolitano?” – questão fundamental de toda identidade.

A parte final da nossa análise, que põe acento às remissões a outros trechos da mesma crônica sinalizam um projeto coerente, refletido, de como escrever a história da cidade. Não se trata de um conjunto de fatos dispersos, mas ordenados de forma cronológica, que narra como o presente chegou a ser o que é hoje (aos dias do enunciador). Ainda que a segunda parte do *corpus* textual seja um breve catálogo de monarcas, a sua feição já se delineava no interior daquela parcela que trata sobre a Antiguidade e a Alta Idade Média (séculos VI a X, aproximadamente). Foi o mesmo autor a compor as duas partes? Ou Bartolomeo Caracciolo-Carrafa compôs somente a segunda? Defendemos, como Kelly, que ele tenha sido o autor de ambas, porém é visível a diferença estilística entre as duas. Desse assunto tratamos no capítulo seguinte, no subcapítulo que versa sobre Bartolomeo.

### 5.3.1 A inserção do autor na Crônica de Partenope

Uma questão que também merece ser levantada é a da inserção do autor ao longo do texto cronístico. Assim como conseguimos divisar um projeto de crônica, analisado com outros elementos textuais no capítulo 2, subcapítulo 2.3, também conseguimos visualizar a presença do enunciador em algum poucos momentos do texto.

As referências ao próprio autor aparecem em apenas três passagens da crônica, de forma breve. Elas não estão indicadas pelo pronome pessoal “eu”, mas sim pelo verbo declinado na primeira pessoa do singular ou de pronomes átonos, que enfatizam a individualização do enunciador do trecho em questão. Os segmentos aparecem nos capítulos 36A e 43A, sendo um no primeiro e dois no segundo, conforme segue:

Trecho I

Entre outras e várias coisas que *sei* por compor este livro somente escrever uma coisa não *me* pesa. (KELLY, 2011, p. 210)<sup>53</sup> (grifamos)

---

<sup>53</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 210. “Inter l’altre et varie cose che so in presencia de me compositore de quisto libro solamente scrivere una cosa non m’è greve.”

## Trecho II

Mas por que se chama Santa Maria do Príncipe? *Digo* que a razão é esta: que naquele lugar foi antes construída e pintada, ou melhor, esculpida a imagem da Virgem Maria com o filho nos braços [...].(KELLY, 2011, p. 220)<sup>54</sup> (grifamos)

## Trecho III

A mencionada santa Cândida fez muitos milagres e pelos seus santíssimos méritos faz todos os dias. Mas uma coisa, por utilidade daqueles que não o sabem não *quero* calar e deixar em silêncio: se algum homem estivesse enfermo, com febre quartã e bebesse com devoção da água com a qual houvesse sido lavado o corpo e os ossos de santa Cândida [...] logo seria curado e estaria perfeitamente livre [da doença]. (KELLY, 2011, p. 220)<sup>55</sup> (grifamos)

Podemos perceber que as três intervenções do autor são feitas no sentido de esclarecer algo. O primeiro trecho narra a construção da basílica de Santa Estefânia por Santo Aspreno. Nesse primeiro trecho ele diz que entre todas as coisas que sabe, uma não pesa ou não o agrava (*greve*). Podemos perceber aí uma reivindicação de autoridade? Talvez analisando as outras duas podemos afirmar positivamente.

No segundo excerto o redator da crônica explica o motivo pelo qual uma das igrejas citadas tem o nome de Santa Maria do Príncipe. Também nessa passagem ele utiliza somente o verbo na primeira pessoa do singular e, com autoridade, explica as razões do nome do local mencionado.

Por fim, a terceira passagem, no mesmo capítulo que a segunda, indica que o autor sabe de algo a mais e que pode ser desconhecido de muitos. A seguir narra as virtudes da água que lavou o corpo e os ossos de santa Cândida, guardados na igreja de santo André de Nido – templo localizado no mesmo *seggio* tradicional da família Carraciolo.

Podemos conjecturar que essas informações tenham sido obtidas por meio oral e faziam parte da tradição local já que o enunciador não cita nenhum outro escritor que tenha narrado essas histórias. Para enfatizar a importância ele, por fim, acaba utilizando a sua própria autoridade, implícita no verbo e nas partículas. Nesse ponto o narrador pode ter reivindicado a autoria visto que em fontes consultadas não havia menção àquelas histórias. Para tanto deveríamos poder consultar as hagiografias de Santo Aspreno e Santa Patrícia, fontes de Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, segundo Capasso.<sup>56</sup>

<sup>54</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 220. “Ma per che se chyama Sancta Maria de lo Principio? Dico che la ragione si è questa, che in quillo luoco fo in primo constructa et penta o vero scolpita la ymagine de la Vergene Maria colo figlyolo in bracza [...]”

<sup>55</sup>Ibid., p. 220. “La predicta sancta Candida fece multi miraculi et per suoy sanctissimi meriti fa omne dì. Ma una cosa per utilitate de quilli che no lo sanno non voglio tacere et mecterello in silencio, cio è se alcuno homo fosse infirmo de vicio de febre quartana et una volta beverra con devocione dell’acqua cola quale lavato è stato lo corpo et le ossa de sancta Candida [...] subito se era sanato et perfectamente liberato.”

<sup>56</sup> CAPASSO, Batolomeo, op. cit., p. 133

É possível, com essas inserções, defender uma auto-identidade? Conforme Michel de Foulcault, na *Idade Média* – e o autor utiliza esse termo sem especificar um recorte – a atribuição a um autor era indispensável e signo de verdade: um texto atribuído a algum personagem gozava de respeito perante a comunidade.<sup>57</sup> No entanto, o autor funciona mais para dar coesão à obra e não necessariamente correspondia a um autor “real”. Podemos, aqui, portanto, defender algo similar: na falta de algum autor que houvesse citado tais histórias, o enunciador inseriu a si mesmo a fim de “garantir” a veracidade do que narrava. Talvez o recurso a essa autoridade implicava uma auto-identidade, uma interação entre o indivíduo enunciador e a sociedade circunstante, o que por fim poderia gerar uma sensação de compartilhamento da realidade. Conforme Foucault (1999, p 27),

[...] a função-autor está vinculada ao sistema jurídico e institucional que circunscreve, determina, articula o universo dos discursos; não exercitado uniformemente e da mesma forma em todos os discursos, em todos os tempos e em todas as formas de civilização [...].<sup>58</sup>

A aparição daquelas partículas citadas pode indicar que o enunciador estava se situando na história local por meio da autoria, da função-autor. Ao passo que essa operação era feita, uma auto-identidade era gerada. É interessante pensar que a função-autor se “destaca” daquele “nós” proposto anteriormente, que indica uma coletividade – a napolitana – e se identifica individualmente nesses trechos. No entanto, o funcionamento dessa representação individual merece um debate que aqui não cabe ser desenvolvido dado que demandaria uma discussão mais extensa da função autor além de outra sobre autoria no Medieval e na atualidade – todas bastante amplas e longamente já pesquisadas.

#### 5.4 Considerações parciais

Podemos, por meio da análise levada a cabo nesse capítulo, destacar que a relação entre discurso e identidade(s) é íntima. O conhecimento de si enquanto comunidade é favorecida pelo discurso e pelas representações elaboradas em seu seio, ao mesmo tempo em que o Outro é delimitado – em que fronteiras discursivas são traçadas. É possível

<sup>57</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 27.

<sup>58</sup> Id., *¿Qué es un autor?* Buenos Aires: Ediciones Literales, 2010, p. 30. “[...] la función-autor está ligada al sistema jurídico e institucional que circunscribe, determina, articula el universo de los discursos; no se ejerce uniformemente y de la misma manera en todos los discursos, en todas las épocas y en todas las formas de civilización [...].”

remeter à Bourdieu, para quem a nomeação tem um caráter mágico: traz à luz contornos antes impensados tanto para a comunidade que se nomeia quanto para outras que dela não participam.<sup>59</sup>

A *Cronaca di Partenope* operou uma institucionalização, em língua vernácula, de uma comunidade que se considerava de ascendência grega, com uma história particular se colocada em relação a outras circunstâncias. Escrever (e inscrever) essas particularidades em uma língua própria acentuaria essa marca particular – um traço identitário – diferenciando ainda mais Nápoles de outras regiões (da Península Itálica ou da Europa).

O estudo das locuções que remetem a permanências e a continuidades contidas no texto cronístico é outro ponto que permite visualizar uma tentativa de busca das origens. Essa busca é típica, segundo Woodward, da construção identitária e responderia a questões ligadas ao auto-conhecimento da comunidade.<sup>60</sup> Em nossa pesquisa no texto encontramos um total de cinquenta palavras ou locuções que remetem a essa situação. Em geral essas expressões narram como algo era antes e como é agora, traçando implicitamente essa linha temporal do passado ao presente do enunciador.

Outro aspecto que é interessante sublinhar: a própria dinastia poderia ter interesse na redação cronística e em uma construção identitária. Pensamos nessa possibilidade devido a inserção de governantes angevinos em momentos específicos da primeira parte da crônica e depois colocados em um ordem temporal linear, no fim, da segunda parte. Não há quebra textual na segunda parte, mas há a contraposição dos angevinos com a dinastia anterior, a dos Staufen, que são considerados maus governantes – tirânicos – sempre que mencionados. Podemos defender que, ao mesmo tempo em que a crônica engendra uma identidade, também tenta assegurar uma legitimidade aos angevinos.

Por fim, cabe frisar que outros pontos podem ainda ser explorados, como a questão da autoria. O suposto enunciador, Bartolomeo, cita-se em algumas passagens levantando questões que estão fora do escopo desse trabalho. Fazemos, nesse capítulo, uma breve menção a essa situação, apontando os locais em que o verbo está na primeira pessoa do singular (que indicam um/o enunciador). No entanto, projetamos para o futuro novas pesquisas nessa área deixando a questão ainda em aberto.

---

<sup>59</sup> BOURDIEU, Pierre, op. cit., p. 117.

<sup>60</sup> DA SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, Stuart, op. cit., p. 127-128

## 6. AS RELAÇÕES ENTRE BARTOLOMEO, ROBERTO I, JOANA I E A REDAÇÃO DA *CRONACA DI PARTENOPE*

### 6.1 Bartolomeo Caracciolo *detto* Carrafa: um notário-cronista?

Conforme autores como Chiara de Caprio e Francesco Montuori, vários textos do período que não eram escritos por literatos profissionais, como parece ser o caso de Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, um cortesão de Joana I, eram “vulgarizações” – espécie de **versão** – de textos mais antigos, adaptados para um público leigo no latim.<sup>1</sup> No entanto, é preciso investigar um pouco mais a figura de Bartolomeo para saber se de fato ele não possuía algum cargo que demandava a escrita administrativa, qual a proximidade com a corte e se ele, como podemos aventar, redigiu a *Crônica de Partenope* sob encomenda de Joana I ou de Luís de Taranto.

Primeiramente cabe diferenciar a tradição da Península Itálica de outros locais da Europa, incluindo o norte italiano. Para traçar um paralelo inicial, podemos citar o livro de Susani Silveira Lemos França – *Os Reinos dos Cronistas Medievais* – cujo título explicita o debate trazido aqui. Nesse trabalho a pesquisadora se detém na cronística portuguesa e na importância que o cargo de cronista real assumiu para a construção da história de Portugal e para a política dos soberanos. Nesse reino ibérico, a monarquia organizou de forma centralizada um arquivo sob os cuidados de escrivães encarregados de preservar documentos e escrever a história do país. A pesquisadora aponta que,

Se é arriscado dizer que foi no âmbito do Arquivo Régio que a história de Portugal passou a ser escrita, não é tanto afirmar que esse Arquivo serviu de base institucional para a produção historiográfica de então. Em que data, no entanto, ele se tornou fixo, não se sabe ao certo. O que se pode dizer é que, numa ordenação de D. Fernando de 1378, aparece a expressão *torre do castallo* da cidade de Lisboa, onde *jazem muitas escripturas de anexaçõees de igrejas e de privilegios (...)*. (FRANÇA, 2006, p. 107)<sup>2</sup>

A partir desse Arquivo Régio, escrivães como Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, se dedicaram a recompilar a documentação e as crônicas escritas previamente, como a refundição da *Cronica Geral de Espanha de 1344*, elaborada pelo Conde de Barcelos com base na *Crônica Geral de Espanha*, de Afonso X.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> DE CAPRIO, Chiara, op. cit., p. 36-37.

<sup>2</sup> FRANÇA, Susani Silveira Lemos, op. cit., p. 107

<sup>3</sup> Ibid., p. 93.

Em outro reino ibérico, Castela, as leis relativas ao ofício notarial datam do reinado de Afonso X. No *Fuero Real de Castilla, Espéculo e Partidas*, todos do século XIII, a função notarial é contemplada, embora encontre resistência por parte da população e das cidades em geral, que desejavam manter os seus costumes, não aceitando nomeações reais, ou seja, funcionários públicos, para a lavra de documentos.<sup>4</sup> Com os sucessores de Afonso X, e o Ordenamento de Alcalá (1348) e das Ordenanças das Cortes de Valladolid (1351) a tentativa de centralização diminuiu e os escrivães públicos, ainda que necessitassem da aprovação régia, podiam ser nomeados pelas cidades, vilas, senhorios e legítimos representantes. A Coroa resistiu. No entanto, se viu obrigada a reconhecer maior autonomia aos entes locais.<sup>5</sup>

No que tange ao espaço da Península Itálica, temos formações políticas bem distintas entre o Norte, caracterizado pelas *comune*, e o Sul, com um reino que remontava aos normandos e ao século XI. Podemos, em um primeiro momento, dado as diferenças entre o norte e o sul, imaginar que também o notariado era diverso nessas duas regiões. Porém, conforme estudos de Marino Zabbia, a instituição notarial era muito parecida em toda a extensão peninsular. O pesquisador afirma que

[...] nesse ponto [...] a história do notariado não pode mais ser considerada dentro da tradição geográfica dicotômica: o final da Idade Média transmite à Idade Moderna uma única realidade, aquela do notariado italiano, já maduro que, em breve, se tornará europeu. (ZABBIA, 1997, p. 61-62)<sup>6</sup>

Diversamente do que poderíamos imaginar, portanto, o estudo de Zabbia aponta que não havia diferenças profundas entre o notariado do norte e o do sul. Porém, em que pese essa unidade institucional, a produção historiográfica desses notários-cronistas é fragmentada, ou como Zabbia sublinhou, há uma periferação da produção no século XIV: embora se reconhecesse a importância do *Regno* nas realidades locais, as produções estavam centradas nas cidades.<sup>7</sup> Essa afirmação vem ao encontro do que ocorre com a *Cronaca di Partenope*: uma produção centrada em Nápoles e nos governantes do *Regno*.

<sup>4</sup> TERRERO, Angel Riesco. El Notariado Castellano Bajomedieval (Siglos XIV-XV): Historia De Esta Institución Y De La Producción Documental De Los Notarios Hasta El Reinado De Isabel I De Castilla. In: Jornadas sobre Documentación jurídico-administrativa, económico-financiera y judicial del reino castellano-leonés (s.X-XIII), 1, 2002, Madrid, *Actas*, Madrid, 2002, p. 175-225 (p. 177).

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 178.

<sup>6</sup> ZABBIA, Marino. *Notai-crinisti nel Mezzogiorno Svevo-Angioino*. Salerno: Pietro Laveglia Editore, 1997, p. 61-62. “A questo punto [...] la storia del notariato non può più essere considerata nella tradizionale dicotomia geografia: il medioevo al tramonto trasmette all’età moderna un’única realtà, quella del notariato italiano, già maturo per farsi bem presto europeo.”

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 58.

A figura do notário, nesses núcleos locais, era de grande importância desde a época de Frederico II, que com a sua legislação deu relevo ao cargo. Segundo Giovanni Vitolo citado por Zabbia “a aumentar o prestígio do notário [...] contribuiu também a legislação de Frederico II, que, conferindo a qualificação de oficial público, estimulou uma maior consciência do próprio papel.” Por fim, o notariado passou a ser hereditário e ganhou maior relevância que o cargo de *giudice*.<sup>8</sup>

Zabbia analisa uma produção cronística do século XIV, o *Chronicon de rebus in Apulia gestis*, de Domenico de Gravina, notário filo-húngaro que se recusava a chamar Luís de Taranto de *rex*, só o fazendo após a coroação daquele pelo Papa. Conforme o pesquisador, os manuscritos estão em latim e refletem uma cultura notarial bem desenvolvida sendo a redação em língua latina um exemplo dessa formação. Junto com outra produção do *Trecento*, um poema de Buccio da Ranallo, que narra a refundação de Áquila por Carlos I de Nápoles e tece louvores à dinastia angevina, esses dois trabalhos, para Zabbia, formam o ápice da historiografia cronística do Reino de Nápoles à época dos Anjou.<sup>9</sup>

E Bartolomeo Caracciolo-Carrafa? Era um desses notários-cronistas? Segundo podemos depreender pelos estudos de sua biografia e obra, sua família era tradicional dentro da comunidade napolitana, pertencente ao *seggio* de Nido – uma das subdivisões da cidade que, juntamente com o *seggio del popolo*, era responsável pela coleta de taxas e pela administração local.<sup>10</sup> Mas não podemos afirmar que tenha sido notário. O mais provável é que tenha, pelo seu estrato social e importância familiar, ocupado vários cargos a mando da administração. Entre esses cargos, conforme elenco do *Dizionario Biografico degli Italiani*, não consta o de notário que, como apontamos, havia se tornado hereditário desde Frederico II. Carlo de Frede (1976) assim escreve sobre Bartolomeo:

Nasceu do homônimo Bartolomeo, nobre napolitano, e de Teodora del Gaudio di Sessa, por volta de 1300. Pertenceu à nobreza do *seggio* de Nido e a representou no Parlamento convocado pelo rei Roberto em 1332; provavelmente da mesma forma esteve presente na assinatura do tratado estipulado em Nápoles, no dia 17 de junho de 1341, para ratificar a liga anti-imperial do *Regno* com Florença e outras cidades da Itália centro-setentrional. Em 26 de novembro de 1343, Caracciolo foi nomeado mestre da Coroa;

<sup>8</sup> ZABBIA, Marino, op. cit., p. 65. “[...]ad accrescere il prestigio del notaio – sostiene il Vitolo – contribuì anche la legislazione di Federico II, che, conferendogli la qualifica di pubblico ufficiale, stimolò una maggiore consapevolezza del proprio ruolo.”

<sup>9</sup> Ibid., p. 54-55.

<sup>10</sup> Para mais detalhes sobre como funcionavam os *seggi*, ver: KELLY, Samantha. *The Cronaca di Partenope: An Introduction to and Critical Edition of the first vernacular history of Naples (c. 1350)*. Leiden; Boston: Brill, 2011, p. 37-38

quando então, em 1344, chegou a Nápoles o legado pontifício Aimeric de Chalus para promover a reforma administrativa do *Regno*, foi chamado para fazer parte do seu conselho. Assim que morreu o mestre da Coroa Guglielmo da Gioia, o legado pontifício quis que Caracciolo o sucedesse no cargo, solicitando e obtendo do papa Clemente VI uma recomendação para que a rainha Joana aprovasse a decisão. Não está claro se Caracciolo participou ou não do obscuro assassinato de André da Hungria, marido da rainha (18-19 de setembro de 1345); parece contudo que ele esteve entre aqueles que no dia 6 de março de 1346, foram denunciados sob tortura pelo senescal Raimondo da Catania, e que, preso, conseguiu fugir, evitando assim a pena capital. No entanto, a partir de 27 de janeiro de 1348, durante a expedição húngara, Caracciolo fez parte do governo provisório de Nápoles junto com Giovanni Barrili e outros importantes cidadãos. Caracciolo morreu em Nápoles, no dia 7 de dezembro de 1362 e foi sepultado na igreja de S. Domenico Maggiore, na qual era recordado por uma epígrafe, hoje perdida, referida por Cesare D'Engenio Caracciolo (Napoli Sacra, Nápoles, 1624, p. 283).<sup>11</sup>

Como percebemos pela extensa lista de funções, a de notário não está entre elas. Mas ainda que em documentos não apareça a função de notário, ela apareceria, muito possivelmente, em sua epígrafe. Consultando a obra de Cesare D'Engenio, *Napoli Sacra*, referido por De Frede, percebemos que quando um nobre era notário a menção a esse cargo era feita antepondo-a ao nome. Na epígrafe de Bartolomeo consta:

Aqui jaz o corpo do senhor Bartolomeo Caracciolo *detto* Carrafa, de Nápoles, soldado [i.é, cortesão, companheiro, membro] da Magna Curia<sup>12</sup> [espécie de corte judicial civil], e mestre da Coroa na corte da rainha, que morreu no ano do Senhor de 1362, na quarta-feira, dia 07. Ind[icção]. (CARACCIOLO, 1624, p. 283)<sup>13</sup>

<sup>11</sup> DE FREDE, Carlo. CARACCIOLO, Bartolomeo, *detto Carrafa*. In: Dizionario Biografico degli Italiani. Treccani. Disponível em < [https://www.treccani.it/enciclopedia/caracciolo-bartolomeo-detto-carrafa\\_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/caracciolo-bartolomeo-detto-carrafa_(Dizionario-Biografico)) > Consulta: 20 dez 2020. “Nacque dall'omonimo Bartolomeo, nobile, napoletano, e da Teodora del Gaudio di Sessa intorno al 1300. Appartenne alla nobiltà del "seggio" di Nido e la rappresentò nel Parlamento convocato da re Roberto nel 1332; probabilmente nella stessa veste fu presente anche alla firma del trattato stipulato in Napoli il 17 giugno 1341 per sancire la lega antimperiale del Regno con Firenze ed altre città dell'Italia centrosettentrionale. Il 26 nov. 1343 il C. fu nominato maestro razionale; quando poi, nel 1344, giunse a Napoli il legato pontificio Aimeric de Chalus per attendere alla riforma amministrativa del Regno, fu chiamato a far parte del suo consiglio. Morto il maestro razionale Guglielmo da Gioia, il legato volle che il C. gli succedesse nella carica ", sollecitando e ottenendo da papa Clemente VI una raccomandazione perché la regina Giovanna approvasse quella decisione. Non è chiaro se il C. partecipasse o meno all'oscuro assassinio di Andrea d'Ungheria marito della regina (18-19 sett. 1345); sembra comunque che egli fosse tra coloro che il 6 marzo 1346 furono denunciati sotto tortura dal siniscalco Raimondo da Catania, e che, arrestato, riuscisse a fuggire, scampando così all'esecuzione capitale. Comunque dal 27 genn. 1348, durante la spedizione ungherese, il C. fece parte del governo provvisorio di Napoli insieme con Giovanni Barrili e altri sei maggiorenti cittadini. Il C. morì in Napoli il 7 dic. 1362 e fu sepolto nella chiesa di S. Domenico Maggiore, dove era ricordato da un'epigrafe, oggi perduta, riferita da C. D'Engenio Caracciolo (Napoli sacra, Napoli 1624, p. 283).”

<sup>12</sup> Para detalhes ver GAGLIONE, Mario. *Converà ti que aptengas la flor*: Profili di sovrani angioini, da Carlo I a Renato (1266-1442). Milano: Lampi di Stampa, 2009, p. 742. “Fin dall'epoca di re Carlo II (1305), operavano due tribunali superiori: la Gran corte o Magna curia del Maestro giustiziere che decideva le cause feudali e gli appelli sulle sentenze dei magistrati inferiori, e la Gran corte del Vicario, o Vicaria, con giurisdizione penale.”

<sup>13</sup> CARACCIOLO, Cesare D'Engenio. Op. cit., p. 283. “Hic iacet corpus domini Bartolomai Caraczuli dicti Carrafæ de Neap. Militis Magnæ Regiæ, Reginalisqi Curie Magistris Rationalis, qui obiit Anno Domini 1362, die Mercurij 7. Ind.”

Como exemplo da vitaliciedade e da importância da função notarial já mencionadas, podemos apontar para o fato de que em algumas páginas à frente naquela obra de Cesare D’Engenio aparecem dois textos funerários de personagens nobres: em ambos o cargo de notário está bem destacado e é anteposto aos nomes.<sup>14</sup>

Dessa forma, podemos supor que Bartolomeo, de fato, não ocupasse algum cargo de notário, mas que era um nobre que prestou serviços a Roberto I e a Joana I e que, tendo acesso a documentos, crônicas e listas genealógicas, elaborou a versão inicial do texto que veio a ser chamado, no século XVI, de *Cronaca di Partenope*.

Partindo para uma análise interna da crônica, podemos perceber alguns posicionamentos políticos do redator os quais são corroborados pela – escarsa – biografia do personagem. O primeiro é justamente a sua “titulação”, que consta do colófon:

A supracitada breve informação retirada de diversas crônicas as faz a vós, nosso senhor, rei Luís, o vosso fidelíssimo vassalo, Bartolomeo Caracciolo *dito* Carrafa, cavaleiro de Nápoles. A Deus, graças. Amém. (KELLY, 2011, p. 283)<sup>15</sup>

Comparando o colófon com a inscrição tumular que consta no livro de Cesare d’Engenio percebemos a palavra *militis* na epígrafe e *cavaliere* no colófon da crônica. As duas referem-se à situação nobre da família Caracciolo, a primeira pode ser ligada ao cargo ou função exercida na corte ou ao título cortês do homem e a segunda, à sua posição na cidade de Nápoles. *Militis Magnae Regiae* poderia ser traduzido como “soldado do Grande Palácio, da Grande Corte”, mas também poderia *militis* ter o senso de “fazer parte da comitiva, ser um seguidor, ser cortesão.”<sup>16</sup> Já *cavaliere de Napoli* indica uma posição mais ampla de Bartolomeo no tecido social da cidade. Com essas informações em vista, podemos adicionar outra de Gaglione (2009, p. 216), na qual afirma que,

<sup>14</sup> CARACCIOLO, Cesare D’Engenio. Op. cit, p. 288. As duas passagens são as seguintes: 1. “Hic iacet corpus Notarij Riccardi de Alfofido de Neap. Reginalis Cancellarie Notarij, qui obiit Anno Domini 1333, die 6, mensis Aprelis. Indict.” (Aqui jaz o corpo de Notário Ricardo de Alfofido de Nápoles. Notário da Chancelaria Real, que morreu no ano do Senhor de 1333, dia 06, no mês de Abril. *Indict.*) 2. “Hic iacet corpus Notarij Philippi Capuani de Neap. qui obiit Anno Domini 1342, die 20, mensis Iulij 10, Indict.” (Aqui jaz o corpo de Notário Felipe Capuani de Nápoles, que morreu no ano do Senhor de 1342, dia 20, do mês de Julho, 10 *indict.*)

<sup>15</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 281. “La sopradicta breve informacione tracta de diverse croniche ve vay a vuy nostro signore re Luyse lo vostro fidelissimo vassallo Bartholomeo Caraczulo dicto Carrafa cavaliere de Napoli. Deo gracias. Amen.”

<sup>16</sup> DIZIONARIO LATINO. 1ª ed. eletrônica. Novara: Istituto Geografico De Agostini, 2011, p. 129. No dicionário disponível no site Gaffiot <<https://www.lexilogos.com/latin/gaffiot.php?q=militis>> uma das acepções de *militia* (*miles*) é “cargo na corte [dos imperadores]”.

[...] As praças de Nido e de Capuana se distinguiam, em particular, com relação a outras praças e *seggi* porque eram compostas sobretudo de cavaleiros (*militēs*) de famílias antigas que cultuavam a honra militar, mas também por funcionários da administração estatal, por médicos e por juristas. Além disso, na praça de Nido estavam concentrados quase todos os feudatários da cidade de Nápoles.<sup>17</sup>

Assim, temos aqui dois marcadores sociais do enunciador – um dos quais de auto-identidade (*cavaliere*). Em nenhum dos dois encontra-se a titulação de notário, pelo que podemos eliminar tal hipótese. Isso pode ser reforçado pela citação acima: Bartolomeo, como habitante do *seggio* de Nido era possivelmente um funcionário real, que era nomeado para desempenhar papéis em situações para as quais a administração considerava que ele estivesse capacitado por ser nobre e letrado. Como reforço a essa suposição, Samantha Kelly (2003, p. 168), escrevendo sobre o antigo patriciado da cidade de Nápoles, afirma:

Os Brancaccio e os Caracciolo representavam o antigo patriciado urbano há muito estabelecido na capital, mas no período angevino juntaram-se a eles numerosas famílias de comerciantes da costa de Amalfi - Spina, Aldemorisco, Dentice e outros - que muitas vezes ocupavam cargos fiscais na administração real, cuja riqueza servia (assim se supunha) como garantia contra a corrupção. Como observou um antigo estudioso da aristocracia napolitana, os *seggi* da capital eram ‘um depósito inesgotável que a Coroa acessava para preencher o quadro de sua administração’, fornecendo ‘famílias muito numerosas [...] que se engajavam, se não mesmo se especializavam, em certos setores/cargos públicos’.<sup>18</sup>

A pesquisadora remete ao que comentamos: a especialização de cargos como os de notário e mesmo daqueles ocupados por Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, por famílias tradicionais da cidade e do reino, já que seu pai e homônimo também esteve a serviço do rei Roberto de Nápoles. Bartolomeo Caracciolo, pai, retirou-se da vida pública com uma pensão estabelecida por um diploma conferido pelo mesmo rei em dezembro de 1330,

<sup>17</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 216. “Le platee di Nido e di Capuana si distinguevano, in particolare, rispetto alle altre piazze e seggi poiché erano composte soprattutto da cavalieri (militēs) di antica data che avevano il culto dell’onor militare, ma anche da funzionari dell’amministrazione statale, da medici e da giuristi. Inoltre proprio nella platea di Nido erano concentrati quasi tutti i feudatari della città di Napoli.”

<sup>18</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p. 168. “The Brancaccio and Caracciolo represented the old urban patriciate long established in the capital, but in the Angevin period they were joined by numerous merchant families from the Amalfi coast— the Spina, Aldemorisco, Dentice, and others— who often held fiscal offices in the royal administration, in which their wealth served (so it was supposed) as a guarantee against corruption. As a longtime scholar of the Neapolitan aristocracy has observed, the *seggi* of the capital were ‘an inexhaustible storehouse that the crown accessed to people its administration,’ providing ‘very numerous families [...] who engaged, if not indeed specialized, in certain sectors of public office’.”

dois anos antes de seu filho ser convocado por Roberto I de Nápoles, conforme os registros que temos até o momento.<sup>19</sup>

Cabe levantar outra dúvida acerca da obra de Bartolomeo Caracciolo-Carrafa. Como defendem os pesquisadores italianos, entre os quais Francesco Montuori e Chiara de Caprio, a crônica não pode ser considerada obra de apenas um autor. Ela foi um *assemblage* de diversos textos que foram organizados, reorganizados, recortados e interpolados durante séculos. Para aqueles autores, o trabalho de Samantha Kelly não leva a um *Urtext*<sup>20</sup> atribuível a um autor específico – Caracciolo-Carrafa. Montuori (2012, p. 185) afirma inclusive que,

[...] a pesquisa sobre a autoria parece um objetivo fora da natureza de um texto medieval como a *Cronaca di Partenope*. As provas da natureza compilatória da crônica são numerosas e, embora seja a própria Kelly a não acreditar, em grande parte [as provas] jazem no aparato exegetico da sua edição, nos locais em que se mencionam as muitas fontes mais ou menos diretamente utilizadas para a compilação dos capítulos, com o comentário às diversas modalidades de reescritura e de reelaboração observáveis.<sup>21</sup>

Mas e se considerássemos a parte inicial, até o capítulo 53 como obra de um autor e a segunda parte, que abarca a lista de governantes do *Regno*, como obra de outro? Certo que não estamos falando de uma nova compilação de texto, mas uma justaposição da segunda parte em data próxima à redação da primeira. Como já mencionado, Bartolomeo Caracciolo-Carrafa era filho de um homônimo, que também prestou diversos trabalhos a Roberto I de Nápoles. A primeira parte poderia ser obra desse primeiro Bartolomeo e a lista de governantes obra do segundo. A reforçar essa hipótese temos que a primeira parte versa muito mais sobre a Antiguidade greco-romana e sobre o período cristão antigo de Nápoles, muito ao gosto do que Roberto I, o “novo Salomão”, apreciava.

Já na segunda parte temos uma história de grandes nomes, muito mais política (ou politizada) do que a primeira. Nessa segunda parte aparecem diversos marcadores que posicionam o autor como *guelfo*, partidário do Papado frente ao Império. Passagens da

<sup>19</sup> DE FREDE, Carlo. CARACCILOLO, Bartolomeo, *detto Carrafa*. In: Dizionario Biografico degli Italiani. Treccani.

<sup>20</sup> CHASTANG, Pierre, op. cit., p. 246.

<sup>21</sup> MONTUORI, Francesco. La scrittura della storia a Napoli. In: *Boccaccio Angioino: Materiali per la storia culturale di Napoli nel Trecento*. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang S/A, 2012, p. 185. “[...]la ricerca dell’autorialità appare un obiettivo eccedente la natura di un testo medievale come la CrP. Le prove della natura compilatoria della cronaca sono numerose e, sebbene sia proprio la Kelly a non crederci,35 in grande parte giacciono nell’apparato esegetico della sua edizione, lì dove si richiamano le molte fonti più o meno direttamente utilizzate per la compilação dei capitoli, con il commento alle diverse modalità di riscrittura e di rielaborazione osservabili.”

crônica nas quais adjetiva os Staufen de “tiranos” corroboram o seu posicionamento guelfo.

A primeira delas narra o comportamento de Henrique IV. O enunciador da crônica escreve que “[...] o referido imperador, como tirano, prendeu muitos condes e barões do reino e os cegou e depois os mandou prisioneiros à Alemanha, com seus filhos e esposas.”<sup>22</sup> Esse primeiro trecho se refere somente à Henrique IV e já prenuncia, aparentemente, o futuro imperador Frederico II. Para esse imperador temos duas curtas passagens, a primeira muito similar à de Henrique:

O referido imperador Frederico, como um tirano, prendeu muitos condes e barões do reino com suas esposas e filhos, dos quais alguns enforcou e alguns, com suas esposas e filhos, fez arder.

[...]

O referido imperador Frederico foi excomungado e deposto da dignidade do império e do reino pelo papa Inocêncio IV no Concílio que foi celebrado em Lyon, sobre o Ródano, no ano da encarnação de nosso senhor de 1245, na indicação III da vigília da santa Maria Madalena. (KELLY, 2011, p. 257-258)<sup>23</sup>

Frederico II aparece nesses dois excertos, primeiramente, ligado de forma literal à tirania e ao desrespeito aos nobres do reino e, posteriormente, ao desrespeito às ordens papais, pelo que foi excomungado e deposto. Essa deposição, conforme David Abulafia, fazia parte de uma extensa propaganda papal pelo controle de território através de governantes pró-papado; o conhecido embate entre guelfos e gibelinos.<sup>24</sup> Pelo contexto da crônica, é possível, então, posicionar o redator da crônica como guelfo, declaradamente partidário papal.

A dar força a essa posição, podemos perceber que os governantes que se opuseram ao Papado, na crônica, são considerados tiranos, ao contrários daqueles que não se opoem ao Papa, mas que ainda assim eram maus governantes conforme outras crônicas, merecem louvores e belas palavras. É o que acontece com Carlos I de Anjou. A *Cronaca di Partenope* se refere a Carlos, governante que perdeu a Sicília para os aragoneses, da seguinte forma:

<sup>22</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 256. “[...] Lo predicto inperatore como tyranno prese multi conti et barune de lo riame et feceli cecare et poy li mando presuni in de la Magnya colloro figlyoli et muglyere.”

<sup>23</sup> Ibid., p. 257-258. “Lo predicto inperatore Federico como ad tyrano fece prendere multi conti et baruni de lo regno co.llo muglyere et figlyoli, de li quali alcune fece inpendere at alcuni co.llo muglyere et figlyoli fece ardere. [...] Lo predicto inperatore Federico fo scomunicato et deposto de la dignitate de lo imperio et de lo riame per papa Innocencio quato in de lo consiglyo chef o facto et celebrato a.Llione sopra lo Rodano in de lo anno de la dominica incarnacione MCCXLV de la III indicione in de la vigília de sancta Maria Magdalena.”

<sup>24</sup> ABULAFIA, David. *Frederick II: A Medieval Emperor*. New York: Oxford University Press, 1988, p. 404.

Foi o rei Carlos **o melhor cavaleiro, muito estrênuo, ardiloso e virtuoso**, foi à guerra passando o ultramar, na qual foi com são Luís, rei de França, seu irmão, [foi] muito melhor que qualquer outro, e usavam da grande prudência da sua pessoa. Ainda na batalha que travou com o rei Manfredo se portou tão valentemente que ali foram presos dez cavaleiros dos melhores da hoste que havia jurado sua morte, se defendeu de tal forma que não sofreu danos e os cavaleiros foram mortos e presos. O chefe dos mencionados cavaleiros foi o senhor Velardo Castagnya. Na sequência da batalha, fez prisioneiro Conradino, **pelo seu bom comando e coragem de sua pessoa, teve a vitória sobre os seus inimigos**. Ainda foi o mencionado rei, **homem de grande coração**, e depois que conquistou o reino [da Sicília, i.e. Nápoles e Sicília] fez construir grande armada de navios, cavalaria e armas para ir pessoalmente conquistar a Romania [i.e. o Império Bizantino]. E teria feito se não o impedisse a rebelião da Sicília. **Essa rebelião não foi feita por culpa do rei mas por culpa dos seus colaterais**, os quais indevidamente expropriaram os barões do reino de suas terras e os fizeram dar a eles, e por culpa dos oficiais, os quais indevidamente e por muitas vias, oprimiram os homens do reino. (KELLY, 2011, p. 268-269)<sup>25</sup>

O final dessa passagem se refere às Vésperas Sicilianas, revolta iniciada em 1282 e que só vai encontrar um fim definitivo com um tratado assinado por Joana I e os aragoneses em 1347.<sup>26</sup> Essa passagem evidencia também o agravamento das taxas cobradas sobre os senhores da ilha – prudência, portanto, era, muito provavelmente, uma qualidade que Carlos I de Anjou pouco possuía. Os funcionários reais, referidos no trecho da *Crônica de Partenope*, agiam cumprindo ordens suas, mas ele não é descrito como tirano. Certamente que, como beneficiário da Corte Angevina, não interessava a Bartolomeo atingir a imagem da dinastia; no entanto, a acusação de tirania direcionada aos Staufen indica um posicionamento político não apenas de ocasião, mas um *guelfismo*.

Na crônica siciliana escrita no mesmo período da revolta, conhecida com o título *Lu Ribellamentu di Sichilia contra re Carlu*, é possível encontrar alguns trechos que corroboram esse comportamento pouco prudente do rei Carlos I. Não há lugar para louvores ou críticas extremamente ferinas, ainda que o rei não tivesse aplicado

---

<sup>25</sup> CRONACA DI PARTENOPE, p. 268-269. “Fo lo re Carlo primo cavaliere multo strenuo, ardito, et virtuoso, et portause ala guerra de lo passagio de oltramare dove fo con sancto Luyse re de Francza suo frate multo meglyo che nullo altro, et usavance grande prodecza da sua persone. Ancora in de la bactaglya che fece colo re Manfreda se portao tanto valentemente che dove li foro adosso X cavaliere de li miglyure de la hoste che aveano iurata la sua morte, se defese in tale manera che non appe dampno et li cavaliere foro morti et prese. Lo caporale de li sopradicti cavaliere fo missere Velardo Castagnya. Appresso ala bactaglya che fece Corradino persua bona capitania et baccillaria de suapersona habe victoria de li suoy inimici. Ancora fo lo predicto re homo de grande core, et poy che habe conquistato lo riamie fece fare grande apresto de navilie et de cavallaria et de forragio per andare personalmente per conquistare Romania. Et fora stato facto se non che lo impedio lu rebelione de Cicilia. Loquale rebelione non fo facta per colpa de lo re ma per colpa de li soy collaterani li quali indebitamente yspossediano li barune de lo riamie de.loro terre et feceanole donare a.loro, eciamdio per colpa de li officiali li quali indebitamente et per multe vie gravano li homine de lo riamie.”

<sup>26</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 418.

corretamente a justiça a um dos barões da ilha e sobretaxado bens produzidos pelos ilhéus.

Segundo a crônica:

A razão pela qual senhor João da Prócida se colocou a tratar e ordenar esta rebelião contra o rei Carlos foi porque um grande barão do rei violentou uma filha do senhor João e ele se queixou ao rei Carlos, do que dessa falha o rei não fez plena Justiça, como convinha ao senhor João. E o senhor João [então] se propôs, no coração, a [encontrar como] poder destruir o rei Carlos e vingar-se da injúria que havia sofrido, pelo que ordenou esta [rebelião], como todos perceberam.

E por isso todos os senhores que tenham reinos, cidades, terras e castelos, e outras ocupações, tomem este exemplo: de não querer usar da vergonha, nem da injúria com os seus vassallos, nem servidores, nem consentir deles nenhum ultraje, mas de fazer plena Justiça. (LU RIBELLAMENTU DI SICILIA, 1882, p. 89)<sup>27</sup>

Comparando com os trechos em que são descritos os Staufen, também eles injustos com os barões do reino, há uma discrepância: são apenas eles os tiranos. Carlos I, como soberano recém entronizado, tinha a necessidade de agir rápido para mostrar legitimidade: os Staufen – Manfredo e Conradino – ainda eram uma ameaça a ele. A guerra contra o último herdeiro de Frederico II era necessária e o agravamento das taxas para suportar a guerra foi duramente criticada – inclusive pelo Papado.<sup>28</sup> Percebemos, mais uma vez a posição do enunciador: anti-imperial e pró-papado – o que incluía apoiar os angevinos, que haviam recebido com Carlos I o Reino da Sicília, depois de Nápoles, como vassallos papais, ainda que estes fossem injustos com alguns vassallos.<sup>29</sup>

O perfil do enunciador da crônica fica mais delineado com as informações trazidas até o momento: tratava-se de um homem pertencente à antiga nobreza napolitana (e não um emigrado da Provença ou da França), representante de uma fração da cidade (o *seggio* de Nido) junto ao Tribunal (Magna Curia) e à Corte, que prestou diversas funções tanto para Roberto I de Nápoles quanto para a sua neta, Joana I de Nápoles. Além disso,

<sup>27</sup> LU RIBELLAMENTU DI SICILIA: Codice cartáceo del secolo XVII existente nell'Archivio Municipale di Catania. Edição de Pasquale Castorina. Catânia: Giacomo Pastore, 1882, p. 89. Disponível em

[https://www.europeana.eu/portal/pt/record/9200143/BibliographicResource\\_2000069362602.html?q=pasquale+castorina#dcId=1570971185161&p=1](https://www.europeana.eu/portal/pt/record/9200143/BibliographicResource_2000069362602.html?q=pasquale+castorina#dcId=1570971185161&p=1)>. Consultado em 13 out 2019. “La Raxuni per che misser Iohanni di Prochita si misi actratari et ordinari quista rebellioni contru di lu Re Carlu si fu che unu grandi baruni di lu Re Carlu fichi forza ad uma figlia di misser Iohanni et illu sindi lamentau alu Re Crlu di chi lu Re Carlu di quista falla non indi appi plena justicia comu a misser Iohanni si conuinia et misser Iohanni si propossi in cori comu potissi distudiri lu Re Carlu et uiniarisi dila juria la quali hauia richiputu dichu ordinao quistu comu tutti hauiti intisu. Et impero tucti quilli signuri che teninu regni chitati terri et Castelli et omni altri officii prindanu quistu exemplu di non uiliru usari uirgogna ne jnjuria ad soij uassalli ne seruitori ne consentiri alloru nixunu ultrajo ma fari plena Iusticia.”

<sup>28</sup> ABULAFIA, David, op. cit., p. 421.

<sup>29</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 28-29.

percebemos que poderia ser ferrenhamente guelfo e pró-angevino. A proximidade com os membros da realeza é tamanha que foi acusado, juntamente com outros nobres de assassinar André da Hungria, primeiro esposo de Joana, a qual também foi acusada e processada.<sup>30</sup> Para completar o quadro, comparando biografia e textos em que é mencionado, podemos rechaçar a ocupação de notário, que era, a essa altura, hereditária e ostentada.

A única lacuna que podemos dizer que há, no entanto, é quanto ao seu homônimo. Como autores italianos duvidam que o texto cronístico tenha sido escrito por uma pessoa apenas, podemos aventar que a primeira parte tenha sido obra do pai de Bartolomeo Caracciolo-Carrafa. Mas os indícios são frágeis e deveria haver uma pesquisa mais aprofundada nesse sentido. Uma indicação que pode ser alegada é a forma de escrita, mais fluida e concentrada na Antiguidade e período paleo-cristão – ao gosto da corte robertiana – do que a segunda parte da crônica, uma lista de governantes sucinta e pouco detalhada.

## 6.2 Roberto de Anjou e a Corte Napolitana

A *Cronaca di Partenope*, como fruto do início do reinado de Joana I de Nápoles, pode deitar raízes no reinado de Roberto I, seu avô. Portanto, desejamos aqui explorar um pouco mais do reinado de Roberto e a biografia desse soberano a fim de investigar se é possível traçar a redação cronística ou ao menos a consulta de manuscritos e o estilo ao momento final do governo desse monarca. Iniciamos, dessa forma, com a declaração de Carlo De Frede (1976), para quem,

[...] ainda que a obra se mantenha nos limites cronológicos do reino de Joana I, não há dúvida de que tenha nascido no caldo cultural da época de Roberto, quando o rei, com a sua paixão literária deu grande impulso aos estudos. Foi nessa atmosfera que também a consciência cidadina despertou e com ela o senso e o amor ao passado, impulsionando os napolitanos, e não menos Caracciolo, a pesquisar e perscrutar os documentos e as memórias antigas.<sup>31</sup>

Como percebemos pelo trecho, De Frede não coloca a redação cronística em algum momento anterior ao reinado de Joana I. Para o pesquisador, o texto cronístico se

<sup>30</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 24.

<sup>31</sup> DE FREDE, Carlo. CARACCIOLO, Bartolomeo, *detto Carrafa*. In: Dizionario Biografico degli Italiani. Treccani. “[...] anche se l’opera si mantiene nei limiti cronologici del regno di Giovanna I, non c’è dubbio che sia nata in quel risveglio culturale dell’epoca di Roberto, quando il re con la sua passione letteraria diede un impulso vivissimo agli studi. Fu in quest’atmosfera che anche la coscienza cittadina si risvegliò e con essa il senso e l’amore del passato, spingendo i Napoletani, e non ultimo il C., a ricercare e a tramandare i documenti e le memorie antiche.”

mantém “nos limites cronológicos” do reinado da soberana angevina, isto é, entre 1343 e 1382, período do governo da rainha. No entanto, o pesquisador admite desde já que a obra pode ser fruto de uma efervescência cultural típica do reinado de Roberto de Nápoles que ainda estava presente nos primeiros anos de governo de sua neta.

Contudo, algumas ressalvas devem ser feitas nesse ponto. A cultura da corte robertiana era direcionada a uma Renascença latina e as línguas empregadas na Corte eram ou o latim ou o francês.<sup>32</sup> Roberto cresceu em um período tumultuado do Sul italiano: nascido em 1278 – quando o seu avô ainda era Rei da Sicília (Sicília e Nápoles) e vassalo da Igreja, governava Malta, dominava parte do Piemonte e era líder dos guelfos italianos, além disso era Rei de Jerusalém e da Albânia (Durazzo), príncipe da Acaia, conde da Provença, de Focalquier, de Tonnerre, de Anjou e do Maine.<sup>33</sup> Para proteger o neto do conflito das Vésperas Sicilianas, em 1282, Carlos I enviou Roberto e o irmão mais novo, Luís, para a Provença, onde permaneceram até 1288.

Em 1284, seu pai, futuro Carlos II, foi preso pelos aragoneses, que o mantiveram como refém até 1288, quando através de um acordo os três príncipes foram levados para a Catalunha como garantia. Carlos Martelo, Luís e Roberto ficaram aos cuidados de franciscanos, que deram a eles uma formação intelectual e religiosa apurada. Aí permaneceram até 1295, quando Carlos II, agora rei de Nápoles, e Jaime II de Aragão selaram um acordo sobre a disputada ilha da Sicília.<sup>34</sup>

Quando Roberto assumiu o trono, as Vésperas Sicilianas ainda eram um evento vívido e o monarca ainda estava envolto em uma atmosfera herdada de seu pai Carlos II e das tratativas para pôr fim ao conflito. A Paz de Caltabellotta, assinada em 1302 e que reconhecia Frederico III de Aragão como rei da ilha da Sicília com o título de *rex Trinacriae*, fora assinada apenas cinco anos depois do reconhecimento oficial, em 1297, de Roberto como herdeiro de Carlos II de Anjou. Na ocasião o herdeiro contava com aproximadamente trinta e um anos.<sup>35</sup> Em 1309, com a morte de seu pai, Roberto assumiu o trono e deu continuidade às tentativas de reconquistar a ilha da Sicília. O reinado desse soberano foi longo: trinta e quatro anos até a sua morte em 1343.

---

<sup>32</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 53.

<sup>33</sup> BOYER, Jean-Paul. ROBERTO D'Angiò, re di Sicilia-Napoli. In: Dizionario Biografico degli Italiani. Treccani. Disponível em < [https://www.treccani.it/enciclopedia/roberto-d-angio-re-di-sicilia-napoli\\_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/roberto-d-angio-re-di-sicilia-napoli_(Dizionario-Biografico)) > Consulta em 10 jan 2021.

<sup>34</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>35</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 183-184.

O “rei sábio” teve uma ascensão criticada e vista por muitos como suspeita. Ele era o terceiro filho de Carlos II e, conforme relatos do período, não possuía caráter para ser rei ou “empunhar a espada”.<sup>36</sup> Para Dante, o príncipe possuía “ao todo, [...] um retrato sombrio: avarento, pouco marcial, traiçoeiro e adequado apenas para pregação inútil, [...] não servia para ser rei em todos os sentidos”.<sup>37</sup> Carlos Martel, o primogênito de Carlos II, morto prematuramente em 1295, lamenta, na obra dantesca, profundamente a sorte do *Regno* em mãos do avarento Roberto. O secundogênito, Luís, que para Dante havia nascido para cingir a espada, por fim, acabou no claustro franciscano – posteriormente foi santificado, em 7 de abril de 1317, pelo papa João XXII.<sup>38</sup>

A sorte de Roberto é cercada de acusações: “contra Roberto foi movida a acusação de ter envenenado o seu irmão primogênito, Carlos Martel, e de ter exercido forte pressão sobre o irmão secundogênito, Luís, para que ele abraçasse a vida religiosa a fim de assegurar o trono para si”. Por fim, Dante questiona a sua legitimidade ao trono uma vez que Carlos Martel havia tido um filho – Caroberto – que a altura da morte de seu pai estava com sete anos de idade.<sup>39</sup>

Mas esse é um retrato delineado por Dante e pelos detratores de Roberto. Logo o governante se mostrará mais enérgico do que previra o poeta e outro retrato, delineado por Petrarca, também será construído ao lado desse primeiro. Esse segundo quadro descrito por Petrarca foi elaborado principalmente após a visita desse poeta a Nápoles para um “exame” de erudição ao qual o escritor foi submetido a fim de ganhar a coroa de louros em Roma no mesmo ano de 1341. Conforme Kelly (2003, p. 02),

O objetivo da viagem era um ‘exame’ de três dias em que Roberto julgou o mérito de Petrarca para o laurel de poeta e, em seguida, o enviou para sua coroação em Roma. Posteriormente, Petrarca descreveu Roberto em suas muitas cartas em termos consistentemente superlativos. ‘Ele era sábio, era amável, era nobre e gentil, era o rei dos reis’, escreveu Petrarca a um ministro do governo em Nápoles após a morte de Roberto, e instou o então atual governante a imitar o exemplo de Roberto. Ele era ‘o eminente rei e filósofo, Roberto, tão famoso por sua cultura quanto por seu governo, o único rei de nossa época que foi ao mesmo tempo amigo do conhecimento e da virtude’; ‘a

<sup>36</sup> Genealogia dos angevinos de Nápoles: ANEXO A – Árvore Genealógica da Casa Anjou de Nápoles, p. 124.

<sup>37</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p. 01.

<sup>38</sup> VAUCHEZ, André. Ludovico d’Angiò, santo. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Disponível em: < [https://www.treccani.it/enciclopedia/santo-ludovico-d-angio\\_%28Dizionario-Biografico%29/](https://www.treccani.it/enciclopedia/santo-ludovico-d-angio_%28Dizionario-Biografico%29/)> Consultado em 15 jan 2021.

<sup>39</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 183. “A Roberto [...] fu mossa l’accusa di aver avvelenato il fratello primogenito, Carlo Martello, e di aver esercitato forti pressioni sul fratello secondogenito Ludovico perché abbracciasse la vita religiosa per assicurarsi così il trono.”

estrela da Itália e a grande honra do nosso século’, ou ainda, ‘o rei da Sicília, ou melhor, se se considerar a sua verdadeira excelência, rei dos reis’.<sup>40</sup>

Petrarca, como Kelly aponta e como constatamos, não economizou adjetivos de excelência ao soberano. A expressão “rei dos reis” ou mesmo “estrela da Itália” deixam entrever um posto que talvez Roberto de fato almejava ocupar. Suas tentativas de reconquista da Ilha da Sicília e as suas intervenções nas cidades do norte italiano ao lado de sua produção intelectual, demonstram um desejo não só de se destacar no governo peninsular, mas também no campo das Letras (talvez mesmo para usar esse campo para propaganda do seu governo e de sua pessoa). Como já observado, Laura Minervini aponta que em poucos anos de governo de Roberto, a corte napolitana se tornou polo de atração de literatos e artistas.<sup>41</sup>

Roberto também teve de lidar com a desconfiança paterna com relação a sua capacidade governativa. Nos últimos anos de vida de Carlos II, os encargos administrativos ficavam mais em mãos dos ministros do que do futuro rei, que foi recebendo aos poucos, as responsabilidades do vicerreinado. Com a morte do soberano, em 1309, Roberto é coroado em uma cerimônia muito similar àquela imperial, por Clemente V, em Avinhão (03 de agosto de 1309).<sup>42</sup> Daqui já podemos vislumbrar a futura política real que apoiava o Papado e se colocava contra o Império. Como o Reino de Nápoles era vassalo papal desde Carlos I de Anjou, cabia agora a Roberto ser o defensor da Igreja que o ajudaria a angariar maior influência na Península Itálica, principalmente no norte, lutando contra as cidades gibelinas.

E, assim que coroado, um dos primeiros nós que teve de desfazer foi a tentativa dos gibelinos italianos de coroar Henrique de Luxemburgo como imperador em Roma. Em um primeiro momento o Papa pareceu tentar uma política conciliatória e Roberto pareceu aderir. Prometeu seu filho Carlos a Beatriz, filha de Henrique e ao, mesmo tempo, selou um aliança com Frederico de Aragão, rei de Trinácia (Sicília) contra o imperador.

---

<sup>40</sup> KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p. 02. “The purpose of the trip was a three-day “examination” in which Robert judged Petrarch’s worthiness for the poet’s laurel, and then sent him off for the coronation itself in Rome. Thereafter, Petrarch described Robert in his many letters in consistently superlative terms. “He was wise, he was kind, he was high-minded and gentle, he was the king of kings,” Petrarch wrote to a government minister in Naples after Robert’s death, and urged the current king of the realm to imitate Robert’s example.<sup>3</sup> He was “that eminent king and philosopher, Robert, as famous for his culture as for his rule, and the only king of our age who was at once the friend of knowledge and of virtue;” “the star of Italy and great honor of our century,” or again, “the king of Sicily, or rather, if you consider true excellence, king of kings.”

<sup>41</sup> MINERVINI, Laura, op. cit., p. 156.

<sup>42</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 186.

No entanto, as tratativas não foram exitosas: Frederico de Aragão se aliou a Henrique que tentou entrar em Roma para ser coroado imperador.<sup>43</sup> A liga guelfa, comandada por Roberto, não teve opção senão lutar contra as cidades gibelinas e os exércitos de Henrique de Luxemburgo que, vencendo os guelfos, foi coroado em Roma no ano de 1312.<sup>44</sup>

Podemos perceber, portanto, que desde o início Roberto tentou urdir uma política em que sua figura preponderaria sobre outras no espaço peninsular. Ao tentar evitar que Henrique se tornasse imperador, ele garantia a independência da Igreja e um papel proeminente do *Regno* no cenário político regional. A liderança guelfa exercida pelo seu avô, Carlos I de Anjou, foi um objetivo constante de Roberto. Sua interferência no norte peninsular é marcante, enviando inclusive seu filho Carlos, duque de Calábria, para tutorear Florença, entre os anos de 1325 e 1328. No entanto, a vastidão dos domínios angevinos já não era a mesma da época de Carlos I e podemos entrever as tentativas de Roberto de recuperar esse poder já perdido.

O poder que Roberto quis afirmar mostrou-se muito além daquele que o rei conseguiria angariar. Vários revezes contra cidades gibelinas ao norte e uma timidez em enfrentar um segundo imperador, Luis, o Bávaro, colocaram boa parte da população do reino e muitos nobres em uma posição defensiva com relação a Roberto. Para pesquisadores como Boyer e Barbero, essa situação complicada internamente e externamente, desligou o rei de qualquer política fora da península e restringiu a sua ação ao *Regno*, isso é, ao centro-sul da península italiana.<sup>45</sup>

Na altura em que Carlos, duque da Calábria, seu filho e herdeiro, torna-se senhor de Florença a política de Roberto já dá sinais de exaustão. Data desse período, segundo alguns historiadores, o interesse do rei pela Antiguidade e por assuntos relacionados à literatura e à arte. É possível que com o poder político em baixa, Roberto tenha percebido uma outra forma de se destacar no cenário internacional: através do mecenato. No entanto, é interessante pensar também no uso da arte e da literatura como apoio e propaganda para o seu poder político, que como apontamos, parecia estar em declínio: cooptar outros campos também é uma demonstração política de força e de legitimidade. Entre os anos de 1329 e 1333 Giotto será comissionado por Roberto para pintar ciclos do Velho e do Novo Testamento na capela palatina de Castelnuovo – o que aponta para um viés

---

<sup>43</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 189.

<sup>44</sup> Ibid., p. 190.

<sup>45</sup> BOYER, Jean-Paul. ROBERTO D'Angiò, re di Sicilia-Napoli. In: Dizionario Biografico degli Italiani. Trecanni.

autocelebrativo e propagandístico. Além disso, artistas como Tino da Camaino também são patrocinados a fim de embelezar as igrejas construídas pelo rei, especialmente a de Santa Clara, anexa ao convento franciscano e aberta ao público.<sup>46</sup>

Contudo, para ter um perfil completo de Roberto I de Nápoles devemos citar os seus sermões, um conjunto de duzentos e oitenta e nove escritos que chegaram na íntegra aos dias de hoje.<sup>47</sup> São obras variadas, com teor teológico, litúrgico ou comemorativo que foram proferidas não só no Reino de Nápoles como em outros locais, como na Provença ou na cidade de Florença. Segundo autores como Samantha Kelly e Darleen N. Pryds<sup>48</sup> tais sermões serviram para construir uma imagem real de sapiência e auxiliaram na legitimação do monarca. Para além dessas duas funções, a ligação com a Igreja e com os santos da dinastia, São Luís IX da França e São Luís de Tolosa (irmão de Roberto), ajudou a estabelecer os Angevinos como *beatae stirpes*, cujos membros estavam em comunhão com Deus, sendo em muitas ocasiões comparados com a boa árvore dos Evangelhos que dava bons frutos.<sup>49</sup> O *corpus* formado pelos sermões robertianos é o mais extenso escrito por um leigo a chegar aos dias atuais, conforme Jean-Paul Boyer, o que pode nos dar a dimensão do volume de produção sermônaria do soberano.<sup>50</sup>

A partir de 1328, com a morte de seu filho, Carlos, duque da Calábria, Roberto enfatiza a promoção de Joana de Anjou como sua herdeira legítima. Inúmeros são os trabalhos que a mostram como sucessora do avô. Em 1330, quando a menina foi confirmada como herdeira diante da população reunida no Castelnuovo, juramentos e homenagens vassálicas são prestadas.<sup>51</sup> A produção artística desse período vai dar suporte à escolha do soberano e é notória a Bíblia de Malines, cujo conteúdo revela forte tentativa de legitimação dessa escolha de Roberto por meio de uma genealogia rebuscada, com retratos dos soberanos, seus descendentes e das futuras herdeiras de Roberto – Joana e a sua irmã menor, Maria.<sup>52</sup>

<sup>46</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 220.

<sup>47</sup> Jean-Paul Boyer aponta somente 270 sermões como de autoria de Roberto I de Nápoles. Ver: BOYER, Jean-Paul. *Ecce Rex Tuus: Le roi et le royaume dans le sermons de Robert de Naples*. In: *Revue Mabillon*. T. 6, 1995, p. 101-136. (p. 102) Disponível em <<https://www.brepolsonline.net/doi/pdf/10.1484/J.RM.2.305530>> Consulta: 15 jan 2021.

<sup>48</sup> PRYDS, Darleen N. *The king embodies the word: Robert D'Anjou and the politics of preaching*. Boston: Brill, 2000.

<sup>49</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 177.

<sup>50</sup> BOYER, Jean-Paul. *Ecce Rex Tuus: Le roi et le royaume dans le sermons de Robert de Naples*. In: *Revue Mabillon*. T. 6, 1995, p. 102.

<sup>51</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 204.

<sup>52</sup> IDEM, p. 222. KELLY, Samantha. *The New Solomon*, p. 278.

Podemos advogar, portanto, que Roberto I de Nápoles tentou construir uma imagem de soberano sábio quando as suas tentativas de se destacar no plano político da Península Itálica não resultaram tão exitosas quanto o monarca desejava. A Sicília permaneceu fora da órbita angevina e ao norte a influência napolitana foi reduzida. As constantes guerras minaram a economia do reino, como já referido no capítulo primeiro desse trabalho, e o destaque de Roberto – talvez intencional – aconteceu no âmbito das artes e da literatura, esta com grande peso religioso. Podemos também defender o “humanismo napolitano” com o monarca, que como já apontamos, montou uma vasta biblioteca com livros antigos e raros. Porém, a produção do período foi grandemente redigida em latim, com alguns documentos de cunho mais privados redigidos em francês ou mesmo em florentino, como aponta Laura Minervini.<sup>53</sup>

Dessa forma, considerar a *Cronaca di Partenope* somente como fruto de um ambiente cultural robertiano que ainda florescia no período inicial do reinado de Joana I talvez não seja exatamente a questão. Podemos afirmar que os meios, as fontes, foram disponibilizadas pelo monarca, mas o uso do napolitano pode indicar uma proximidade do enunciator com os novos soberanos – Joana e Luís de Taranto – dado que a comunicação da corte e a escrita entre os governantes e seus ministros acontecia grandemente nessa língua românica.<sup>54</sup> Creditar a *Cronaca* apenas ao ambiente cultural do período final do reinado de Roberto é não perceber que já nos primeiros anos de reinado de Joana I, a cultura estava fortemente se laicizando e os vernáculos, como já demonstrado, estavam crescendo em sua forma escrita. Roberto não utilizava o napolitano, ao contrário de Joana, que era fluente nesse romance, o que acreditamos ter influenciado na escolha do redator, que dedicou o trabalho ao segundo marido da soberana, Luís de Taranto.

### **6.3. Ascensão de Joana I ao trono e a redação da crônica**

É possível que Roberto I e os demais membros da família real tenham sido tomados de surpresa e inquietação quando Carlos da Calábria, então com 30 anos, faleceu em 1328. Joana, na ocasião, estava com dois anos de idade e a secundogênita, Maria, ainda não havia nascido.<sup>55</sup> As leis do reino previam a sucessão feminina, mas a

---

<sup>53</sup> MINERVINI, Laura, op. cit., p. 158-159.

<sup>54</sup> Ibid., p. 158-159.

<sup>55</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 200.

insegurança política poderia surgir em cena, como percebemos que aconteceu logo no início do reinado da jovem soberana. Ao longo do seu governo, as tentativas de tomada de poder por parentes masculinos foi uma constante, até o golpe final por Carlos de Anjou-Durazzo, primo em segundo grau de Joana I de Nápoles.<sup>56</sup>

Não temos como defender, dado o que já apontado no parágrafo anterior, que Joana não tenha sido preparada para o futuro governo do *Regno*. Tanto é assim, que a construção da herdeira de Roberto como legítima ao trono começa desde cedo. Até mesmo veículos religiosos foram utilizados para dar suporte à futura soberana. Um caso específico é a já mencionada Bíblia de Malines, cujo corpo textual engloba uma genealogia angevina que mostra Joana e Maria de forma piedosamente ajoelhadas frente à Roberto de Nápoles, evidenciando claramente a transmissão de poder às herdeiras.<sup>57</sup> Conforme Gaglione (2009, p. 335),

**Não é bem claro qual o tipo de educação foi dada às pequenas Joana e Maria.** Domenico de Gravina afirma que as duas princesas receberam ensino **moral e cultural apurados** (*in forma castitatis et tocius disciplinae et virtutis*). Certamente tiveram contato com os franciscanos e com as clarissas que estavam na corte de Roberto e Sancha, obtendo deles uma primeira instrução religiosa. Provavelmente estudaram os livros da **biblioteca real**, e, em particular, os históricos, como por exemplo Tito Lívio e o seu *De Bello Macedonio*, o *De viris illustribus*, as *Gestae francorum*, a Vida de São Foy em francês e as Coletâneas de Paulo de Perugia, as Homilias de São Gregório sobre Ezequiel e as Viagens, de Marco Polo. No entanto, se tratou de uma instrução fragmentada e pouco acurada, como podem confirmar os documentos angevinos que **não nos transmitiram nem mesmo os nomes dos tutores**. A própria soberana, em uma carta endereçada ao papa, em 18 de setembro de 1346, dirá de si mesma: **‘sendo eu mulher e pouco instruída nas letras, a tal ponto de poder ser frequentemente enganada’**, afirmação que, entretanto, tem o sabor de uma fórmula retórica e que poderia ter sido ditada pela conveniência do momento, como será observado em seguida.<sup>58</sup> (grifamos)

<sup>56</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit, p. 480.

<sup>57</sup> Ibid., p. 223.

<sup>58</sup> Ibid., p. 335. “Non è ben noto quale educazione sia stata impartita alle piccole Giovanna e Maria. Domenico di Gravina afferma che le due principessine riceverono accurati insegnamenti morali e culturali (*in forma castitatis et tocius disciplinae et virtutis*). Certamente vennero a contatto con i Francescani e le Clarisse ammessi alla corte di Roberto e di Sancia, ottenendone una prima istruzione religiosa. Probabilmente studiarono i libri della biblioteca reale, e, in particolare, gli storici, come ad esempio Tito Livio e il suo *De bello macedonico*, il *De viris illustribus*, le *Gestae francorum*, la *Vie de Sainte Foi* in francese, le *Collectanea* di Paolo da Perugia, le *Omellie* di S. Gregorio su Ezechiele e i *Viaggi* di Marco Polo. Si trattò comunque di un’istruzione frammentaria e poco accurata, come confermerebbero i documenti angioini che non ci hanno tramandato i nomi di eventuali istitutori. La stessa Sovrana, in una sua lettera indirizzata al papa il 18 settembre del 1346, dirà di sé stessa: «essendo io donna e poco istruita nelle lettere, tanto da poter esser frequentemente ingannata<sup>356</sup>», affermazione che, però, há piuttosto il sapore di una formula retorica e che poté essere dettata dalle convenienze del momento come si osserverà in seguito.”

Podemos pensar, com o trecho, que a educação de Joana I de Nápoles pode de fato ter sido descuidada, mas a imagem da futura soberana não. No entanto, a questão permanece em aberto devido aos testemunhos contraditórios. Contudo, parece claro que Joana não utilizava o latim em comunicação escrita com os seus ministros e nem na comunicação familiar, como várias missivas comprovam.<sup>59</sup> O que talvez possa ter havido, e nesse caso a frase da soberana que consta da carta enviada ao papa (conforme na citação em destaque) não é meramente retórica, é o reflexo da não compreensão parcial de assuntos políticos-administrativos tratados em latim, utilizado por clérigos e leigos em assuntos formais – políticos, administrativos, religiosos etc. Porém, essa situação, como Jan Rüdiger afirma, era mais comum do que podemos supor – o contato com o latim, mesmo nas classes dominantes, era restrito aos ofícios religiosos e a outros poucos atos.<sup>60</sup>

No que concerne à vida conjugal de Joana, nascida em Nápoles, no ano de 1326 e confirmada como herdeira de Roberto em 1330, esta foi tão tumultuada quanto a política: casou-se quatro vezes e sempre encontrou em seus consortes motivos para suspeitas. O primeiro marido, André da Hungria, pertencia à dinastia angevina. Seu pai era Caroberto, sobrinho de Roberto e filho do irmão mais velho deste, Carlos Martelo que, segundo suspeitas teria sido envenenado por Roberto I.<sup>61</sup> Caroberto tinha apenas sete anos quando seu pai faleceu e o trono de Nápoles, que seria seu por direito, foi para o seu tio mais jovem, Roberto. Podemos creditar já desse tempo os problemas entre os angevinos napolitanos e os angevinos húngaros. Quando Carlos da Calábria faleceu, Roberto solucionou o problema dinástico arranjando um casamento entre Joana e André, filho secundogênito de Caroberto. O príncipe passou a viver na corte napolitana e recebeu juntamente com Joana, em 1333, o Ducado da Calábria e o Principado de Salerno, títulos do herdeiro aparente da coroa napolitana.<sup>62</sup>

No entanto, assim que assumiu o poder em 1343, Joana não quis compartilhá-lo com André que, por pressão húngara, desejava ser coroado rei. A coroação implicaria em exercício de poder e a perda de controle do *Regno* por Joana. Para agravar a situação, assim que assumiu o governo, Joana sofreu uma intervenção papal dado que a nova soberana tinha apenas dezesseis anos de idade e André quinze. O Conselho de Regência

---

<sup>59</sup> MINERVINI, Laura, op. cit., p. 158-159.

<sup>60</sup> RÜDIGER, Jan, op. cit., p. 230.

<sup>61</sup> Ver genealogia angevina: ANEXO A - Árvore Genealógica da Casa Anjou de Nápoles, p. 125.

<sup>62</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 207.

formado impôs decisões que desagradaram a nova rainha e a rainha-mãe, Sancha de Aragão, viúva de Roberto I.

Outro ponto de discórdia já nos primeiros meses de governo de Joana foi a execução do testamento de seu avô. Os ramos colaterais da família – os Taranto e os Durazzo – brigavam pela herança e para conseguir um lugar mais próximo ao trono napolitano.<sup>63</sup> Conforme o testamento de Carlos II, confirmado por Roberto, em caso de sucessão feminina o condado de Provença deveria ser repassado para o ramo de Anjou-Taranto.<sup>64</sup> No entanto, a viúva Sancha de Aragão e as princesas, afastaram com sucesso os Taranto da herança. Favoreceram desde o início os Durazzo, casando a irmã mais nova de Joana, Maria, com Carlos de Durazzo, herdeiro do ducado localizado nos Bálcãs. Os litígios se prolongaram durante alguns anos, com intervenção papal e lutas armadas.<sup>65</sup>

Entre acusações acerca do comportamento “licencioso” da jovem rainha e os desentendimentos com André, seu marido, o assassinato do consorte agravou a situação. Foi justamente em um momento de festividades na residência de verão de Castellammare, em setembro de 1345, que o assassinato ocorreu. Àquela altura André já havia conseguido, por pressão familiar junto ao papa e a Aimery, legado pontifício no Conselho de Regência, ser coroado rei da Sicília e de Jerusalém. Esse fato havia desagradado profundamente Joana, que era contrária.<sup>66</sup>

Por essa situação, a historiografia tradicionalmente vê em Joana uma potencial mandante do crime – senão partícipe – mesmo que grávida dele.<sup>67</sup> Vários de seus cortesãos próximos foram processados, inclusive Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, como apontamos. O homicídio do jovem rei provocou a ira no ramo húngaro da família, que promoveu a invasão de Nápoles no ano seguinte. Para conseguir se ver livre de uma prisão e, conseqüentemente, da usurpação de seu trono, Joana se refugiou na Provença e se aproximou da Corte Papal que estava em Avinhão.<sup>68</sup>

Podemos entrever, com a sucessão desses eventos, o quão conturbada se tornou a política angevina nesse período inicial do reinado de Joana. Dessa forma, advogar que a

---

<sup>63</sup> ABULAFIA, David. *The Italian South*, p. 508.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 204.

<sup>65</sup> Ver: KELLY, Samantha. *The Cronaca di Partenope: An Introduction to and Critical Edition of the first vernacular history of Naples (c. 1350)*. Leiden; Boston: Brill, 2011. GAGLIONE, Mario. *Converrà ti que aptengas la flor: Profili di sovrani angioini, da Carlo I a Renato (1266-1442)*. Milano: Lampi di Stampa, 2009. GOLDSTONE, Nancy. *The Lady Queen: The notorious reign of Joanna I, Queen of Naples, Jerusalem and Sicily*. New York: Walker & Company, 2009.

<sup>66</sup> GAGLIONE, Mario, *op. cit.*, p. 355.

<sup>67</sup> ABULAFIA, David. *The Italian South*, p. 508.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 509.

*Crônica de Partenope* fez parte de um projeto para “reforçar” a legitimidade dos antepassados diretos da soberana e, conseqüentemente, dela ao trono napolitano parece bem plausível. Além disso, a possibilidade de uma identidade napolitana também colaboraria contra a invasão de estrangeiros – fossem eles do sul (Sicília) ou de outros locais mais distantes, como da Hungria. Se consideramos, como Kelly e De Caprio, a escrita cronística entre 1347 e 1350, podemos perceber que tanto dentro da corte como fora dela o período era de profunda instabilidade.

As invasões húngaras lideradas por Luís, irmão de André e rei da Hungria, se estendem entre os anos de 1347 e 1350. Primeiramente uma invasão no final do ano de 1347 e início de 1348 faz com que Joana e sua corte se mudem para Provença, como referido, fazendo com que Nápoles seja facilmente capturada pelos húngaros. Quando ocorre essa primeira invasão, a soberana já havia casado (20 de agosto de 1347) com Luís de Taranto, a quem Bartolomeo Caracciolo-Carrafa dedica a sua crônica. Uma segunda invasão húngara tem lugar no ano de 1350 e se prolonga até 1352, momento em que Joana e Luís de Taranto conseguem retomar todo o Reino de Nápoles com a ajuda papal. Luís desembarca em Manfredônia, em 1352, mas os soldados exaustos não avançam e um acordo finalmente é firmado entre as partes litigantes.

Essa situação caótica foi agravada com o início da Peste Bubônica, que chegou à Nápoles no mesmo ano de 1347, enquanto Joana estava mudando a sua corte para Avinhão. Com esse conjunto de fatores, é de se supor que a população napolitana se sentisse extremamente ultrajada ou insegura: guerra dinástica, fuga da soberana e a peste, todas ocorrendo ao mesmo tempo.<sup>69</sup> Amedeo Feniello vê esse quadro como comum à época em toda a Europa: o uso da guerra para a resolução de conflitos, a depressão sócio-econômica, a pandemia de peste, a crise do sistema bancário. Para o pesquisador as sociedades do século XIV chegam quase ao caos completo. Contudo, é desse caos que vai emergir o sistema social e político da modernidade europeia, segundo ele.<sup>70</sup>

Podemos, com esse quadro imaginar que a crônica não tenha sido encomendada pela rainha ou por Luís a Bartolomeo. O nobre napolitano, ao que indicam as fontes, não a acompanhou até a Provença; ele participou do governo provisório da cidade enquanto esta era ocupada pelos húngaros.<sup>71</sup> Se tomarmos o ano de 1347 como de início da redação,

<sup>69</sup> ABULAFIA, David. *The Italian South*, p 510.

<sup>70</sup> FENIELLO, Amedeo, op. cit., p. 11.

<sup>71</sup> DE FREDE, Carlo. CARACCIOLO, Bartolomeo, *detto Carrafa*. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Trecanni.

se torna plausível a escritura da história cidadina e dos vários revezes que Nápoles sofreu durante os séculos. O enunciador parece ressaltar os momentos dramáticos e tenta sublinhar a recuperação pós-evento traumático. Já nos capítulos iniciais (2 ao 4) é narrada uma praga mortífera que se abateu duas vezes sobre a cidade-mãe de Nápoles – Cumas – e seguem-se capítulos (5 ao 9) que mostram a força da população, sua mudança para um novo sítio – Partenope – e a posterior fundação de Nápoles.

O mesmo ocorre com as sucessivas guerras narradas nos capítulos iniciais: Nápoles é humilhada, invadida, porém ao final sai com alguma vantagem: uma aliança com Roma após a invasão da cidade por Nola e Benevento (capítulo 12A), reconstrução monumental da cidade (capítulo 13A) após a invasão cartaginesa de Aníbal (capítulo 11A) ou construção de grandes igrejas e monastérios por santos locais (capítulos 51A e 52A) após uma guerra contra os muçulmanos (capítulo 50A).

Podemos defender que todos essas vicissitudes sofridas pela cidade desde o seu início é uma forma de uso do passado a fim de, discursivamente, engendrar identidade(s) no presente. Como uma mensagem sobre as turbulências que sofriram, o redator tentava evidenciar que desde o início Nápoles havia sido sitiada, pilhada mas que sobrevivia e se reerguia maior do que antes. Conforme Kathryn Woodward, “essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade [...] que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise”.<sup>72</sup> A fim de reforçar tal hipótese podemos destacar aquelas passagens já analisadas no capítulo dois desse trabalho nas quais muito claramente lê-se um “nós [napolitanos]”. Também ressaltamos a análise já feita acerca do “sangue” napolitano e remissões à herança grega apontando para a inclusão do enunciador em um todo, uma sociedade que começa a narrar-se como particular, diferente de outras: que começa a expor por escrito a sua “napolitanidade”, conforme Kelly.<sup>73</sup>

Se a guerra e o conflito reforçam as questões ligadas às identidades e mesmo a uma auto-percepção mais acurada e uma construção mais marcada da alteridade, como apontamos com Woodward, devemos considerar o reinado de Joana I, especialmente o seu início, como fundamental nesse processo. A *Crônica de Partenope* parece ressoar o momento conflituoso da política do Reino de Nápoles em suas várias brigas com vizinhos, com os cartagineses, com os muçulmanos e com os alemães. Estes geralmente são os

---

<sup>72</sup> DA SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, Stuart, op. cit., p. 08-09.

<sup>73</sup> KELLY, Samantha. Intercultural Identity and the Local Vernacular: Neapolitan History as Articulated in the Cronaca di Partenope (c. 1350).

Outros, aqueles que dão ordens, que invadem e pilham. Já a contar positivamente estão os franceses/normandos e os romanos – “coincidentemente” os primeiros são os antepassados próximos dos Angevinos e os segundos, por meio do Papa, os suseranos do Reino de Nápoles. Estes sempre correm em auxílio de Nápoles, a defendem e expulsam de suas terras os seus inimigos. Sobre os romanos, a Crônica assim narra:

E segundo a sentença daquele provérbio conhecido e usado que diz que ‘após o dano feito o napolitano louco faz acordo’, depois da morte e derrota do dito Aníbal **os napolitanos desejaram de boa-fé fazer amizade com o povo de Roma para ser ajudados e socorridos pelos mesmos** quando precisassem de algum auxílio ou estivessem em necessidade. Mandaram embaixadores para ajudar e subvencionar os romanos com quarenta taxas de ouro de grande peso. E segundo escreve Tito Lívio no segundo livro da Batalha da África, os ditos embaixadores disseram estas palavras: ‘que aos napolitanos é claro e manifesto que as coisas do povo de Roma se tornaram quase nada e acabaram devido à longa guerra para defender a cidade e os campos vizinhos e para [defender] a capital e a as fortalezas da Itália, isto é, pela a cidade e pelo império de Roma que se fez a batalha. Os ditos napolitanos julgaram ser coisa justa daquele ouro, que ao fim daquele tempo os restou, **dar em ajuda ao povo de Roma** e, se os romanos acreditassem ser possível alguma outra forma de ajuda, se preferissem’. E seria muito caro a eles que os senadores e o povo de Roma aceitassem os bens dos napolitanos e considerassem dignos aqueles que os doavam mais de forma voluntária e de bom grado e vontade própria do que para obter algum prêmio. Aos embaixadores, pela largueza e boa vontade dos napolitanos, foi dado graças e com amor e prazer **foi tomada a menor taxa a qual foi de menor peso**, segundo escreve Tito Lívio. (KELLY, 2011, p. 177-178)<sup>74</sup>

Nesse trecho que corresponde ao capítulo 12 da Crônica os napolitanos buscam amizade com os romanos. Desse momento em diante Roma e posteriormente Bizâncio, serão sempre aliados de Nápoles, ainda que em um momento – o da invasão dos godos – o imperador Justiniano tenha castigado a cidade por não se opor energicamente às forças

---

<sup>74</sup> KELLY, Samantha, CRONACA DI PARTENOPE, p. 177-178. “Et secundo la sentencia de quillo vulgale et usato proverbio che dice, po dampno facto napolitan macto fa pacto, poy data ad ipsi la uccisione et sconficta da lo dicto Anibal li napolitani desiderando con dericta fede fareno amicicia colo populo de Roma per esserono agiutati et succursi da ipsi quando abesognyasse per alcuno bisognyo et necessitate, si mandaro inbassature per aiuto et subvensione de li romani con quaranta tasse de oro de grande piso. Et secundo che scrive Titolivio alo secundo libro de la bactaglya de Africa li dicte inbassaturi dessero queste parole: che ali napolitani è chyaro et manifesto che le cose de lo populo de Roma songo quasi devenute ad niente et so vacuate per la longa guerra et per defendere la cita et campi da convecine et per lo capo et fortellecze de Ytalia cioè la cita et lo imperio de Roma si è facta bactaglya, li dicti napolitani iudicaro essere iusta cosa de quello oro loquale per fine ad quisto tempo li era remaso per ordinato aiuto de li subvenirende lo populo de Roma et se alcuno altro agiuto vuy credete essere indeli napolitani semelemente vi si proffereno. Et multo sorrebe alloro caro che li senature et lo populo de Roma iudicasseno le cose de li napolitani loro et dicesseno digni quilli liquali li donano pyu volentiere per buono animo et propria voluntate che non per alcuno premio. Ali quali inbassature per la largecza et bona sollicitudene de li napolitani foro rendute multe gratie et con bono amore et con placentia fo piglyata la pyu piccola tassa la quale fo de meno piso secundo scrive Titulivio.”

invasoras. Com exceção desse episódio, Roma e Bizâncio sempre serão um suporte aos napolitanos.

Da mesma forma acontece com os franceses e normandos que, surgindo pela primeira vez no capítulo 50A, ajudam na expulsão dos chamados sarracenos (mulçumanos) que sitiavam Nápoles. Nesse trecho da crônica dois duques franceses – Aymone e Bernardo – vêm em socorro dos cidadãos napolitanos com dois mil cavaleiros e infantas. Durante as batalhas contra os muçulmanos perdem cerca de quinhentos e quarenta homens, mas ainda assim conseguem entrar na cidade, fazer uma assembleia e defende-la até a expulsão final dos inimigos. Após a guerra, Nápoles tem um número elevado de baixas, o que faz com que muitos franceses fiquem residindo na cidade a fim de repovoá-la.<sup>75</sup>

Nesse ponto é interessante pensar em Umberto Eco e na sua defesa à literalidade do texto. Para o pesquisador “todo discurso sobre a liberdade da interpretação deve começar por uma defesa do sentido literal”, isto é, para que haja interpretação primeiramente devemos admitir que o discurso quer dizer exatamente aquilo que está escrito.<sup>76</sup> Ou em outras palavras, devemos admitir que a intenção do autor deve ser congruente com a intenção da obra (*intentio operis*). Ora, não podemos senão conjecturar que intenção de Bartolomeo (*intentio auctoris*) tenha sido utilizar esses marcadores de alteridade (muçulmanos, alemães, franceses, romanos) a fim de evocar uma situação atual do próprio enunciadador. No entanto, o leitor mais atento poderia construir essas ligações entre acontecimentos passados e acontecimentos presentes por meio de uma leitura crítica e contextual. Não obstante esse tema deveria ser alvo de um estudo da recepção da obra, o que não cabe aqui. O que propomos é que uma interpretação plausível, aquela que faz a conexão entre todos os marcadores elencados e analisados e o contexto em que o cronista estava inserido. Além disso toda a história narrada pela crônica é coerente e não contraditória, outro atributo apontado por Eco como fundamental para uma interpretação plausível – que para nós poderia ser aquela da ligação entre passado regional e presente do enunciadador.<sup>77</sup> Essa interpretação, fundada assim na não contradição histórica, segundo pensamos, poderia engendrar um sentimento de identidade visto a percepção de continuidade ou de permanência que transmitiria ao leitor.

---

<sup>75</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 237.

<sup>76</sup> ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2015, p. 57.

<sup>77</sup> *Ibid.*, p. 66.

### 6.3.1 Reinado de Joana I de Nápoles após 1350 e o trágico fim da soberana

Por fim, após essa análise acerca da redação cronística e da sua escrita na fase inicial do reinado de Joana I, é interessante um encerramento da biografia da soberana – quatro vezes casada e assassinada por um usurpador do seu trono. Como já apontado, André, seu primeiro marido foi morto em 1345 tendo a soberana casado logo em seguida, em agosto de 1347.

Seu segundo matrimônio com Luís de Taranto não foi mais feliz que com André da Hungria. O papa Clemente VI, em uma missiva de setembro de 1349 lamenta a sorte da soberana que era privada do poder por Luís que, inclusive, subtraía os seus sigilos reais. Durante toda a vida de Luís de Taranto a rainha se viu ameaçada e mesmo prisioneira do cônjuge, conforme afirma Gaglione. Ainda segundo esse autor, em 1350 a soberana sofria de uma doença prolongada que suspeitava ser, em verdade, uma constante tentativa de envenenamento ordenada pelo marido. Com toda essa situação instalada, Joana conspirava com o legado papal a expulsão de Luís do Reino de Nápoles.<sup>78</sup>

Antes da morte de seu segundo marido, Joana de Anjou enfrentou rebeliões fomentadas pelo Duque de Durazzo, seu parente distante que também pretendia o trono napolitano. Em algumas ocasiões, entre elas em 1359 e 1360, tropas angevinas e mercenárias tiveram que lutar contra as tropas do duque. Luís de Taranto liderou em 1361 um exército contra o nobre e conseguiu a sua submissão. Quando tudo parecia estar sob controle, o rei foi acometido de peste, falecendo em abril de 1362.<sup>79</sup> Justamente nesse mesmo ano, Giovanni Boccaccio finaliza a redação do seu *De Mulieribus Claris*, cujo texto contempla Joana I. A rainha é profusamente elogiada, aparecendo no encerramento da obra, como a centésima sexta mulher ilustre descrita pelo escritor. No mesmo ano de 1362, vale lembrar, morre Bartolomeo Caracciolo-Carrafa.<sup>80</sup>

A vida da soberana está posicionada ao final do texto de Boccaccio, o que obedece ao protocolo real da corte angevina: os mais nobres entravam em cena por último. Ainda que o poeta dedicasse a sua obra a Andrea Acciaiuoli, irmã do Grande Senescal do Reino, Niccolò, e não diretamente à rainha, era conveniente seguir o protocolo da corte napolitana.<sup>81</sup> Essa mesma disposição podemos perceber na *Crônica de Partenope*: os

<sup>78</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 408-410.

<sup>79</sup> Ibid., p. 426.

<sup>80</sup> DE FREDE, Carlo. CARACCILOLO, Bartolomeo, *detto Carrafa*. In: Dizionario Biografico degli Italiani. Trecanni.

<sup>81</sup> FILOSA, Elsa, op. cit., p. 34.

monarcas – Joana e Luís – a quem o texto é dedicado estão ao final. Certo que poderíamos advogar que a estrutura cronística assim demanda justamente por seguir uma ordem cronológica, ou seja, estaríamos no reino da obviedade. Porém, não podemos negligenciar que é possível que a dedicatória venha no início, como uma espécie de introdução ou prólogo ao texto principal, de cujo conteúdo poderíamos extrair dados importantes, conforme Guimarães: o objetivo da obra, o patrocinador, o autor, o ano de redação etc.<sup>82</sup>

Após o falecimento de Luís de Taranto Joana se apressou em casar novamente. O escolhido foi Jaime IV de Maiorca, rei titular da ilha de Maiorca, que com o casamento recebeu o Ducado da Calábria. Todavia, Jaime não será jamais intitulado rei de Nápoles. Como não tiveram filhos, o casal separou-se em 1366. Jaime partiu em janeiro do mesmo ano; Gaglione relaciona essa decisão com o aborto sofrido por Joana em fins de 1365 e Goldstone relaciona ao fato de Joana o ter alijado do poder durante todo o período em que estiveram juntos.<sup>83</sup> No entanto, o impacto de ainda não ter herdeiros, para a soberana era grande. Para Nancy Goldstone (2009, p. 400),

A interrupção abrupta desta gravidez, tão ardentemente desejada, teve um impacto profundo em Joana. Ela só tinha suportado a provação de seu terceiro marido porque acreditava que ainda poderia ter filhos com alguém que não fosse um parente próximo. Quando os eventos ditaram o contrário, ela se voltou para a Igreja. Naquele verão, assim que se recuperou, escreveu a Urbano, convidando-o a reassentar a corte papal em Nápoles, sob sua proteção, oferecendo-lhe sua frota como meio de transporte.<sup>84</sup>

A autora, por certo, dá um tom romanesco ao relato apontando sentimentos da soberana que não temos como supor. Mas, de fato Joana I de Nápoles já contava com quarenta anos de idade e ainda não possuía herdeiros. É provável que o casamento que veio após as núpcias com Luís tenha realmente como pano de fundo uma busca por sucessores. A ausência de legatários legítimos também está por trás, provavelmente, das pressões cada vez maiores da nobreza, principalmente dos ramos cadetes angevinos – os Taranto e os Durazzo – e do papado.

---

<sup>82</sup> GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Reconquista: entre o debate historiográfico e a avaliação de uma realidade tardo-medieval, p. 26-27.

<sup>83</sup> GOLDSTONE, Nancy, op. cit., p. 400.

<sup>84</sup> Ibid., p. 395. “The abrupt termination of this pregnancy, so ardently wished for, had a profound impact on Joana. She had only endured the trial of her third husband because she believed she could still bear children with someone who was not a close relation. When events dictated otherwise, she turned to the church. That summer, as soon as she recovered, she wrote to Urban, inviting him to resettle the papal court in Naples, under her protection, and offering him her fleet as a means of transportation.”

No entanto, ainda que Jaime IV de Maiorca tenha partido do Reino de Nápoles em 1366, o casamento não foi anulado. Somente com a morte do soberano, em 1375, que Joana I de Anjou estaria novamente apta a contrair novo matrimônio. É interessante sublinhar que o apogeu do reinado de Joana I é referido por pesquisadores como Émile G. Leonard e Andreas Kiesewetter, citados por Gaglione, como sendo aproximadamente o decênio 1368-1378, período em que a governante esteve à frente do reino de forma mais ou menos solitária, sem as pressões maritais que havia enfrentado até aquele momento.<sup>85</sup>

Com a aquiescência papal, um nobre germânico – Oto de Brunswick – foi escolhido. Filho menor de um duque, Oto havia renunciado a sua herança e liderava tropas mercenárias à serviço de reis europeus. Segundo Andreas Kiesewetter, a escolha recaiu sobre Oto justamente devido ao seu baixo estrato nobiliárquico com relação à Joana e a impossibilidade sua de tentar um golpe contra a soberana alegando legitimidade ao trono dado que não era parente em nenhum grau da monarca.<sup>86</sup>

O casamento de ambos não gerou herdeiros – Joana I já estava com 49 anos de idade e Oto com 55. Dessa forma, a escolha do sucessor recaiu sobre um parente mais jovem da monarca, Luís I, duque de Anjou – seu sobrinho em segundo grau, francês. No entanto, o papa Urbano XI havia forjado uma aliança com Carlos II de Durazzo e, antes da adoção de Luís, no ano de 1380, declarou Joana I formalmente deposta. Carlos II não encontrou grande resistência para conquistar o trono visto que Luís de Anjou não tinha como mandar um exército da França à Nápoles em tão pouco tempo. Além disso, Oto de Brunswick possuía um exército muito menor que o de Carlos II, cujas tropas contavam ainda com o apoio papal.

Dessa forma, a conquista do *Regno* foi rápida: em 16 de julho de 1381 Carlos ocupou Nápoles e prendeu Joana, que deixava de ser governante do condado de Provença e do Reino de Nápoles. Ela foi enviada à prisão, no Castel dell'Ovo. Após uma conspiração na qual participou a cunhada do novo rei, Joana foi transferida para Nocera, mas novamente por temor de um levante por parte da nobreza que ainda era fiel à antiga monarca, Carlos II de Durazzo, agora Carlos III de Nápoles, transfere Joana para Muro, na Basilicata. Kiesewetter aponta que foi provavelmente em 27 de julho de 1382 que, a mando de Carlos III, Joana foi morta por sufocamento. O corpo foi logo enviado a

---

<sup>85</sup> GAGLIONE, Mario, op. cit., p. 454.

<sup>86</sup> KIESEWETTER, Andreas. Giovanna I D'Angiò. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Vol. 55. 2001. Disponível em <[https://www.treccani.it/enciclopedia/giovanna-i-d-angio-regina-di-sicilia\\_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/giovanna-i-d-angio-regina-di-sicilia_(Dizionario-Biografico))> Consulta: 05 fev 2021.

Nápoles e sepultado próximo ao do avô, para dar a impressão de uma morte natural.<sup>87</sup> Carlos III continuou como rei da Nápoles até 1386, quando foi morto à traição na Hungria, após ter sido coroado (1385) também como rei daquele reino balcânico.<sup>88</sup>

Com essa terceira biografia podemos encerrar a investigação sobre as vidas dessas três personagens e a relação que mantêm com a escrita cronística. Seguramente a pesquisa não se encerra aqui. O recorte selecionado foi o que consideramos relevante para o momento, não se constituindo em rol taxativo: outros podem ser feitos e pesquisados e, juntamente com o dessa dissertação, trariam mais luz sobre os usos do texto cronístico, a formação identitária e os meios legitimadores dos governantes daquele período.

O momento conturbado em que as três personagens aqui selecionadas viveram nos convidou à pesquisa e às indagações que daí surgiram. Poderíamos perceber na *Crônica de Partenope* uma tentativa de produção identitária em uma situação perigosa para a dinastia governante? Ela foi mesmo um instrumento manejado com esse fim? São questões que levantamos e que tencionamos responder. Perceber que Bartolomeo Caracciolo Carrafa era um nobre a serviço tanto de Roberto I quanto de Joana I nos indicou um caminho interessante para pensar em como a nobreza nativa conseguiu se manter na corte de uma dinastia de origem francesa, que viera acompanhada de um vasto séquito. Ao mesmo tempo, percebemos que essa dinastia foi se italianizando, adotando a língua e costumes locais, se relacionando com banqueiro e comerciantes de outros locais da Península Itálica.

Ao fim, pensar a crônica como um instrumento para construção de identidade(s) é profícuo: era necessário um “cimento” nessa sociedade com pessoas de origens tão diversas. Quiçá o sentimento de napolitanidade potencialmente engendrado pelo texto poderia ser esse elemento unificador (e que “falhou” em constituir-se, segundo Feniello).

---

<sup>87</sup> KIESEWETTER, Andreas. Giovanna I D’Angiò. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Vol. 55. 2001

<sup>88</sup> FODALI, Salvatore. Carlo III d’Angiò Durazzo. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Vol. 20. 1977. Disponível em < [https://www.treccani.it/enciclopedia/carlo-iii-d-angio-durazzo-re-di-napoli-detto-della-pace-o-il-piccolo\\_%28Dizionario-Biografico%29/](https://www.treccani.it/enciclopedia/carlo-iii-d-angio-durazzo-re-di-napoli-detto-della-pace-o-il-piccolo_%28Dizionario-Biografico%29/) > Consultado em 13 mar 2021.

## 7. CONCLUSÃO

Esse trabalho tentou verificar se a *Cronaca di Partenope*, em sua totalidade, pode ser considerada como um instrumento – um material – que auxiliou na formação identitária do Reino de Nápoles em um período final da dinastia angevina – o século XIV. Além disso, fizemos uma breve reflexão sobre como a segunda parte da crônica pode ter auxiliado na legitimação da soberana Joana I de Nápoles por meio da inserção da sua dinastia na história napolitana.

Iniciamos o estudo analisando o contexto em que o Reino de Nápoles estava inserido no século XIV. Essa análise se concentrou sobretudo na Parte I da dissertação. Porém, o capítulo 3 também analisa o contexto do período sob um enfoque um pouco mais biográfico, dado que nos detemos na vida de três personagens relevantes para a escrita cronística – Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, Roberto I e Joana I de Anjou.

Ainda na primeira parte do trabalho, tentamos dar conta da fortuna manuscrita da *Cronaca di Partenope* para compreender, posteriormente, o estabelecimento da versão crítica de Samantha Kelly, do ano de 2011. Essa versão, utilizada no presente estudo, é questionada por pesquisadores italianos, cujos argumentos apresentamos ao longo da análise contida na Parte I. O texto da crônica partenopeia tradicionalmente é dividido em quatro partes, o que Kelly questionou em seus estudos. Para a pesquisadora estadunidense o *Urtext* era composto somente pelas duas primeiras partes, redigidas por um único enunciador: Bartolomeo Caracciolo-Carrafa. Esses argumentos são questionados por Chiara de Caprio e Francesco Montuori, dentre outros.

Montuori defende que é inútil tentar chegar a um autor – único ou não – de qualquer texto medieval dessa natureza. O pesquisador, assim como Chiara de Caprio, frisa que a crônica é uma justaposição de vários outros textos, traduzidos do latim ou de outras línguas, por um enunciador desconhecido. Portanto, para o pesquisador italiano não haveria a possibilidade de filiação do texto a Bartolomeo, visto que o enunciador simplesmente utilizou textos anteriores e os costurou a fim de narrar a história da cidade. No entanto, Kelly não questiona essa situação: para ela está claro esse ponto. O que ela vai estabelecer é um texto inicial – mesmo que seja uma justaposição de outros tantos – e quem realizou esse trabalho – para ela (e para nós) Bartolomeo.

Devemos, seguramente, entender que como autor não remetemos “pura e simplesmente a um indivíduo real”, como frisou Foucault, mas a vários sujeitos

posicionados (vários “ego”) de formas diversas dentro da sociedade.<sup>1</sup> No entanto, acreditamos que essas posições estão marcadas dentro da crônica e evidenciam os vários lugares ocupados por Bartolomeo para a construção da narrativa: desde um *nós* coletivo, que o faz narrar de dentro da sociedade napolitana até um *eu* específico, que mostra a sua autoridade como detentor de algumas histórias ainda não compartilhadas por toda a comunidade para a qual ele se dirige.

O período de escrita do texto cronístico foi de agitação social e econômica. É lugar comum apontar o século XIV como um período de crise e de desagregação do mundo medieval como, em nosso estudo, o citado pesquisador italiano Feniello ressaltou.<sup>2</sup> Desse esboroar-se do Medievo surgirá a Modernidade e os Estados centralizados em torno dos monarcas. No entanto, o Reino de Nápoles já estava centralizado há alguns séculos e não resultou que saísse do século XIV mais fortalecido do que antes: ao contrário, pareceu seguir uma rota de empobrecimento e marginalização no contexto europeu ocidental e mediterrâneo. Portanto, debruçar-se sobre esse período – e sobre escritos dessa época – podem nos fornecer dados para compreender os séculos posteriores e, talvez, a identidade contemporânea do *Mezzogiorno* – como hoje a região sul da Península Itálica é comumente conhecida.

O discurso contido na *Crônica de Partenope*, como analisado, está pontuado por marcas de identidade que remetem a uma coletividade, a um *nós*, que se contrapõe a Outros, a *eles*. É perceptível em inúmeras passagens do texto uma construção da diferença entre uma população inicial grega e vizinhos itálicos/romanos, entre romanos/povos romanizados e cartagineses/africanos, entre napolitanos e outros peninsulares, entre cristãos e muçulmanos. Essa análise foi feita sobretudo no subcapítulo 2.3, que investigou a presença desse(s) Outro(s) no texto cronístico.

Por todos esses posicionamentos preferimos pensar em *identidade(s)*: com a possibilidade do uso tanto no singular quanto no plural. Acreditamos que exista uma ideia de pertencimento a um local – cidade, região, reino – mas que, ao mesmo tempo, o sujeito a constrói justapondo várias outras, como em um quebra-cabeças. Pertencer a comunidade napolitana, aqui nesse caso, seria ter uma ascendência grega, ter sido aliado

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. ¿Qué és um autor? Buenos Aires: Ediciones Literales, 2010, p. 30.

<sup>2</sup> FENIELLO, Amedeo. Giovanna I: crisi di um regno, crisi de una monarchia. In: *Schola Salernitana* – Annali XIX. Salerno: Laveglia & Carlone, 2015, p. 11.

de Roma (e ter participado do mundo romano/latino), ser (no século XIV) cristão e, para o enunciatador da crônica, ser também pró-papado – *guelfo*.

Outro ponto que mereceu a nossa atenção foi a língua em que esse discurso foi escrito – o napolitano. A relação entre a identidade e a língua vernácula foi explorada também no capítulo 2. Concluimos que para ser possível que a identidade abranja o maior número de sujeitos em uma comunidade, a língua é um veículo precioso e fundamental. Consideramos assim, que por estar em vernáculo napolitano a crônica tenha chegado a um maior número de pessoas do que se estivesse em latim. Essas pessoas conseguiam melhor compreender a mensagem do texto pois se expressavam cotidianamente em napolitano – como era o caso dos próprios monarcas, Joana de Anjou e Luís de Taranto.

Não é o caso de desconsiderar que textos em latim tenham a possibilidade de engendrar identidades. A questão é que o público atingido por uma língua vernácula é maior, alcançando um número elevado de pessoas. Com esse maior número de sujeitos atingidos seria mais viável a constituição de uma coletividade que compartilhasse de uma história regional em comum, como a narrada na crônica partenopeia. Jan Rüdiger, autor citado que estudou o uso do latim e do vulgar na política do Medievo, aponta para o pouco contato dos estratos sociais mais elevados com o latim fora de espaços religiosos e diplomáticos e sua conseqüente pouca ou errônea compreensão por parte desses sujeitos.<sup>3</sup>

Para o estudo, também consideramos um contexto mais alargado de uso dos vernáculos. Ainda no capítulo 2, fizemos uma breve análise do surgimento dos vulgares, sobretudo românicos, no espaço europeu. Percebemos que o uso do napolitano não é um fato isolado – outras regiões da Europa começaram a utilizar línguas locais nas suas administrações após um longo percurso inicial literário, principalmente poético. Portanto, o movimento de substituição do latim nas chancelarias e administrações era um fenômeno que estava ocorrendo em todo o continente europeu, sobretudo na parte ocidental, e não apenas na Península Itálica. Além desse uso, os vulgares eram empregados para a redação de crônicas que narravam as histórias locais, já um tanto desligadas dos modelos religiosos. Defendemos assim, que esse movimento de vernaculização e laicização, no Reino de Nápoles, pode estar ligado à concorrência com outras línguas neolatinas que estavam presentes no cenário do Sul, como o francês e o toscano, por exemplo.

---

<sup>3</sup> RÜDIGER, Jan. “Éviter le mot”: langages politiques au Moyen Âge. In: GENET, Jean-Philippe (Org.). *La légitimité implicite: Le pouvoir symbolique em Occident (1300-1640)*. Paris-Roma: Édition de la Sorbonne – École Française de Rome, 2015.

Pesquisamos também a relação de algumas figuras proeminentes do período para tentar entender a sua influência sobre a *Crônica de Partenope*. Detemo-nos especificamente sobre três, como já mencionado: Bartolomeo Caracciolo-Carrafa, Roberto I e Joana I de Nápoles. O primeiro redigiu o texto cronístico inicial, o segundo foi responsável por um florescimento intelectual no reino sulista e a terceira era a soberana no momento da composição do escrito analisado.

Como apontado no trabalho, há uma tradição de escrita cronística notarial em várias regiões da Europa e na própria Península Itálica, o que poderia ser o caso do documento em questão. Verificamos tal hipótese no subcapítulo dedicado a Bartolomeo e concluímos que esse personagem, muito provavelmente, não era um notário ou tabelião, mas um nobre à serviço da dinastia angevina – posição ocupada também pelo seu progenitor. Uma breve análise biográfica foi feita para avaliar qual a relação dessa personagem com Roberto e Joana e qual a possibilidade de haver comissionamento angevino para a escrita cronística.

À biografia de Bartolomeo segue a de Roberto I, o Sábio, conhecido na historiografia como patrocinador das artes e da literatura. Aí questionamos a sua posição como “novo Salomão”, incensada por tantos historiadores antigos, e qual a influência exercida sobre a escrita de Bartolomeo. A corte napolitana, berço de um “humanismo napolitano”, como assevera Chiara de Caprio, era terreno fértil o suficiente para engendrar um novo texto acerca da história cidadina e dinástica na própria língua local? A crônica é apenas uma continuação desse humanismo na seara histórica? – questões desse subcapítulo.

Fechando o estudo das personagens angevinas desse período, finalizamos com Joana I de Nápoles. Tentamos traçar a vida política e conjugal da monarca e qual seria a relação entre o início de seu governo e a redação cronística. Percebemos um grande tumulto político logo na sua ascensão, os vários revezes e rixas entre os ramos angevinos, a intromissão papal no governo reinol e a irrupção da Peste Bubônica no mesmo ano em que os monarcas abandonaram Nápoles em favor da (mais segura) Provença. Defendemos que a escrita da crônica não foi necessariamente uma encomenda dos soberanos angevinos à Bartolomeo: a escrita aconteceu em um momento dramático da existência do reino e o próprio texto cronístico parece conter esse movimento pendular de constante guerra e superação. É possível que Bartolomeo tenha sentido ser necessário ressaltar as

inúmeras vicissitudes pelas quais a cidade e a região já haviam passado como forma de mostrar que o presente era, de certa forma, uma continuidade daquele pretérito narrado.

Com essas análises feitas, tentamos mostrar que sim, é possível pensar na *Cronaca di Partenope* como um instrumento útil para a construção identitária do *Regno* e, conseqüentemente, do atual *Mezzogiorno* italiano. Toda a “herança” grega e bizantina é reforçada pela crônica, o marcado temor com relação aos sacro-imperadores que sempre são vistos como tiranos, sua identificação com a cristandade – elementos todos contidos no corpo textual de forma explícita e implícita – marcam a diferença dessa comunidade com relação a outras – próximas ou não.

Porém, acedimos que se a análise fosse realizada com mais textos do mesmo período ou de períodos imediatamente sucessivos a pesquisa seria enriquecida e possuiria maior robustez. Isso porque, como dissemos ao longo do trabalho, as identidades não são constituídas de forma simples e por meio de apenas um material cultural. Se agregássemos outros documentos poderíamos, talvez, perceber que a crônica engendrou elementos que foram sendo repetidos e incorporados como parte, de fato, do “ser napolitano”, do entendimento do que é a “napolitandade”.

Kelly, por exemplo, cita o uso da crônica partenopeia como fonte plenamente fiável por autores que escreviam a história da região até o século XVIII, sem que houvesse até esse momento uma crítica ao texto cronístico.<sup>4</sup> Somente no início do século XX, com Bartolomeo Capasso, um dos principais autores a pesquisar as fontes para a história napolitana, é que uma análise realmente crítica se iniciará. Se conseguíssemos estender essa análise mencionada anteriormente a textos desse período, talvez conseguíssemos elaborar uma análise mais precisa da formação identitária e de suas modificação ao longo do tempo.

Contudo, nossa pesquisa, devido ao tempo de duração da pós-graduação e às inúmeras e tristes vicissitudes que ocorreram durante o ano de 2020, não puderam se estender tanto quanto queríamos. A consulta a livros físicos esteve limitada, as viagens (programadas) – que seriam de inestimável ajuda nas pesquisas – foram canceladas, reuniões de orientação e participação em eventos foram diminuídas. Além do sinalizado, questões psicológicas afetaram grande parte da sociedade com conseqüências que ainda levaremos algum tempo para estimar.

---

<sup>4</sup> KELLY, Samantha. CRONACA DI PARTENOPE, p. 122.

Por fim, o que resta concluído da pesquisa é que o tema é vasto e demanda mais busca por material e mais pesquisas. O que conseguimos até o momento é um vislumbre: o estudo da formação identitária por meio de um discurso cronístico em uma região, hoje, estigmatizada da Península Itálica, pode revelar marcas particulares duradouras para a constituição dessa mesma comunidade regional. Entender como esses marcadores funcionaram com relação a outros contidos em materiais diversos e como foram incorporados ao patrimônio cultural, talvez seja um próximo passo, juntamente com a tentativa de entender como se transformaram (no caso específico do sul italiano) em atributos negativos e estigmatizantes para a população.

## REFERÊNCIAS

ABULAFIA, David. The Italian South. In: JONES, Michael (ed). *Italy in the age of Dante and Petrarch*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *The Western Mediterranean Kingdoms: The struggle for dominion, 1200-1500*. New York: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. *Frederick II: A Medieval Emperor*. New York: Oxford University Press, 1988.

BARBATO, Marcelo. MONTUORI, Francesco. Dalla stampa al manoscritto. La IV parte della Cronaca di Partenope trascritta dal Ferraiolo (1498). In: *Tecniche, materialie e usi nella storia della lingua*. Atti del XII Congresso SILFI (Helsinki, 18-20 giugno 2012). Firenze: Cesati, 2014.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. São Paulo: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOYER, Jean-Paul; MAILLOUX, Anne; VERDON, Laure. (Orgs.) *Identités angevines entre Provence et Naples: XIII – XV siècle*. Aix-en-Provence: Presses Universitaires de Provence, 2016.

\_\_\_\_\_. ROBERTO D'Angiò, re di Sicilia-Napoli. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Treccani. Disponível em < [https://www.treccani.it/enciclopedia/roberto-d-angiò-re-di-sicilia-napoli\\_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/roberto-d-angiò-re-di-sicilia-napoli_(Dizionario-Biografico)) > Consulta em 10 jan 2021.

\_\_\_\_\_. *Ecce Rex Tuus: Le roi et le royaume dans le sermons de Robert de Naples*. In: *Revue Mabillon*. T. 6, 1995, p. 101-136. Disponível em < <https://www.brepolonline.net/doi/pdf/10.1484/J.RM.2.305530> > Consulta: 15 jan 2021.

BUCCARO, Alfredo. RUGGIERO, Raffaele. *San Giovanni Maggiore: Architettura e arte alle porte della Napoli antica*. Napoli: Federico II University Press, 2016.

BURKE, Peter. *A Revolução Francesa e a Historiografia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

\_\_\_\_\_. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CAPASSO, Bartolomeo. *Le fonti della storia delle province napoletane da 568 al 1500*. Napoli: Tip. Angelo Trani, 1902. Disponível em < <https://archive.org/details/lefontidellasto00capagoog/page/n9/mode/2up/search/bartolomeo+capasso?q=bartolomeo+capasso> > Consultado em 02 fev 2020.

CARRACIOLO, Cesare D'Engenio. *Napoli Sacra*. Nápoles: Octavio Beltrano, 1624, p. 52. Disponível em < <https://dlc.mpdl.mpg.de/dlc/view/escidoc:70420:8/recto-verso> > Consultado em 01 fev 2020.

- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHASTANG, Pierre. L'archéologie du texte médiéval. Autour de travaux récents sur l'écrit au Moyen Âge, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, n.º 2, p. 245-269, 2008.
- DA SILVA, Tomaz Tadeu. WOODWARD, Kathryn. HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2000.
- DE CAPRIO, Chiara. *Scrivere la Storia a Napoli tra Medioevo e Prima Età Moderna*. Roma: Salerno Editrice, 2012.
- DE FREDE, Carlo. CARACCILO, Bartolomeo, *detto Carrafa*. In: Dizionario Biografico degli Italiani. Treccani. Disponível em < [https://www.treccani.it/enciclopedia/caracciolo-bartolomeo-detto-carafa\\_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/caracciolo-bartolomeo-detto-carafa_(Dizionario-Biografico)) > Consulta: 20 dez 2020.
- DOSSE, François. *História à prova do tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- DUNBABIN, Jean. *The French Kingdom of Sicily (1266-1305)*. Cambridge University Press, 2011.
- \_\_\_\_\_. Creating an image for a new kingship: Charles I of Anjou, King of the Regno. In: BOLTON, Brenda; MEEK, Christine. *Aspects of power and authority in the Middle Ages*. Turnhout: Brepols, 2007.
- ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- \_\_\_\_\_. *La búsqueda de la lengua perfecta*. Barcelona: Grijalbo Mondadori, 1996.
- EDGAR, Andrew. Identidade. In: EDGAR, A.; SEDGWICK, Peter (Orgs). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.
- ENGLISH, Edward D. BOCCACCIO, Giovanni. In: *Encyclopedia of the Medieval World*. New York: Facts on File, 2005.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FARIA, Ernesto. *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: CNME, 1967.
- FEDERICO, Eduardo. Seirenoussai o Seirenes. Una semplice nuance? Strabone, le Sirene, Li Galli. In: *Giornata de studio in omaggio a Paola Zancani Montuoro (1901-1987) nel ventennale della scomparsa*. Sorrento e la Penisola Sorrentina: tra italici, etruschi e greci nel contesto della Campania Antica. Roma: Scienze e Lettere, 2007, p. 255-289.

FENIELLO, Amedeo. Giovanna I: crisi di um regno, crisi de una monarchia. In: *Schola Salernitana* – Annali XIX. Salerno: Laveglia & Carlone, 2015.

FILOSA, Elsa. *Tre Studi sul De Mulieribus Claris*. Milão: Edizioni Universitarie di Lettere, Economia e Diritto, 2012.

FODALI, Salvatore. Carlo III d'Angiò Durazzo. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Vol. 20. 1977. Disponível em < [https://www.treccani.it/enciclopedia/carlo-iii-d-angio-durazzo-re-di-napoli-detto-della-pace-o-il-piccolo\\_%28Dizionario-Biografico%29/](https://www.treccani.it/enciclopedia/carlo-iii-d-angio-durazzo-re-di-napoli-detto-della-pace-o-il-piccolo_%28Dizionario-Biografico%29/) > Consultado em 13 mar 2021.

FOUCAULT, Michel. *¿Qué és um autor?* Buenos Aires: Ediciones Literales, 2010.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronists medievais (século XV)*. São Paulo: Anablume, 2006.

FUNES, Leonardo. Reflexiones en torno a una poética del relato cronístico. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre, Auxerre, n° 2, p. 01-16, 2008*. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cem/10813>> Acesso: em 14 jun 2020.

\_\_\_\_\_. Historia, ficción, relato: invención de pasado en el discurso histórico de mediados del siglo XIV. IN: *Actes del VII Congrès de l'Associació Hispànica de Literatura Medieval*, 22-26 de setembro de 1997, p. 175-186.

\_\_\_\_\_. Las crónicas como objeto de estudio. In: *Revista de poética medieval*. Buenos Aires, v. 1, p. 123-144, 1997.

GAGLIONE, Mario. *Converrà ti que aptengas la flor: Profili di sovrani angioini, da Carlo I a Renato (1266-1442)*. Milano: Lampi di Stampa, 2009.

GALASSO, Giuseppe. L'Italia Aragonesa. *Storia Mediterranea*. Palermo, n. 11, p. 425 – 436, dez 2007. Disponível em <<http://www.storiamediterranea.it/portfolio/n-11-dicembre-2007/>>. Acesso em 15 out 2016.

\_\_\_\_\_. *Napoli Capitale: Identità politica e identità cittadina – studi e ricerche (1266-1860)*. Napoli: Electa Napoli, 2003.

GOLDSTONE, Nancy. *The Lady Queen: The notorious reign of Joanna I, Queen of Naples, Jerusalem and Sicily*. New York: Walker & Company, 2009.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. A Reconquista: entre o debate historiográfico e a avaliação de uma realidade tardo-medieval. In: *Revista História Hoje*, v. 6, n° 12, p. 10-34 – 2017, p. 25. Disponível em < <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/364>> Consulta: 08 jul 2020.

\_\_\_\_\_. A Crónica de 1419: Transformação e Identidade. In: *Identidades e fronteiras no Medievo Ibérico*. Curitiba: Juruá, 2013.

\_\_\_\_\_. O discurso cronístico e a narratividade histórica. In: NETO, Dirceu Marchini; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Orgs.) *A Idade Média: entre história e historiografia*. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2012.

KELLY, Samantha. Intercultural Identity and the Local Vernacular: Neapolitan History as Articulated in the Cronaca di Partenope (c. 1350). In: *The Medieval History Journal*, Los Angeles, v. 14, 2 (2011), p. 259-284.

\_\_\_\_\_. *The Cronaca di Partenope: An Introduction to and Critical Edition of the first vernacular history of Naples (c. 1350)*. Leiden; Boston: Brill, 2011.

\_\_\_\_\_. *The New Solomon: Robert of Naples (1309-1343) and Fourteenth-Century Kingship*. Leiden-Boston: Brill, 2003.

KIESEWETTER, Andreas. Giovanna I D'Angiò. In: *Dizionario Biografico degli Italiani*. Vol. 55. 2001. Disponível em <[https://www.treccani.it/enciclopedia/giovanna-i-d-angio-regina-di-sicilia\\_\(Dizionario-Biografico\)](https://www.treccani.it/enciclopedia/giovanna-i-d-angio-regina-di-sicilia_(Dizionario-Biografico))> Consulta: 05 fev 2021.

KOSELLECK, Reinhard *et al.* *O conceito de História*. São Paulo: editora Autêntica, 2013.

LOKAJ, Rodney L. La Cleopatra napoletana. *Estrato del giornale storico della letteratura italiana. Sine Loco*. 2000. Vol. CLXXVII. Fascículo 580.

LU RIBELLAMENTU DI SICILIA: Codice cartáceo del secolo XVII existente nell'Archivio Municipale di Catanea. Edição de Pasquale Castorina. Catânia: Giacomo Pastore, 1882, p. 89. Disponível em <[https://www.europeana.eu/portal/pt/record/9200143/BibliographicResource\\_200006936\\_2602.html?q=pasquale+castorina#dcId=1570971185161&p=1](https://www.europeana.eu/portal/pt/record/9200143/BibliographicResource_200006936_2602.html?q=pasquale+castorina#dcId=1570971185161&p=1)>. Consultado em 13 out 2019.

MENDOLA, Louis. *Sicily's Rebellion against King Charles*. New York: Trinacria Editions, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Édition du Seuil, 1996.

METCALF, Alex. *The muslims of medieval Italy*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2008.

MIGLIORINI, Bruno. *Storia della Lingua Italiana*. Milão: Bompiani, 2001.

MINERVINI, Laura. Il francese a Napoli (1266-1442). Elementi per una storia linguistica. In: ALFANO, Giancarlo. (Org.) *Boccaccio e Napoli*. Nuovi materiali per la storia culturale di Napoli nel Trecento. Firenze: Franco Cesati Editore, 2014..

MONTUORI, Francesco. La scrittura della storia a Napoli. In: *Boccaccio Angioino: Materiali per la storia culturale di Napoli nel Trecento*. Bruxelas: P.I.E. Peter Lang S/A, 2012.

MONUMENTA GERMANIAE HISTORICA. Scriptores Rerum Longobardicarum et Italicarum: saec. VI – IX. Hannoverae: Impensis bibliopolii Hahniani 1878, p. 308-439. Disponível em: <<https://archive.org/details/scriptoresreruml00paul/page/438/mode/2up/search/gesta+episcoporum+neapolitanorum?q=gesta+episcoporum+neapolitanorum>> Consultada em 01 fev 2020. Sobre Paulo Subdiácono, ver:

PERRET, Michèle. *Introduction à l'histoire de la langue française*. Paris: Armand Colin, 2008.

PFEFFEL, Christian Frédéric. *Recherches Historiques concernant aux Droits du Pape sur la Ville et l'Etat d'Avignon avec les pieces justificatives*. Sine Loco: 1768, p. 100-118. Disponível em <[https://archive.org/details/bub\\_gb\\_BvGANLkItlwC/page/n6/mode/2up/search/Recherches+historiques+concernant+les+droits+du+Pape+sur+la+ville+et+l'Etat+avignon?q=Recherches+historiques+concernant+les+droits+du+Pape+sur+la+ville+et+l'Etat+avignon](https://archive.org/details/bub_gb_BvGANLkItlwC/page/n6/mode/2up/search/Recherches+historiques+concernant+les+droits+du+Pape+sur+la+ville+et+l'Etat+avignon?q=Recherches+historiques+concernant+les+droits+du+Pape+sur+la+ville+et+l'Etat+avignon)> Consultado em 01 fev 2020.

PISPISA, Enrico. *Regnum Siciliae: la polemica sulla intitolazione*. Palermo: Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, 1988.

PLACANICA, Augusto. L'identità del meridionale. *Rivista Meridiana*. N. 32, 1998, p. 153. Disponível em <<http://www.rivistameridiana.it/files/Placanica,-L-identita-del-meridionale.pdf>> Consulta: 30 jun 2019.

PRYDS, Darleen N. *The king embodies the word: Robert D'Anjou and the politics of preaching*. Boston: Brill, 2000.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. (Tomo I). Campinas: Papirus, 1994.

RÜDIGER, Jan. “Éviter le mot”: langages politiques au Moyen Âge. In: GENET, Jean-Philippe (Org.). *La légitimité implicite: Le pouvoir symbolique em Occident (1300-1640)*. Paris-Roma: Édition de la Sorbonne – École Française de Rome, 2015.

RUBIÈS, Joan-Pau. The idea of Empire in the Catalan Traditon from Ramon Muntaner to Enric Prat de la Riba. *JHR*, 1995. Texto disponível em <[https://www.academia.edu/12981466/The\\_Idea\\_of\\_Empire\\_in\\_the\\_Catalan\\_Traditon\\_from\\_Ramon\\_Muntaner\\_to\\_Enric\\_Pratt\\_de\\_la\\_Riba](https://www.academia.edu/12981466/The_Idea_of_Empire_in_the_Catalan_Traditon_from_Ramon_Muntaner_to_Enric_Pratt_de_la_Riba)> Consultado em 27 fev 2020.

SEDGWICK, Peter. Discurso. In: EDGAR, A.; SEDGWICK, Peter (Orgs). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos*.

Revista de História, Pedro Leopoldo, n. 6, p. 194-223, 2002. Disponível em <[https://www.academia.edu/14524319/Reflex%C3%B5es\\_metodol%C3%B3gicas\\_sobre\\_a\\_an%C3%A1lise\\_do\\_discurso\\_em\\_perspectiva\\_hist%C3%B3rica\\_paternidade\\_maternidade\\_santidade\\_e\\_g%C3%AAnero](https://www.academia.edu/14524319/Reflex%C3%B5es_metodol%C3%B3gicas_sobre_a_an%C3%A1lise_do_discurso_em_perspectiva_hist%C3%B3rica_paternidade_maternidade_santidade_e_g%C3%AAnero)> Consultado em 01 nov 2020.

\_\_\_\_\_. Outro. In: EDGAR, A.; SEDGWICK, Peter (Orgs). *Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo*. São Paulo: Contexto, 2003.

TEIXEIRA, Igor Salomão “A Escola hagiográfica napolitana e a obra de Pedro Subdiácono no século X: hipóteses para pensar a relação entre passado e presente em Nápoles na Idade Média”. In: TEIXEIRA, I. S. (Org). *Tempo, Espaço e Texto: a hagiografia medieval em perspectiva*. São Leopoldo: Oikos, 2017. p.69-79.

\_\_\_\_\_. A Cronaca di Partenope e o Reino de Nápoles:contribuições da e para a historiografia brasileira no século XXI. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 36, n.º 72, 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201882016000200017&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882016000200017&lng=pt&tlng=pt)>. Acessado em: 06 maio 2019.

TERRERO, Angel Riesco. El Notariado Castellano Bajomedieval (Siglos XIV-XV): Historia De Esta Institución Y De La Producción Documental De Los Notarios Hasta El Reinado De Isabel I De Castilla. In: Jornadas sobre Documentación jurídico-administrativa, económico-financiera y judicial del reino castellano-leonés (s.X-XIII), 1, 2002, Madrid, *Actas*, Madrid, 2002, p. 175-225 (p. 177).

WOOLF, Greg. *Roma: A história de um império*. São Paulo: Cultrix, 2017.

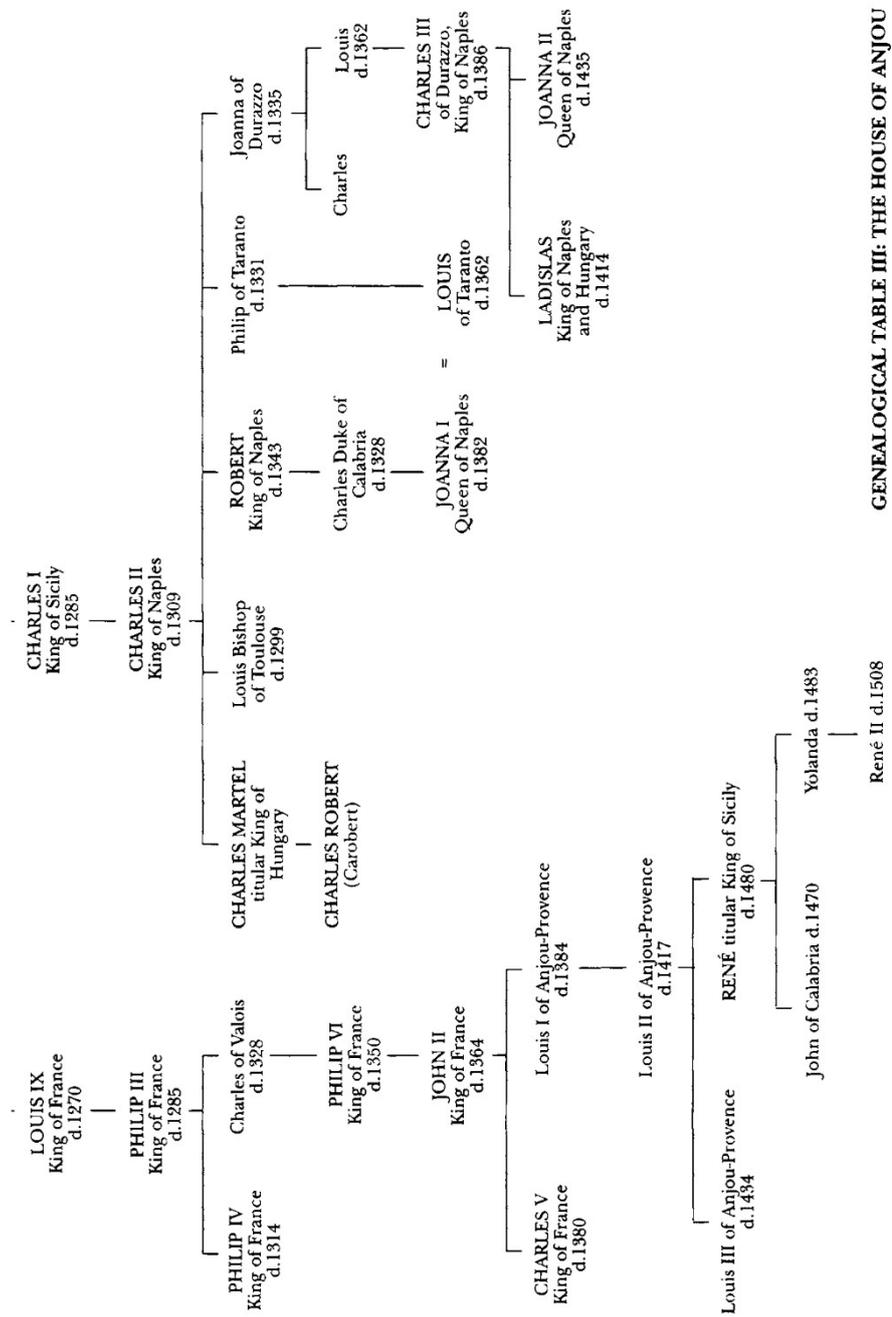
ZABBIA, Marino. *Notai-crinisti nel Mezzogiorno Svevo-Angioino*. Salerno: Pietro Laveglia Editore, 1997.

## APÊNDICE – Quadro comparativo de manuscritos

<b>Manuscritos mencionados por Kelly (2011); consultados têm um * (são 12)</b>	<b>Manuscritos consultados por Capasso (1902) - (10 ao total)</b>
*PL = Palermo, Biblioteca centrale della regione siciliana (antiga, Biblioteca nazionale), I D 14;	Cod. della biblioteca Nazionale di Palermo, membranaceo in folio pic. del secolo XIV;
*P1 = Paris, Bibliothèque nationale, italien 304;	Cod. della biblioteca Nazionale di Parigi n. 10170, cartaceo in fol. di p. 320 a 2 colonne del secolo XV, intitolato: Descrizione del r. di Napoli;
*M1 = Nova Iorque, Morgan Library, M 973;	-----
*F = Florença, Biblioteca Nazionale, fondo Gino Capponi 108;	-----
*V = Cidade do Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Vat. Lat. 4601;	-----
*N1 = Nápoles, Biblioteca Nazionale, XIV D 7;	Cod. della biblioteca Nazionale di Napoli (XIV, D, 7), cartaceo in folio del secolo XV;
*P2 = Paris, Bibliothèque Nationale, italien 301;	Cod. della biblioteca Nazionali di Parigi n.º 10172 col titolo: Antica storia della città di Napoli, cartaceo del secolo XIV di pag. 150 in folio piccolo;
*E = Módena, Biblioteca Estense, Ti. 281 (= alpha. H. 8. 14, antigo VIII B 4);	Cod. della biblioteca Estense [VIII.B.4] di Modena, membranaceo in 4.º del secolo XV ed appartenuto ai Re Aragonesi (V. Mazzatini, La Bibl. Aragonese n. 597)
*SN1 = Nápoles, Società napoletana di storia patria, XX C 5;	Cod. del cav. Francesco Antonio Casella, cartaceo in folio grande del secolo XV con giunte posteriori;

*GC = Nápoles, Archivio di Stato, fondo Giudice Caracciolo di Cellamare, 38;	-----
*SN2 = Nápoles, Società napoletana di storia patria, XXXII D 14 bis;	Cod. del ch. Gennaro Aspreno Galante, cartaceo in folio del secolo XVI;
*P3 = Paris, Bibliothèque Nationale, italien 303;	Cod. della biblioteca Nazionale di Parigi n. 10171, 3 di pp. 500, di capi 302, cartaceo in 4.º del secolo XVII
N2 = Nápoles, Biblioteca Nazionale, fondo San Martino I 63; (não disp.)	Cod. della biblioteca di S. Martino di Napoli del secolo XVI in 4.º;
VZ = Um manuscrito pertencente a Giuliano Vanzolini da Pesaro (perdido);	Cod. del prof. Giuliano Vanzolino da Pesaro, cartaceo del secolo XV;
M2 = Nova Iorque, Morgan Library, M 801; (cópia)	-----
N3 = Nápoles, Biblioteca Nazionale, XIII AA 39; (cópia)	-----
SN3 = Nápoles, Società napoletana di storia patria, XXVIII D 10; (cópia)	-----
N4 = Nápoles, Biblioteca Nazionale, MS X C 31; (cópia)	-----
VI = Viena, na antiga Biblioteca Imperial (mencionado e nunca encontrado)	Mencionado por Capasso.

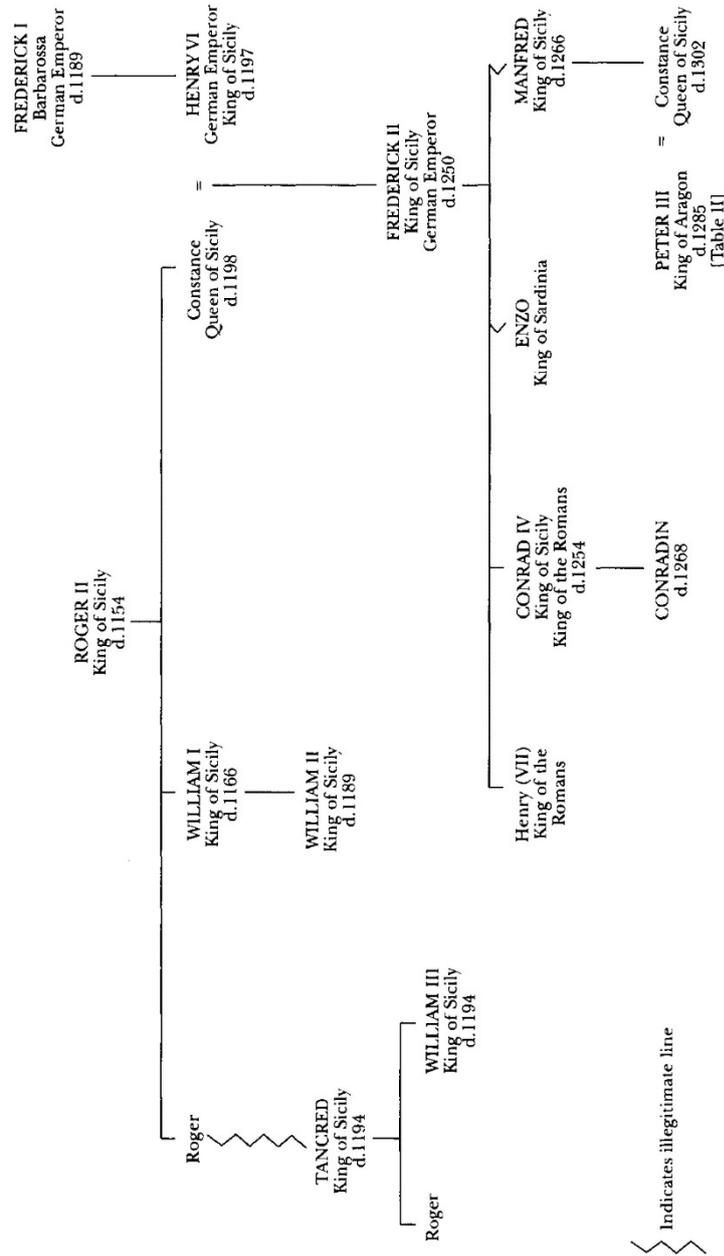
## ANEXO A – Árvore Genealógica da Casa Anjou de Nápoles



GENEALOGICAL TABLE III: THE HOUSE OF ANJOU

Fonte: ABULAFIA, David. *The Western Mediterranean Kingdom: The struggle for dominion – 1200-1500*. London: Routledge, 1997, p. 290.

ANEXO B – Genealogia dos reis normandos da Sicília e dos Staufen



GENEALOGICAL TABLE I: THE NORMAN KINGS OF SICILY AND THE HOUSE OF HOHENSTAUFEN

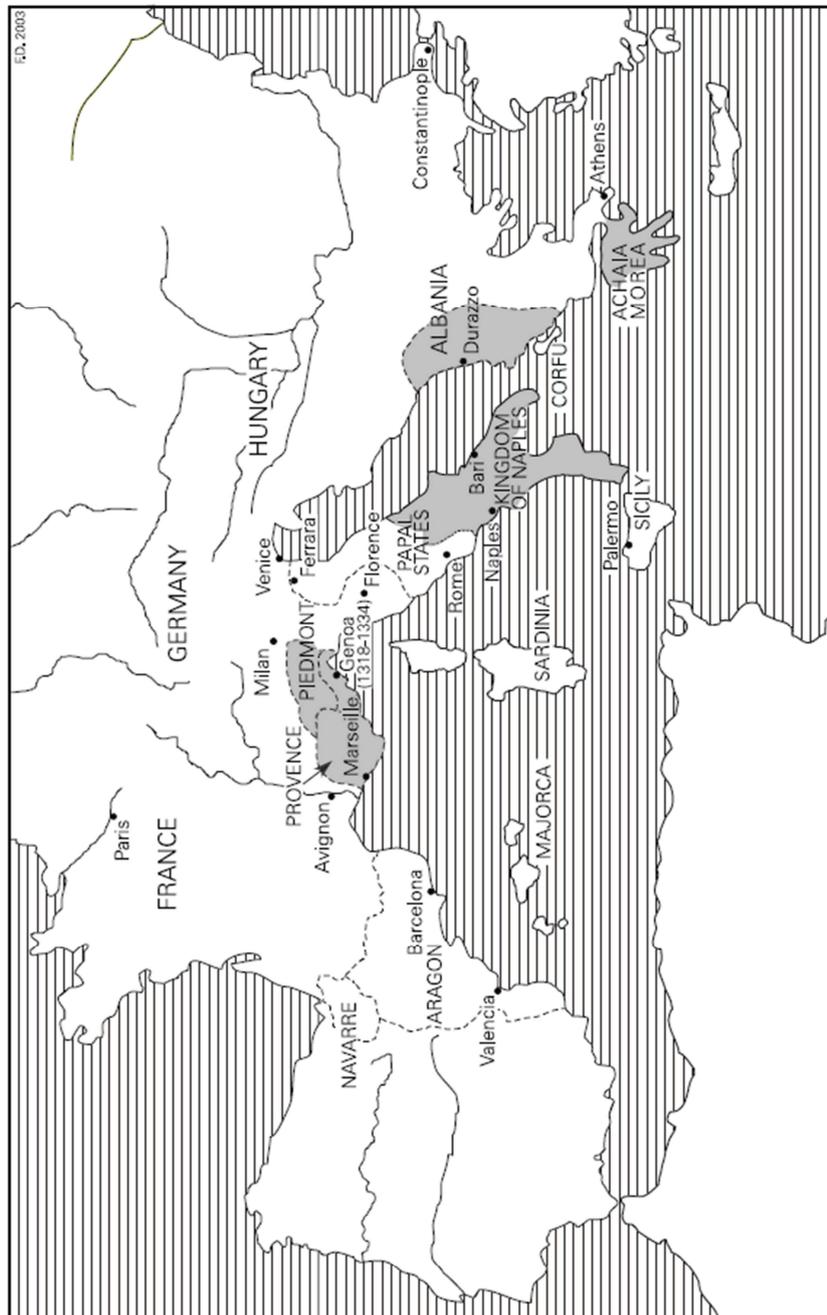
Fonte: ABULAFIA, David. *The Western Mediterranean Kingdom: The struggle for dominion – 1200-1500*. London: Routledge, 1997, p. 289.

## ANEXO C – Reino de Nápoles em torno de 1330 - 1350.



Fonte: KELLY, Samantha. *The New Solomon: Robert of Naples (1309-1343) and Fourteenth-Century Kingship*. Leiden-Boston: Brill, 2003, p. 18.

## ANEXO D – Territórios angevinos no início do século XIV



Fonte: KELLY, Samantha. *The New Solomon: Robert of Naples (1309-1343) and Fourteenth-Century Kingship*. Leiden-Boston: Brill, 2003, p. 19.